

O CONCURSO PUBLICO: UM EVENTO DE LETRAMENTO EM EXAME

por

MARIA ALICE ANDRADE DE SOUZA DESCARDECI

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Campinas, 1992

Este exemplar é a redação final da tese defendida por MARIA ALICE ANDRADE DE SOUZA DESCARDECI

• aprovada pela Comissão Julgadora em

25 / 08 / 92.

Angela D. Kleiman
PROFA. DCA. ANGELA DEL CARMEN RUIZOS ROMERO
DE KLEIMAN

Angela Kleiman

- ORIENTADORA -

a Ricardo

Agradecimentos

- à Professora Angela Bustos Kleiman, que, acima de tudo, ensinou-me a lição do profissionalismo;
- aos amigos Ernesto, Ana Silvia, Ana Elisa, Malu, Lygia, Kátia, Silvia e Mirian, dos quais guardarei sempre uma boa lembrança;
- a todos os professores com os quais relacionei-me nestes três anos;
- ao Prefeito e a toda sua equipe que, num gesto raro e nobre, estiveram sempre prontos a me fornecerem todo o material necessário para a elaboração deste meu trabalho;
- aos amigos e familiares, interlocutores leigos, que, por isso mesmo, contribuíram para a organização de meu texto;
- ao perfeito analista - Ricardo - meu marido;
- à CAPES, pelo auxílio financeiro;
- e, principalmente, a DEUS, que me permitiu passar pelo previsto e, infelizmente, por um grande imprevisto.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar o evento de letramento *concurso público*, através de entrevistas, questionários e testes - submetidos a cinco sujeitos envolvidos no processo de efetivação do concurso -, e da análise de uma amostra de questões das provas. Há um pressuposto de que se deve buscar na escola o modelo e o conteúdo de um instrumento de avaliação, desprezando-se a situação ou o contexto em que ele será aplicado. Sendo assim, elaboram-se questões eminentemente acadêmicas para comporem uma prova de concurso público. Considera-se apto a desempenhar uma profissão na sociedade aquele que conhece e domina as estratégias de resolução de tarefas valorizadas pela escola, especialmente no que se refere às questões normativas da língua. Em consequência disso, considera-se eficiente, em termos lingüísticos, aquele que fala de acordo com a norma culta padrão, e não aquele que melhor consegue se comunicar em situações de trabalho. Entretanto, os resultados obtidos com a aplicação do concurso em exame contradizem esse pressuposto, apontando para 80% de casos cuja classificação no concurso não corresponde à qualificação profissional do indivíduo. Sugestões de provas mais viáveis são apresentadas.

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO¹

maiúsculas	= entoação enfática
?	= interrogação
...	= qualquer pausa
(...)	= indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.
" "	= citações literais ou leituras de textos, durante a gravação.

NOTAÇÕES REFERENTES AOS DADOS TRANSCRITOS

E VP	= entrevista com o Vice-Prefeito
E SE	= entrevista com o Secretário da Educação
E CS	= entrevista com um Chefe de Seção
P ₁	= professor 1
P ₂	= professor 2
Q P ₁	= questionário de P ₁
Q P ₂	= questionário de P ₂
PLPr _x	= prova de Língua Portuguesa para o cargo de uma dada referência salarial
TAtt I	= teste de atitudes I
TAtt II	= teste de atitudes II

¹ Tiradas de CASTILHO & PRETI (1986).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angela Bustos Kleiman

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Inês Signorini (UFPb)

Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni (UNICAMP)

Capítulo I - Introdução	3
Capítulo II - História do Concurso	11
2.1 Tarefas das comissões	12
2.2 Sobre o quadro de funcionários	14
2.3 As provas do concurso	18
2.3.1 Etapas na elaboração	18
2.3.2 Descrição de conteúdos	23
Capítulo III - Considerações Teóricas e Metodológicas	31
3.1 Quadro teórico	31
3.2 Questões metodológicas	42
Capítulo IV - Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado	46
4.1 Um tipo de saber acadêmico: a prova objetiva ..	47
4.2 Considerações sobre a Prova de Língua Portuguesa	51
4.2.1 Sob o aspecto metaprocedimental	53
4.2.2 Sob o aspecto sociolingüístico	55
4.2.2.1 Fluência comunicativa	56
4.2.2.2 Conhecimento da norma	60
Capítulo V - Conclusão	87
Bibliografia	97
Anexos	

O termo *letramento*, usado como tradução de *literacy* (que na língua inglesa significa tanto o processo de aquisição da leitura e da escrita - alfabetização -, como também os reflexos do fenômeno da escrita na vida social de uma comunidade), tem, no Brasil, o sentido amplo de práticas e eventos "*relacionados ao uso, função e impacto da escrita na sociedade*" (KLEIMAN, 1990).

O *letramento*, assim, consiste numa série de comportamentos sociais dinâmicos proporcionados e mediados pela escrita, transmitidos por agências de *letramento* existentes na sociedade (que, dentre outras, podem ser: a família, a escola e a igreja). Dadas as agências de *letramento* envolvidas nas práticas sociais mediadas pela escrita, o lugar ou contexto social em que ocorrem as interações e suas finalidades, SCOLLON & SCOLLON (1980) propõem que se pense em mais de um tipo de *letramento*, a saber:

- o *letramento acadêmico*: adquirido através do ensino formal na escola; envolve a habilidade de ler e escrever material descontextualizado¹;
- o *letramento de base pragmática*: adquirido, geralmente, de

maneira informal (no ambiente familiar); envolve leitura e escrita de materiais profundamente contextualizados; como bilhetes, por exemplo;

- o letramento com fins religiosos: tem como objetivo instruir o indivíduo quanto à moral, ética e religião. Envolve a compreensão do texto religioso e enfatiza o valor da verdade inquestionável. Na maioria das vezes, é unilateral no sentido de que, em geral lemos, mas não escrevemos textos sacros.

No Brasil, o contato com a escrita e sua aquisição estão ligados, quase que exclusivamente, ao ensino escolar. Embora existam crianças que tenham a possibilidade de desenvolverem algumas estratégias de leitura e de escrita antes de adentrarem ao ambiente escolar (integrantes, em geral das classes média alta e alta), a tarefa de ensinar a ler, escrever e contar ainda é marcadamente da escola. Sendo assim, *letramento*, *alfabetização* e *escolarização* figuram como conceitos muito próximos uns dos outros, e o *letramento*, num sentido mais amplo (que pode ser *de base pragmática, com fins religiosos ou acadêmico*), passa a ter a conotação restrita de *letramento acadêmico*, ou seja, o letramento que permite ao sujeito adquirir práticas e estratégias de interação e resolução de problemas próprios do ambiente escolar e valorizados na escola. Considera-se letrado aquele sujeito que frequentou ou que frequenta a escola, uma vez que esta tem sido, praticamente, a única agência de letramento institucionalmente reconhecida em nossa sociedade.

Ocorre que, com a política da democratização do ensino, abriram-se os portões das escolas a uma clientela proveniente de classes sociais menos favorecidas, que raramente consegue ficar mais do que um ou dois anos na escola. Entretanto, para efeito de conquistas sociais (como a obtenção de emprego, por exemplo), essas pessoas são consideradas escolarizadas.

Esse indivíduo, denominado "semi-alfabetizado" (ou "analfabeto funcional", que teve que sair muito cedo da escola, mais cedo ou mais tarde, terá que se servir dessa sua curta e frustrante experiência escolar para comprovar seu grau de escolarização em favor de conquistas sociais como, por exemplo, a obtenção de um emprego junto a um órgão público. Meu trabalho insere-se nesse contexto. Examino as provas de um concurso público municipal, no qual 37% dos candidatos foram classificados como "semi-alfabetizados" (o que implica ter concluído, no máximo, a segunda série do 1º grau) ou tinham escolarização referente à 4ª série completa do 1º grau.

Tendo em vista a alta porcentagem de candidatos ao concurso que freqüentaram a escola por pouco tempo, procuro verificar qual o grau de adequação entre a prova do concurso e a expectativa do empregador quanto à qualidade do profissional a ser contratado, considerando as características das questões propostas nas provas, bem como o tipo de prova.

Meu interesse pela análise do concurso surgiu devido à constatação (a partir de conversas informais) de que a prova do concurso em exame não correspondeu às expectativas do empregador. Uma avaliação pós-concurso realizada pela CC mostra que nem sempre os candidatos mais bem sucedidos nas provas têm sido os melhores no desempenho do cargo e que, por vezes, os que obtiveram colocação mediana no concurso têm obtido mais sucesso no emprego.

O concurso que analisarei realizou-se por exigência constitucional, em 1989, num órgão público municipal de uma cidade do interior paulista, cuja população é de, aproximadamente, 40 mil habitantes. Localizada próxima a grandes centros industriais e universitários, a cidade possui algumas pequenas indústrias e não possui escolas de nível superior. A maioria de seus habitantes trabalha em indústrias de municípios vizinhos ou no campo.

Considero o concurso um *evento de letramento* (HEATH, 1982) uma vez que a escrita media a interação entre o empregador e os candidatos aos cargos a serem preenchidos via concurso público. Por *eventos de letramento* entendem-se:

"quaisquer eventos envolvendo a escrita, tais como grupos negociando significados em textos escritos (ex.: um anúncio), indivíduos procurando itens em livros de consulta ou a escrita de anotações familiares na Bíblia, e uma dezena de outros tipos de ocasiões nas quais livros ou outros materiais escritos complementam a interpretação numa interação" (GEE, 1986: 737). (tradução da autora)

Assim, uma carta familiar, as orações religiosas, o noticiário no rádio e na televisão, a leitura e a escritura de jornais, revistas, papéis burocráticos, orçamentos domésticos, etc., são todos *eventos de letramento*, uma vez que são

"ocasiões nas quais a língua escrita é essencial para a natureza da interação entre os participantes e seus processos e estratégias interpretativos" (HEATH, 1982: 50). (tradução da autora)

Composto por uma prova dividida em três partes, o concurso exigia do candidato que demonstrasse seus conhecimentos em três áreas distintas: Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Específicos.

Procederei a um estudo exploratório de todo o processo de efetivação desse concurso, desde sua elaboração e realização até a avaliação pós-concurso feita pela Comissão de Concurso. Pretendo examinar criticamente a influência de um tipo de letramento - o *acadêmico* - num evento de letramento que não é escolar. Percebe-se, numa prévia observação do conteúdo das questões das

Introdução

provas, que a escola, como principal agente de letramento na sociedade, exerce um papel muito forte sobre as concepções de sujeito letrado das pessoas envolvidas na elaboração do concurso. Parece haver uma crença de que a única forma de se testar o conhecimento e a capacidade das pessoas seja via instrumentos fornecidos pela escola.

Acredito, entretanto, que os eventos de letramento possuem funções sociais diferenciadas. Num concurso para obtenção de vagas numa empresa, por exemplo, não se está testando o sujeito para ver se ele tem habilidades acadêmicas, como seria próprio de um concurso vestibular, mas está-se avaliando o candidato para verificar sua capacidade para:

- a) interagir em contextos bidialetais, compreendendo o discurso de sujeitos letrados, que, neste caso específico, são seus superiores na empresa;
- b) exercer a função pretendida.

Sendo assim, um instrumento de avaliação que sirva para avaliar conhecimentos acadêmicos de um indivíduo, não é necessariamente adequado em outra situação de testagem, como é o caso do concurso em questão.

Partindo, então, da constatação de que o resultado do concurso não foi satisfatório para o empregador (principalmente no caso dos semi-alfabetizados), e da hipótese de que o conteúdo e o tipo de prova podem não ter sido adequados para essa situação de testagem, o presente estudo vem assim organizado:

No Cap. II, apresento elementos sobre a história do concurso. Assim, nele descrevo o processo de montagem do concurso (formação das comissões, trâmites burocráticos, etc.); a conformação do quadro de funcionários da Prefeitura; e as características das provas: como elas são elaboradas e qual o conteúdo das questões.

No Cap. III, trato das questões teóricas sobre a escrita, com relação ao impacto desta nas relações sociais dos indivíduos. Apresento, primeiramente, alguns estudos que classificavam os povos de *primitivos* (que não se utilizavam da escrita) e *civilizados* (que faziam uso da escrita). Decorrente dessa classificação, havia outra que relacionava o uso da escrita à evolução cultural e cognitiva dos povos que dela se utilizavam, posição esta representada por GOODY & WATT, 1963; HAVELOCK, 1963; ONG, 1967.

Um segundo grupo de pesquisadores surge, mais tarde, operando uma mudança de tendência nos estudos sobre o impacto social da escrita. Encabeçando esse grupo, há o trabalho de SCRIBNER & COLE (1981), que traz uma visão psico-social do letramento.

Essa nova tendência em se estudar a escrita em relação à sua influência na vida social do indivíduo abriu as portas para outros campos da ciência. Assim, temos estudos no campo da Sociologia (SCOLLON & SCOLLON, 1981) e da Antropologia (HEATH, 1982; STREET, 1984). Tais trabalhos posicionam as reflexões sobre letramento dentro de um enfoque ideológico.

Dos trabalhos de pesquisadores brasileiros na área de letramento, são comentados os estudos de PAULO FREIRE; KATO, 1986; KUENZER, 1985; A.M. FREIRE, 1989; ; SCHLIEMANN et al., 1989; TFOUNI, 1988; e KLEIMAN (1990-1992).

No Cap. IV apresento a análise dos dados propriamente dita. Tal análise inicia-se pela observação do Boletim Instrucional distribuído pelo Governo do Estado, com o objetivo de orientar as prefeituras na realização de concursos, sendo seguida pela análise de questões das provas e dos resultados advindos da aplicação destas.

Há, ainda, neste capítulo, uma discussão mais detalhada sobre a concepção ideológica de letramento. Focalizo, principalmente, os estudos que, vendo o letramento como uma questão ideológica, atribuem à escola o papel de principal agência de letramento na sociedade, e, como tal, principal instrumento de manutenção e propagação da ideologia da classe dominante (SEVERINO, 1986; STREET, 1894; CLARK et al., 1987; BOURDIEU & PASSERON, 1975).

No Cap. V, apresento as conclusões, sugerindo algumas propostas de reflexões que deveriam ser consideradas quando da incumbência de se realizar um concurso público.

NOTAS DO CAPÍTULO I

¹descontextualizado, aqui, quer significar o conteúdo que não faz referência ao contexto imediato, mas ao contexto do texto, construído pelo seu próprio autor.

Com a promulgação da nova Constituição Nacional Brasileira, em 1988, tornou-se obrigatório o concurso público para ingresso e efetivação de cargos em todos os órgãos oficiais da nação. O Cap. VII - Da Administração Pública - vem regulamentar essa decisão, conforme Artigo 37, incisos de I à IV (anexo I).

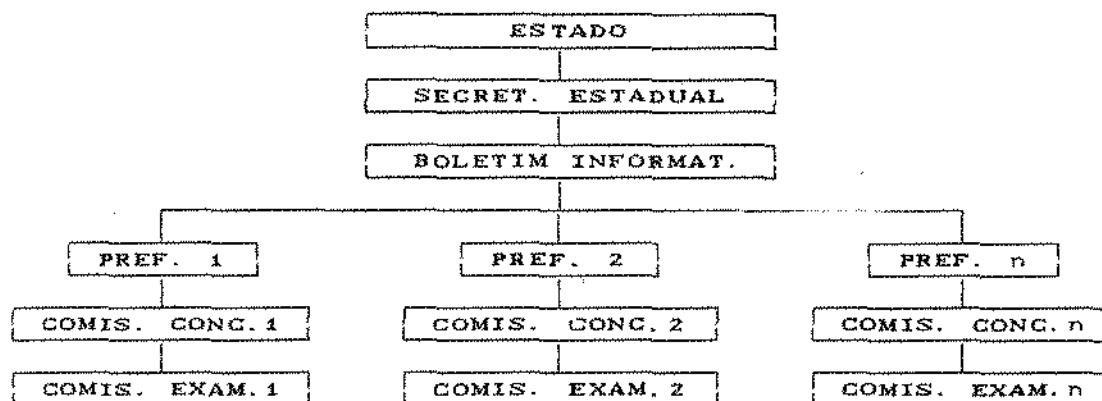
Tal medida levou os órgãos oficiais a buscarem uma maneira de elaborar e aplicar as provas segundo suas necessidades e realidade locais, uma vez que a realização de um concurso consistia numa nova realidade a ser enfrentada pelas Prefeituras. No intuito de auxiliá-las nesse empenho, o Governo do Estado de São Paulo, através de CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal), organizou um boletim contendo informações básicas sobre todo o processo de montagem de um concurso público.

O primeiro passo em direção à efetivação do concurso consistiu nas providências burocráticas a serem tomadas pela Prefeitura. Em 08 de agosto de 1989, o Prefeito assinou o Regulamento Geral de Concursos (anexo II) e, na mesma data, a

Portaria Canexo III) instituindo integrantes e atribuições da Comissão de Concurso, que se encarregaria de nomear uma Comissão Examinadora e de redigir e publicar os editais do concurso. Ainda neste mesmo ano, realizou-se o primeiro concurso público municipal da cidade.

2.1 TAREFAS DAS COMISSÕES

Sem um organograma pré-definido, o processo da efetivação do concurso público em exame obedeceu à seguinte organização:



onde lê-se: o Governo do Estado, através de sua Secretaria de Administração Pública, elabora um boletim que deva conter todas as informações necessárias para orientar a elaboração e a realização de um concurso público. Este boletim informativo deve ser enviado a todas as Prefeituras do Estado de São Paulo. A cada Prefeitura, por sua vez, cabe criar uma Comissão de Concurso, sendo que esta deve nomear uma Comissão Examinadora para cada concurso a ser

realizado (doravante farei referência às comissões como CC e CE, respectivamente).

A CC, que tem caráter permanente, é atribuída a tarefa de elaborar, para cada concurso, um Regulamento Especial, baixado por Edital, no qual devem constar, por exemplo:

- a. os empregos a prover, com a respectiva quantidade e vencimentos;
- b. os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição, o local e o prazo;
- c. condições especiais exigidas para o exercício do emprego, referentes ao grau de instrução, diploma ou experiência de trabalho, capacidade física e limite de idade, etc.; e
- d. todos os demais itens observados no Cap. II, Art. 5º, do Regulamento Geral de Concursos (acima referido).

Além dessas providências quanto ao Edital do Concurso, a CC deve ainda:

- a. encarregar-se de todo o processo burocrático que envolve o concurso (lista de aprovados, publicação na imprensa local, etc.);
- b. confeccionar e fornecer material de apoio para as questões de Conhecimento Específico da prova (apostilas);
- c. nomear os fiscais de prova para o dia do exame;
- d. fazer uma avaliação pós-concurso dos problemas referentes à prova (grau de dificuldade das questões, por exemplo), e estudar soluções para estes; e
- e. estudar casos de funcionários antigos que prestaram concurso e não passaram.

Já a função da equipe que compõe a CE (escolhida pela CC a cada concurso) é de elaborar as questões das provas. Participam desse grupo professores de 1º, 2º e 3º graus, conforme o nível do cargo a ser preenchido via concurso, e profissionais chefes das seções em que serão preenchidas as vagas, desempenhando a tarefa

de elaborarem as questões de Conhecimento Específico constitutivas das provas.

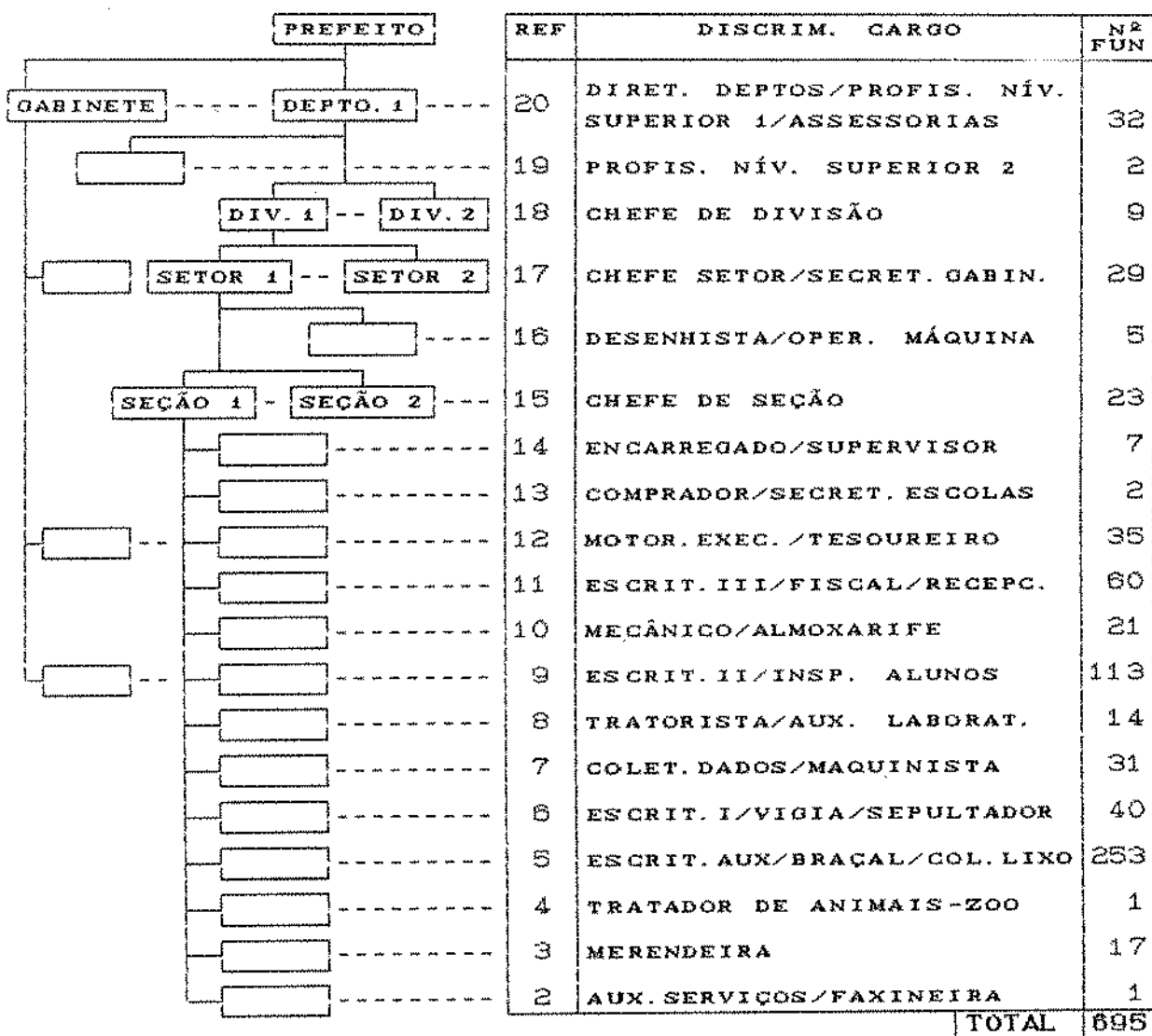
2.2 SOBRE O QUADRO DE FUNCIONARIOS

Na falta de um organograma atualizado que me pudesse ser fornecido pela Prefeitura, elaborei um outro, simplificado, da conformação hierárquica básica dos cargos neste local (Fig. 2.1). Ao lado do organograma, coloco um quadro, no qual estão discriminados:

1. a referência salarial: nesta Prefeitura, a distribuição do efetivo obedece a uma classificação segundo a faixa salarial, que vai da referência 2 (mais baixo salário) à referência 20 (mais alto salário);
2. o cargo: na coluna dos cargos, estão discriminados exemplos de cargos relativos às referências salariais. Destes, apenas os de referências 17 e 18 e alguns de referência 20 não são preenchidos via concurso público, por tratarem-se de cargos de confiança;
3. o número de funcionários: nesta coluna, consta o número máximo de funcionários que cada nível hierárquico pode somar. A ampliação ou a diminuição desses valores depende de aprovação pela Câmara Municipal da cidade.

É importante notar que se trata de um organograma "estilizado", e, sendo assim, pode existir, por exemplo, um Setor sem nenhuma Seção vinculada a ele, ou, ainda, uma Seção com apenas uma ou duas ramificações. O Setor de Cadastro, por exemplo, atualmente não tem Seção alguma ligada a ele, assim como a Seção de Dívida Ativa conta somente com dois funcionários: o Chefe da Seção (ref. 15) e um Assistente Administrativo (ref. 12).

Fig. 2.1- Organograma simplificado e quadro demonstrativo



Do total de 695 funcionários da Prefeitura, 645 prestam concurso (que corresponde à soma de todos os funcionários de referência 16 para baixo, os de referência 19 e alguns profissionais de nível superior 1, ref. 20: médicos, dentistas, etc. A esses 645 devem ser somados os 99 concursados para o cargo de Professor das escolas infantis, de 1º grau e cursos técnicos oferecidos pela Prefeitura (os Professores têm suas retiradas

vinculadas a outro regime salarial). Sendo assim, chegamos a uma constatação de que, no total geral, a Prefeitura possui 794 funcionários. Destes, 744, ou seja, aproximadamente 93%, devem prestar concurso para serem efetivados em seus cargos.

Um dos critérios para a admissão a um cargo na Prefeitura é o grau de escolaridade do indivíduo. Apresento, na figura abaixo, os cargos segundo a escolarização exigida para o exercício da função, apontando também a referência salarial e o número de funcionários que devem ser concursados:

Fig. 2.2. - Quadro do agrupamento dos cargos segundo o grau de escolarização

REF. SALAR. (sal. - base)	CARGO	ESCOLAR.	Nº FUNC. CONCURS.
2-3-4-5	faxineira, merendeira, tratador de animais, braçal, servente, ajudante de serviços, jardineiro, gari, coletor de lixo, etc.	"semi-alfabet." ou até 4ª série	272
6-7-8-9 10-11 12-13 14	escriturário (níveis I, II e III), coletor de dados, aux. de laboratório, tratador de água, tesoureiro, secret. de escola, supervisor de serviços, etc.	1º grau compl.	323
15-16	desenhista, mecânico de máquinas pesadas, agente funerário, técnico em laboratório, etc.	2º grau compl.	28
19-20	psicólogo, médico, fonocardiologista, farmacêutico bioquímico, etc.	nível superior	22
—	professor I, II, III	2º grau e nível superior	99
		Total	744

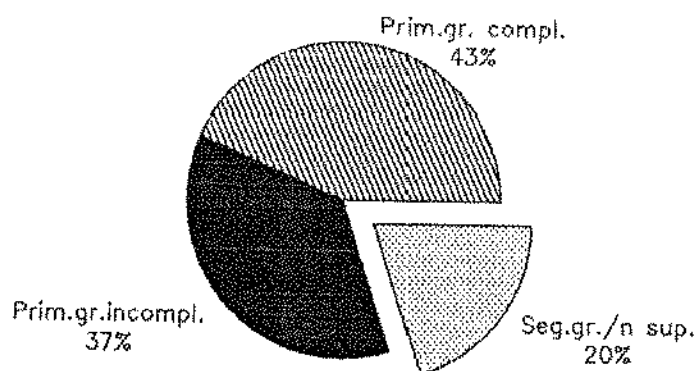
De posse dessas informações, confrontemos os dados numéricos de funcionários às cifras percentuais relativas ao nível de escolarização desses indivíduos, uma vez que o grau de dificuldade da prova à qual eles são submetidos está baseado no grau de escolaridade requerido para que exerçam a função à qual concorrem (trabalharei com valores aproximados).

Dos 744 concursados, 272 possuem escolaridade de 1º grau incompleto, ou seja, 37% dos funcionários admitidos via concurso freqüentaram a escola por apenas alguns poucos anos. Outros 323 funcionários, 43% do total de concursados, têm nível de escolaridade referente ao 1º grau completo.

Aos 28 indivíduos concursados com 2º grau completo e aos 22 com nível superior, devem-se somar os 99 Professores, totalizando 149 funcionários com grau de escolaridade igual a 2º grau completo ou nível superior, ou seja, 20% dos 744 concursados possui 2º grau ou nível superior completos.

O gráfico 3.1, abaixo, nos possibilitará visualizar melhor o número de funcionários agrupados segundo o grau de escolarização exigido para a inscrição no concurso.

Graf. 2. 1- Conformação percentual dos funcionários segundo o grau de escolarização



Como podemos ver nesse gráfico, 80% do efetivo da Prefeitura constituiu-se de indivíduos cuja escolarização máxima é de 1º grau completo. Vê-se, ainda, que, desta parcela, 37% possui 1º grau incompleto, o que, na maioria dos casos, equivale a um ou dois anos de frequência à escola.

Sabendo-se que a CC optou por aplicar uma prova escrita à maioria dos candidatos testando conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Específicos questiona-se a validade desse instrumento de avaliação, uma vez que representativa parcela de semi-alfabetizados teve que responder a uma prova baseada num conhecimento de escrita não dominado. Questiona-se, também, a validade dos resultados obtidos uma vez que se torna tarefa difícil avaliar o sucesso do candidato servindo-se de um instrumento de avaliação inadequado.

A seguir, relato as etapas do processo de efetivação do concurso, desde a sua elaboração até a realização e a avaliação pós-concurso da CC.

2.3 AS PROVAS DO CONCURSO

2.3.1 Etapas na Elaboração

A primeira prova do concurso para semi-alfabetizados na Prefeitura consistiu em um exame psicotécnico. Devido ao desconhecimento total das estratégias de resolução desse tipo de prova, por parte desses indivíduos, convencionou-se buscar outra maneira de avaliá-los, uma vez que, já sendo funcionários em exercício, precisariam cumprir a exigência constitucional de

prestarem concurso.

Sendo assim, a CC resolve optar pela prova escrita "tipo teste", estabelecendo que o grau de dificuldade das questões das provas seria definido segundo a escolarização exigida para o exercício da função pretendida pelo candidato (vide Edital de Concurso, anexo IV). Assim, por exemplo, aqueles que concorrem a serviços braçais, como *Lubrificador de Autos, Tratador de Água, Servente, Merendeira, etc.*, devem possuir o nível de escolarização mínimo de "ser alfabetizado"; os candidatos a funções um pouco mais qualificadas, como *Telefonista, Coletor de Dados, Fiscal de Obras, Auxiliares de Enfermagem, Odontologia e Laboratório, etc.*, devem "possuir o 1º grau completo". Para *Técnico de Laboratório* exige-se o "Certificado de Conclusão de 2º grau" e para profissões bastante especializadas, como é o caso de *Farmacêutico Bioquímico*, pede-se "possuir registro no C.R.F. (Conselho Regional de Farmácia)", ou seja, ter concluído o curso de Farmácia na Universidade. Os aspirantes à efetivação de cargo na Prefeitura - inclusive os semi-alfabetizados - deveriam passar por uma prova de Língua Portuguesa, Matemática (doravante LP e M, respectivamente) e Conhecimentos Específicos. Excluem-se dessa exigência os candidatos de nível superior, que seriam submetidos apenas a uma prova de Conhecimentos Específicos e uma entrevista. Haveria, ainda, que somar-se ao resultado da prova e da entrevista (quando houvesse esta última) os pontos de titulação (tempo de serviço, cursos realizados, etc.).

O procedimento para obtenção das questões de LP e M consistiu no seguinte: um conjunto de questões elaboradas pela CE foi entregue à CC, que selecionou aquelas que fariam parte desta ou daquela prova. Segundo um dos membros da CC, um dos principais critérios dessa seleção foi a adequação das questões ao grau de escolaridade exigido do candidato.

Já o procedimento para a obtenção das questões das provas de Conhecimento Específico consistiu em pedir aos chefes das seções carentes de funcionários que elaborassem questões concernentes ao cotidiano daquela seção e que exibissem, portanto, ao empregador, o grau de conhecimento do candidato nessa área em específico.

No caso do concurso em exame, esse material chegou às mãos da CC apenas com o enunciado e a resposta, cabendo aos integrantes da comissão elaborarem possíveis falsas alternativas para comporem a prova "tipo teste". Segundo o Presidente da CC, essa veio a ser uma das tarefas mais difíceis para a comissão, pois, pelo menos um de seus integrantes deveria possuir algum conhecimento na área para poder sugerir alternativas viáveis.

Uma vez montadas as provas, surgiu, por ocasião da aplicação do concurso, um problema quanto à relação entre o grau de dificuldade das questões e o grau de escolaridade exigido do candidato. Esperava-se que o conteúdo das provas estivesse adequado ao grau de escolaridade do candidato. Entretanto, para muitos indivíduos que postulavam a cargos que exigiam, quanto ao nível de escolarização, "ser alfabetizado", a prova tornou-se inexecutável. Ocorre que, no conceito de "alfabetizado" com o qual opera nossa sociedade de uma maneira geral, saber assinar o nome já é considerado "ser alfabetizado". Como o concurso em questão objetivava efetivar os funcionários da Prefeitura, todos aqueles que não ocupavam os chamados cargos de confiança tiveram que prestá-lo, inclusive os analfabetos e semi-alfabetizados. Assim, segundo depoimento de fiscais da prova, vieram para o concurso muitos candidatos que mal conseguiram fazer uma leitura "silabada" das palavras presentes nas questões da prova. A solução emergencial encontrada pela CC para esse problema foi permitir que o fiscal lesse as questões para o candidato e este apontasse a resposta que julgasse correta. Houve mais de um caso do candidato não entender, sequer, o enunciado da questão e/ou não saber

preencher o gabarito. Vejamos o depoimento do funcionário encarregado do setor com maior número de indivíduos com pouca escolarização, que trabalhou no concurso como Fiscal:

(1) "...a prova não é TÃO difícil assim,,,mas geralmente a pessoa tem dificuldade maior...é depois que ele respondeu...ele passar pro gabarito...ele vê ali aqueles quadrinhos...aquelas coisas...então ele se atrapalha...(...)é uma das dificuldades terríveis do pessoal...principalmente que tem 2^a...3^a ano..."

Referindo-se a essa prova, e aos candidatos semi-alfabetizados, numa avaliação pós-concurso, a CC foi unânime em afirmar que "não funcionou esse tipo de prova para esse nível de funcionário" (E SED).

O grande problema, então, consistiu em encontrar uma forma de efetivar o grupo de funcionários com pouca ou nenhuma escolarização. Para os que possuíam o primeiro grau completo o problema não existiu e, em geral, os candidatos classificados nesse caso satisfazem o empregador com relação à execução de suas obrigações, o que já não acontece com os analfabetos ou semi-alfabetizados que conseguiram passar no concurso. Estes representam um grupo de alta rotatividade no quadro de funcionários da Prefeitura.

Como podemos observar na figura abaixo, numa das ocupações que mais emprega indivíduos com pouca escolarização - *Gari* -, cuja formação escolar é de 1^a grau incompleto, a porcentagem de rotatividade situa-se na casa dos 47%. É um índice considerado alto, e que leva a administração a realizar seguidos concursos para preenchimento de vagas, ou seja, a defrontar-se seguidas vezes com o problema da seleção desse pessoal via concurso público. Vejamos a figura:

Fig. 2.3: quadro da rotatividade de funcionários com pouca escolarização

CONC. N°	PROFISSÃO	N° DE FUNC. CONVOCADOS	N° FUNC. DEDIT.	N° FUNC. DESIST.	% ROTATIV.
001/89	Gari	82	24	18	51
003/90	Gari	41	8	12	48
002/91	Gari	28	3	6	32
TOTAL (em 3 conc.)		151	35	36	47 (média)

Vários podem ser os fatores que levam a essa rotatividade, tais como: baixos salários, condições ou ambiente de trabalho insatisfatórios, etc. Entretanto, acredito que a maneira inadequada de selecionar esse pessoal também tem contribuído para a alta rotatividade dos funcionários com pouca escolarização, uma vez que o resultado da prova não tem refletido a capacidade do candidato para o trabalho.

Tendo em vista, por um lado, que o problema maior do concurso em exame consiste na seleção dos candidatos com pouca escolarização e, por outro, que essas pessoas, distribuídas por diversos setores da Prefeitura, representam 37% de seu efetivo, delimitarei meu campo de análise, basicamente, às provas aplicadas a esse grupo de pessoas, levando em conta, inclusive, os problemas sociais que esses indivíduos têm que enfrentar por não dominarem a escrita. Acredito que o processo de seleção desse pessoal deva ser condizente com a expectativa do empregador e a capacidade do indivíduo para o exercício da função, em favor de um melhor andamento das atividades na Prefeitura como um todo, respeitando-se essa camada populacional que, por não dominar a escrita, fica à margem da sociedade.

Esse problema da visão que se tem do analfabeto, e das

atitudes que são tomadas em relação a essa parcela da sociedade é indicativa de uma concepção academicista de letramento, que será examinada no Cap. IV.

2.4.2 Descrição de conteúdos

O número total de questões das provas do concurso é, em média, de 40 perguntas, todas objetivas.

A quantidade de questões de LP, M e Conhecimentos Específicos varia de acordo com a profissão para a qual concorre o candidato e, conseqüentemente, de acordo com a escolarização exigida para o cargo. Na figura abaixo, além de um exemplar de cada profissão segundo o grau de escolarização requerido no Edital de Concurso, observamos que a quantidade de questões de Conhecimentos Específicos aumenta proporcionalmente ao nível de instrução escolar solicitado para o exercício da função. Procedimento contraditório, uma vez que exige-se mais conhecimento escolarizado exatamente daqueles que menos frequentaram a escola (se é que se deva exigir esse conhecimento num concurso público para qualquer cargo que seja). Vejamos:

Fig.2.4: distribuição do conteúdo da prova de concurso

PROFISSÃO	GR. ESCOLAR.	Nº QUESTÕES POR CONTEÚDO		
		LP	M	C. ESPEC.
Merendeira	1ª g. incomp.	10	10	20
Aux. Lab.	1ª g. comp.	15	15	10
Téc. Lab.	2ª g. comp.	5	5	30
Farm. Bioq.	n. superior	zero	zero	40

Tiradas de apostilas ou indicações bibliográficas fornecidas ao candidato quando de sua inscrição ao concurso, as questões de

Conhecimento Específico são como as que se seguem nos exemplos abaixo, retirados das provas para *Jardineiro* e *Operador de Máquinas*, respectivamente:

- (2) (PCEr3) "Qual a árvore que pode ser utilizada nas vias públicas, sem causar maiores problemas?"
- a) sibipiruna
 - b) seringueira
 - c) resedá
 - d) paineira"
- (3) (PLPr7) "Manter a cacamba em posição inclinada sobre o solo, fazendo uso dos dentes da mesma. Isso constitui regra básica para:
- a) escavação em área plana
 - b) escavação em declives acentuados
 - c) escavação em solo arenoso
 - d) nenhuma das alternativas anteriores"

Quanto ao conteúdo de Matemática, as questões, em geral, exigem que o candidato saiba efetuar as quatro operações aritméticas, quase sempre, sem um contexto dado. Os exemplos que vêm a seguir são retirados de provas para *Servente e Escriturário Nível 1*, respectivamente:

- (4) (PMr2) "Qual o resultado da conta $39+54$?
- a) 103
 - b) 94
 - c) 93
 - d) 83"
- (5) (PMr6) "Efetuando a seguinte operação o resultado será:
 $3(2-4) + 5(-1+6-3)$
- a) -4
 - b) -32
 - c) 32
 - d) 4"

Algumas vezes são propostos problemas de matemática específicos para a função à qual a prova se destina. Por exemplo, para o cargo de Servente, pergunta-se:

- (6) (PMr-2) "Uma pessoa precisa colocar 3 colheres de cloro em um litro de água para limpar o chão. Quantas colheres precisam ser colocadas num balde de 7 litros de água?"
- a) 3
 - b) 21
 - c) 7
 - d) 15"

Embora acredite que uma prova escrita, tipo teste, para semi-alfabetizados, não seja adequada, admito que a questão acima poderia ser pertinente, uma vez que seu conteúdo talvez estivesse bastante próximo da necessidade real que um Servente pudesse vir a ter quando do desempenho de suas funções.

Quanto às questões da prova de LP, dividem-se em três grandes grupos: *ortografia, gramática e morfologia, e interpretação de texto.*

As questões de ortografia incluem pontuação, acentuação e crase.

De gramática e morfologia aparecem "exercícios de singular/plural, tempos verbais, análise sintática, etc.

Como interpretação de texto, são colocadas perguntas sobre a leitura de trechos do texto.

Esse conteúdo distribui-se, em termos percentuais, da seguinte maneira:

Fig. 2.5: distribuição do conteúdo da prova de LP

CONTEÚDO	% REFERENTE AO TOTAL DE QUESTÕES DE LP
Ortografia	10
Gram. e Morfol.	60
Interp. texto	30

Como podemos perceber, o enfoque principal do conteúdo está voltado para aspectos normativos da língua (ortografia, gramática e morfologia), que, na amostragem observada, chega a alcançar a casa dos 70% do total de questões de LP da prova. São raros os casos em que esses conteúdos ocupem menos do que 50% da prova.

A seguir, exemplifico cada item desse conteúdo. A análise dessas questões e de outras semelhantes será feita no Capítulo IV.

a) Ortografia:

(7) (PLPr5) "Assinale a alternativa em que as lacunas se preenchem com a mesma letra:

- a) rapide_, magre_a, prince_inha
- b) sacerdoti_a, fregue_a, rigide_
- c) marque_a, chuva_o, preten_ioso
- d) consule_a, esperte_a, altive_"

(8) (PLPr4) "Marque a alternativa correta" observando a acentuação:

- a) chapéu - picolé - guarana - carijó
- b) chapeu - picolé - guaraná - carijó
- c) chapéu - picolé - guaraná - carijo
- d) chapéu - picolé - guaraná - carijó"

(9) (PLPr16) "Quais as palavras que completariam as lacunas?
Descendo ... terra ... noite, o marinheiro viu um homem que vinha ... pé.

- a) à, à, à
- b) a, a, a

- c) a, à, à
- d) à, a, a
- e) à, à, a"

- (10) (PLPr5) "Assinale a alternativa pontuada corretamente:
- a) Saía cedo. Não eram 7 horas e já, estava no ônibus
 - b) Saía, cedo. Não eram 7 horas e, já estava no ônibus
 - c) Saía cedo; não eram, 7 horas e já estava no ônibus
 - d) Saía cedo: Não eram 7 horas e já estava no ônibus"

Percebe-se que, além do caráter eminentemente normativo, essas questões possuem, não raro, enunciados confusos, como o do exemplo (9), de colocação de crase, no qual o candidato deve "encaixar" o a, com ou sem crase, numa oração um tanto sem sentido, totalmente descontextualizada e do tipo "quebra-cabeça".

b) Gramática e Morfologia:

- (11) (PLPr5) "Assinale a alternativa que não apresenta erro gramatical:
- a) Alice comprou dois belíssimos vestidos amarelos-canário.
 - b) As crianças surdas-mudas vestiam roupas azul-marinho.
 - c) Ela apresentava cabelos castanhos-escuros.
 - d) Os vices-prefeitos debateram problemas sociais-econômicos."
- (12) (PLPr2) "O feminino de BODE é:
- a) vaca
 - b) cabra
 - c) ovelha
 - d) porca"
- (13) (PLPr8) "Qual o grupo de verbos que é classificado como verbos auxiliares?
- a) ter, estar, tido, deixar
 - b) estar, haver, cantar, partir
 - c) ser, estar, haver, deixar
 - d) ser, estar, haver, ter
 - e) ser, haver, estar, falar"

- (14) (PLPr7) "Assinale a alternativa que completa corretamente as

lacunas com os verbos dos parênteses no pretérito perfeito:

O professor _____ na briga dos alunos. (intervir)

Eles _____ um atestado. (requerer)

Tudo ocorreu como eles _____. (prever)

- a) interviu, requiseram, preveram
- b) interveio, requereram, previram
- c) interviu, requereram, preveram
- d) interveio, requiseram, previram"

c) Interpretação de Texto:

(15) (PLPr2) "Eu sou Fernanda. Uma menina solitária e triste. Meu pai é um homem trabalhador e bom, mas muito nervoso. Minha mãe vive fora o dia inteiro, limpando a casa de gente rica. Sinto-me só. E, por isso, tenho meus sonhos. Quando crescer gostaria muito de poder mudar essa situação".

Usar o texto para responder as questões de 1 à 4.

1) A menina do texto chama-se:

- a) Marcia
- b) Fernanda
- c) Lucia
- d) Marlene

2) Fernanda era uma menina:

- a) Solitária e triste
- b) Alegre e simpática
- c) Elegante e triste
- d) Solitária e carinhosa

3) Marque a alternativa correta:

- a) O pai de Fernanda é um homem trabalhador e bom, mas nervoso
- b) O pai de Fernanda é um homem simpático e trabalhador
- c) O pai de Fernanda é um homem rico
- d) O pai de Fernanda é um homem que viaja muito

4) Assinale a alternativa correta:

- "A mãe de Fernanda é":
- a) vendedora

- b) costureira
- c) merendeira
- d) faxineira "

A configuração da prova, de acordo com o que vimos nos exemplos destacados, é um dado preocupante, uma vez que se está pretendendo contratar, via concurso, pessoas para exercerem funções que não têm a ver com funções escolares. Há uma concepção de sujeito letrado por trás das tomadas de decisão daqueles envolvidos no processo de efetivação do concurso que está equivocada, como discutiremos no Cap. III. Num país cujo número de analfabetos chega a 25.67% (dado do Censo/87 - IBGE), acredito que a questão do concurso público - que é um evento realizado em todo o país - deve ser analisada com maior critério, não só em favor de vantagens administrativas (o resultado refletir a expectativa de empregadores e empregados), mas também em favor da justiça social, pois, da forma como vem ocorrendo, o concurso público tem funcionado como mais um instrumento de marginalização do analfabeto ou semi-alfabetizado.

Tendo em vista, portanto, os fatos de que:

- a) as questões da prova seguiram o modelo e o conteúdo característicos das provas escolares;
 - b) 80% dos candidatos ao concurso possuíam, no máximo, escolarização igual a 1º grau completo;
 - c) para 37% dos candidatos (número referente aos semi-alfabetizados) a prova foi praticamente inexecutável;
- acredito extremamente necessários estudos que enfoquem a problemática dos usos que se têm feito da escrita na sociedade; quais os valores atribuídos à escrita, e como ela tem funcionado como instrumento de dominação e discriminação sociais.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

3.1 QUADRO TEÓRICO

O surgimento da escrita consiste, sem dúvida, numa das maiores revoluções sociais pelas quais já passou a humanidade, fato este responsável pelo elevado número de autores que ainda hoje escrevem sobre funções, usos e influências da escrita na sociedade.

Os primeiros estudos sobre o impacto social da escrita voltavam-se para a comparação valorativa das modalidades falada e escrita de uma língua, apontando, na grande maioria das vezes, para a superioridade cultural dos povos que dominavam o sistema escrito (c.f. GEE, 1986). Acreditava-se que o fato de se adquirir a escrita implicava num incremento das habilidades cognitivas do indivíduo e na conseqüente evolução cultural da comunidade que se utilizava da escrita, sendo beneficiados com isso todos os setores sociais (economia, justiça, etc.).

Como representativo desse momento, GEE (op. cit.) cita o estudo de GOODY & WATT (1963); HAVELOCK, (1963) e ONG, (1967). Tais autores conferem à escrita o enorme poder de promover a evolução social: desde a economia, a cultura e a visão de mundo de uma sociedade, até o incremento das habilidades cognitivas de cada sujeito individualmente. Como exemplo, Goody & Watt citam a Grécia antiga que, ao adotar o sistema alfabético de escrita, passou por uma profunda revolução intelectual, que se refletiu positivamente sobre todos os outros setores sociais. Segundo eles, a aquisição da escrita possibilita ao indivíduo uma capacidade de abstração inexistente naqueles que não dispõem desse conhecimento. A conclusão que se segue de tal argumento é que esses indivíduos seriam intelectualmente menos evoluídos.

Esse é o enfoque dado aos primeiros estudos sobre os efeitos da escrita na sociedade. Em linhas gerais, os autores dessa fase atribuem à escrita a passagem de uma relação concreta com os fatos do mundo para uma mais abstrata, resultando numa evolução cognitiva do homem.

O fim da década de 70 e o início da década de 80 marcou uma mudança nas tendências dos trabalhos sobre a escrita. Dentro, ainda, desse enfoque psicológico que se vinha dando às questões do papel da escrita na sociedade e da interferência dela na própria formação cognitiva do homem, surge o trabalho de SCRIBNER & COLE (1981), voltado para a análise e a descrição dos usos e funções da escrita em uma comunidade da Libéria - os Vai - que convive com três escritas distintas diariamente: a escrita Vai, o Árabe e o Inglês.

O primeiro fato constatado neste trabalho foi de que as diversas escritas eram empregadas em situações bem definidas e diferenciadas:

a. a escrita Vai, nativa deste povo, que servia, principalmente,

- para correspondências familiares e era ensinada e aprendida no ambiente doméstico;
- b. a escrita Árabe, que era utilizada para fins religiosos, como a leitura e a memorização do Alcorão;
- c. a escrita inglesa, que servia para assuntos comerciais e governamentais, era ensinada nas escolas, e constituía a língua oficial do país.

Tendo esse fato como ponto de partida, Scribner & Cole examinaram as variáveis *escolarização* e *letramento*, a fim de verificar se o indivíduo que adquiria a escrita na escola demonstraria alterações no desempenho de tarefas cognitivas (inferência, raciocínio lógico, etc.), em relação aos não escolarizados. Para tanto, segundo a metodologia proposta por LURIA (1976), elaboraram uma bateria de testes incluindo cinco áreas da atividade cognitiva, a saber:

- pensamento abstrato;
- categorização taxionômica;
- memória;
- raciocínio lógico;
- conhecimento reflexivo sobre a linguagem.

Como exemplo de uma das tarefas propostas, destaco a de pensamento dedutivo, que estava diretamente ligada à atividade cognitiva de raciocínio lógico. A tarefa consistia em completar silogismos, explicar e justificar a resposta fornecida. Esta tarefa foi crucial para que os pesquisadores concluíssem por uma maior correlação entre a capacidade para resolver silogismos e a escolarização.

A conclusão a que chegaram, no caso específico dos silogismos, foi de que:

"De todas as tarefas examinadas, os problemas lógicos foram os mais predizíveis e mostraram os maiores efeitos da

escolarização. Não somente os anos de escolarização aumentaram o número de respostas concretas, mas também contribuíram para a escolha de explicações teóricas. A escolarização foi o único contexto característico que melhorou o desempenho; nem a escrita Vai, nem o letramento arábico tiveram algum efeito em quaisquer dessas medidas" (1981: 127). (tradução da autora)

Portanto, a diferença existente entre os sujeitos, no caso da resolução do silogismo, ligou-se ao fato de alguns serem escolarizados e outros não. O letramento, entretanto, não foi fator decisivo para o desempenho das tarefas propostas pelos pesquisadores.

Para Scribner & Cole, *"aprender como responder apropriadamente a esses problemas (limitando a resposta à informação dada no problema) pode ser uma questão de experiências particulares de linguagem" (1981: 155), ou seja, "a familiaridade com certos modos de discurso, mais do que o letramento em si, pode justificar uma mudança de desempenho nesses problemas" (id. ibd.). (traduções da autora)*

Assim, Scribner & Cole consideram as diferenças de desempenho entre letrados escolarizados, letrados não-escolarizados e não-letrados como uma questão discursiva, mais do que propriamente uma questão de habilidades cognitivas mais ou menos desenvolvidas. Em outras palavras, os autores acreditam que não são apenas fatores psicológicos os que interferem no desempenho de atividades cognitivas, mas também fatores sociais, como é o caso da familiaridade com certos modos de discurso e não outros.

Surge, então, nesse estudo, uma nova perspectiva de análise nas futuras pesquisas que buscarão examinar sob o ponto de vista social as questões que envolvem a aquisição e o uso da escrita. Scribner & Cole antecipam, por exemplo, o enfoque de STREET (1984), que vê o letramento como uma questão puramente social.

SCOLLON & SCOLLON (1981) também adotam um ponto de vista psico-social do letramento. Num estudo sobre a influência do letramento na visão de mundo de algumas sociedades (Anglo-canadenses e Anglo-americanas), os autores concluem que a maneira pela qual a comunidade utiliza a linguagem, falada ou escrita, para se comunicar, reflete realidades ou visões de mundo particulares, determinadas culturalmente por aquela comunidade específica.

Também o estudo etnográfico de HEATH (1983) vê o letramento como integrado ao contexto cultural dos grupos sociais.

Em seu trabalho, a autora relata sua convivência, por aproximadamente uma década, com três grupos sociais que, embora geograficamente próximos, diferenciam quanto à raça e às atividades profissionais que exercem.

Um dos três grupos consiste na comunidade de Trackton e é formado por trabalhadores rurais (os mais velhos) e operários de fábricas (as gerações mais novas). São pessoas da raça negra (op. cit.: 1). Um outro grupo, da comunidade de Roadville, é formado por indivíduos brancos que trabalham na indústria têxtil (id. ibd.). Há, por fim, um terceiro grupo social, que consiste em trabalhadores liberais (negros e brancos), integrantes da camada sócio-econômica dominante - *mainstream* (id. ibd.) - com formação universitária.

Através de um estudo comparativo, focalizando usos e funções da escrita em cada um dos grupos, Heath procurou analisar qual(is) o(s) efeito(s) que a aprendizagem das formas de falar (*language patterns*) no lar e na comunidade exerceria(m) sobre as necessidades que o sujeito tinha de usar a língua na escola, ou no trabalho. Heath acreditava que a investigação desse ponto seria

importante para que se pudesse entender o fracasso escolar de crianças (negras e brancas) das classes minoritárias (comunidades de Trackton e Roadville), ou mesmo o sucesso profissional de adultos e jovens dessas comunidades (op.cit.: 2).

Um dos exemplos de evento de letramento observado por Heath foi o de "bedtime story", ou seja, a prática doméstica de adultos lerem histórias para as crianças antes de dormirem.

Nas famílias que compõem a classe dominante - Mainstream - esse evento de letramento faz parte da rotina familiar. Nessa prática, a interação entre pais e filhos é similar às interações professor/aluno em sala de aula, pois ao discutirem questões levantadas à partir da leitura dos pais, as crianças aprendem não só a extrair o significado do texto como também a falar sobre ele, como conclui a autora:

"Assim, há uma profunda continuidade entre os modelos de socialização e de aprendizagem da língua na cultura doméstica e aqueles utilizados na escola" (1983: 56). (tradução da autora)

As crianças de Roadville e Trackton, entretanto, não alcançam o mesmo sucesso das crianças de Mainstream na escola. Esse fato ocorre, segundo Heath, devido às práticas de leitura adotadas por esses grupos junto às crianças, que não correspondem às práticas da escola.

As crianças de Roadville, por exemplo, embora vivam cercadas de materiais escritos (decoração do quarto, brinquedos, livros, etc.) (op.cit.: 232), passam por uma experiência de contato com a escrita bastante contextualizado, no qual a leitura aparece afastada das atividades ou dos fatos ocorridos no dia-a-dia das crianças, ou seja, a escrita não está integrada ao cotidiano das

famílias dessa comunidade.

Entre os moradores de Trackton, pouquíssimo material escrito circula em suas residências (op.cit.: 233), sendo mais enfatizada a interação via oralidade que, por sua vez, é bastante reduzida quando as crianças têm poucos anos de vida, e, também, bastante contextualizada.

Dessa pesquisa, a autora conclui que o sucesso do aluno na escola sofre estreita influência de sua socialização primária no ambiente familiar. Assim, o insucesso de muitos indivíduos no processo de aquisição das práticas acadêmicas de letramento, pode encontrar justificativa não em aspectos de ordem psicológica, como queriam os autores que defendiam o incremento das habilidades cognitivas como fruto da aquisição da escrita, mas também em aspectos sociológicos e antropológicos.

Percebe-se que os estudos estão cada vez mais convergindo para o levantamento das características ideológicas do letramento. STREET (1984) cristaliza essa tendência ao afirmar que as questões que envolvem decisões sobre usos, funções e influências da escrita na sociedade variam de comunidade para comunidade. Assim, o uso que se faz da leitura e da escrita para negociações, correspondências, encontros religiosos, etc., é definido e aprendido em condições sociais específicas, segundo as concepções ideológicas de um grupo social específico.

A tese de Street contrapõe-se às teorias que atribuem à aquisição da leitura e da escrita um incremento da capacidade de inferir e de raciocinar abstratamente (como as de HILDYARD & OLSON, 1978; GREEFIELD, 1972; e outros), que ele denomina de modelo *autônomo* de letramento, uma vez que tratam as práticas letradas como "neutras" ou "meramente técnicas" (op.cit.: 1). O autor argumenta que o próprio estabelecimento dessa relação entre

aquisição da escrita e capacidade cognitiva é decorrente de uma concepção ideológica de letramento dentro da prática acadêmica (op.cit.: 38).

Apoiando-se em GRAFF (1979), Street salienta que o letramento pode contribuir para a continuidade da estratificação social, ou seja, através da valorização da linguagem e das estratégias de resolução de tarefas ensinadas na escola, a classe social dominante consegue manter as relações sociais de poder. Tendo-se em vista a super-valorização do letramento acadêmico em relação às outras maneiras de se "formar" um sujeito letrado, Street acredita que a sala de aula esteja servindo para acentuar e perpetuar essas relações de poder. Assim, a escola aparece no quadro social como um instrumento de controle sócio-político-econômico-cultural, mais do que, propriamente, uma instituição de ensino e formação do indivíduo para seu aprimoramento nas relações sócio-profissionais (op.cit.: 107).

Essas colocações de Street são cruciais para minhas reflexões neste trabalho. Uma vez que o que está em questão é a super-valorização do letramento acadêmico e a manutenção do controle social através da instituição escolar, acredito estar investigando um exemplar dessa prática social: o concurso público. Como demonstrarei no Cap. IV, utilização que se faz da linguagem numa prova de concurso pressupõe que as únicas estratégias das quais se pode lançar mão para a resolução de problemas são aquelas prestigiadas pela escola.

As concepções sobre aquisição e usos da escrita passam, então, por três tendências, basicamente.

A primeira, consiste em estudos que ligavam a aquisição da escrita ao incremento das capacidades cognitivas do indivíduo e à evolução social dos povos que faziam uso da escrita (aqui

representados por GOODY & WATT, 1963).

Num segundo momento, os estudos passam a ver o letramento sob a óptica psico-social (representados por SCRIBNER & COLE 1981).

Finalmente, aparecem os autores que enfocam os aspectos sociais do letramento, quer do ponto de vista sociológico (SCOLLON & SCOLLON, 1981), quer do ponto de vista antropológico (HEATH, 1982; STREET, 1984).

Os mais recentes estudos, contudo, tendem a posicionar as questões relativas ao letramento dentro de um enfoque ideológico. GEE (1990) analisa alguns trabalhos sobre a função e o papel da escrita na sociedade desde Platão até Paulo Freire, e afirma que "*qualquer visão de letramento é essencialmente política (no sentido de que envolve relações de ordem e poder entre as pessoas)*" (1990: 27), ou seja, a utilização que se faz da escrita, num dado contexto social, passa por opções essencialmente ideológicas.

No Brasil, contamos com um pequeno número de estudos relativos a práticas e eventos sociais permeados pela escrita. Alguns autores, ao abordarem problemas de alfabetização, tocam na relação escrita \leftrightarrow sociedade. O mais significativo deles é PAULO FREIRE, cuja extensa obra é um esforço constante em fazer com que, ao se alfabetizar, o indivíduo conquiste também sua cidadania. Em seus trabalhos, Freire procura acabar com o mito da ideologia da escrita acadêmica como única socialmente válida e da escola como único local da aprendizagem da escrita. Seus projetos de alfabetização objetivam fazer da aprendizagem da escrita um processo ligado à experiência de vida do educando. A aprendizagem parte de situações concretas vividas pelo educando na sociedade como forma de levá-lo a sentir-se envolvido no processo, como agente de sua própria aprendizagem.

KATO (1986), introduz reflexões acerca do papel da escola na tarefa de permitir ao indivíduo ascender sócio-profissionalmente,

através da aquisição da capacidade de usar a escrita aprendida na escola,

"para sua necessidade individual de crescer cognitivamente e para atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação" (1986: 7).

KUENZER (1985) é outra autora que pode ser citada na linha de trabalhos preocupados em analisar a influência ou o papel da escolarização na vida profissional do indivíduo. Seu estudo procura verificar qual o papel da escolaridade em relação ao saber prático do funcionário em uma indústria automobilística. Sua conclusão é de que, na linha de produção (nível de escolarização mais baixo), o saber prático sobrepõe-se ao saber escolarizado.

Há, também, o trabalho teórico de A.M. FREIRE (1989) sobre o analfabetismo no Brasil dentro dos contextos político, econômico e ideológico do país desde a sua descoberta, em 1500, até o período republicano (1930).

Nesta obra, a autora propõe uma "leitura" de grande parte da legislação brasileira sob o prisma das concepções ideológicas que nortearam as questões do tratamento dispensado ao analfabetismo no Brasil. A análise compreende um largo período histórico, dividido em duas partes: de 1534 à 1850, quando se deu o período do tráfico negreiro para o Brasil e, conseqüentemente, da forma escravista de governo; e de 1850 à 1930, quando da passagem do modo de produção escravista para o modo capitalista, na economia, e da forma escravista de governo para a republicana.

Ao concluir, Freire afirma que a prática pedagógica, desde o início da história do Brasil, até nossos dias, vem sendo "discriminatória, centralizadora, interdutora, autoritária e elitista" (op.cit.: 225).

SCHLIEMANN et al (1989) propõem um estudo preocupado em explicar o fato de crianças e adultos fazerem contas em suas atividades diárias e não as conseguirem realizar de maneira sistematizada em sala de aula. Seguindo principalmente Piaget (da

década de 70), os autores buscam detectar as estratégias e habilidades que seus sujeitos empregam em operações matemáticas cotidianas (como: fazer o troco na feira, as combinações no jogo do bicho, o cálculo da quantidade de madeira necessária para se fazer determinado móvel, etc.) e confrontar essas estratégias e habilidades com aquelas introduzidas pela escola. O ponto intrigante é que esses sujeitos obtêm sucesso na prática cotidiana, porém, fracassam nos bancos escolares. Segundo os autores, uma das razões para esse fato consiste na diferença das duas situações sociais: a cotidiana e a acadêmica. As tarefas a serem solucionadas são colocadas diferentemente em cada situação e as estratégias de resolução dessas tarefas também diferem entre si. Assim, a criança, ou mesmo o adulto, que já se habituou a solucionar questões matemáticas no cotidiano, encontrará dificuldade em solucionar as mesmas tarefas, propostas de outra maneira, no ambiente escolar.

TFOUNI (1988) também integra o pequeno grupo de brasileiros que realizaram pesquisas voltadas para o estudo do letramento fora do ambiente escolar. Seu trabalho procura verificar se um grupo de analfabetos consegue solucionar tarefas de completar silogismos, segundo uma metodologia adaptada de Luria (1976) e Scribner & Cole (op. cit.). Tfouni conclui pela diferença discursiva como principal obstáculo para que seus sujeitos realizassem as tarefas com sucesso.

KLEIMAN é outro nome a ser citado nos estudos sobre letramento no Brasil. Através da investigação da congruência existente entre as demandas dentro e fora da escola em relação à escrita, a pesquisadora tem contribuído, principalmente, com subsídios para a formação do professor, quer seja com estudos voltados para sua interação em sala de aula (KLEIMAN, 1992a), quer seja para sua auto-formação durante o exercício do magistério (KLEIMAN, 1992b). A inovação proposta pela autora é que se estude o letramento também em relação à oralidade de alunos e professores.

3.2 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Como vimos, a maioria dos estudos sobre a escrita, no Brasil, giram em torno do contexto escolar. Poucos pesquisadores brasileiros saíram, por exemplo, para observarem como está sendo usada a escrita numa empresa; quais são as solicitações de práticas letradas no desempenho de uma profissão; qual a concepção de sujeito letrado que permeia nossa sociedade; e até onde o letramento acadêmico impera. Por isso, pretendo aprofundar-me um pouco mais nessa questão do letramento como usos, funções e influências da escrita na sociedade, focalizando um contexto social diferente do da sala de aula: uma Prefeitura, numa situação de concurso público para efetivação de cargos no quadro de funcionários.

Dada essa visão específica de letramento, na qual incluo o concurso público como um *evento de letramento*, e seguindo a linha de trabalhos em pesquisa etnográfica (ERICKSON, 1985), coletei os dados a serem analisados, usando a seguinte metodologia:

- a) entrevista
- b) questionário
- c) teste de atitudes
- d) análise das provas

A construção das evidências baseou-se, inicialmente, em notas de campo. As entrevistas não estruturadas são exemplo dessa fase do trabalho. Através delas, foram desenvolvidas três atividades:

1. coleta de materiais (provas, documentos);
2. escolha dos sujeitos de pesquisa;
3. levantamento dos problemas decorrentes da realização do

concurso.

Após essa fase inicial de familiaridade com os fatos do concurso, elaborei os instrumentos que me possibilitariam restringir o foco de minhas observações, que foram: entrevistas estruturadas, questionários e testes de atitudes.

As entrevistas estruturadas, gravadas em áudio, realizaram-se com dois sujeitos que integram a Comissão de Concurso, tidos como representantes do empregador no processo de efetivação do concurso.

Os questionários e os testes de atitudes foram propostos a dois sujeitos da Comissão Examinadora. Estes, dois professores da rede estadual de ensino, integravam, nesse concurso, o grupo de profissionais responsáveis pela elaboração das questões de Língua Portuguesa.

Dado o fato de as provas enfocarem o conteúdo curricular da disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática, objetivei averiguar, por intermédio dos testes de atitudes, qual a postura dos dois professores - que aqui tratarei por P₁ e P₂ - ante o erro de português e o ensino de gramática, e se esta postura justificaria o conteúdo das questões presentes nas provas de Língua Portuguesa.

O teste de atitudes I (anexo V) foi montado tendo em vista que, de acordo com o cargo a ser preenchido, exigir-se-ia um grau de escolaridade, que variava do "ser alfabetizado" (referente ao antigo primário incompleto) ao nível superior. Meu objetivo com a aplicação desse teste foi de detectar em cada sujeito seu grau de estigmatização do "erro de português" e, confrontando o resultado do teste com o conteúdo das questões da prova de LP do concurso, observar a congruência entre o dizer e o fazer desses

profissionais.

O teste de atitudes II (anexo VI) teve por objetivo verificar se as concepções teóricas de ensino de gramática de P₁ e P₂ confirmavam a postura normativa que tiveram quando da elaboração das questões das provas.

Do confronto dos dados obtidos pela utilização desses instrumentos com exemplares das provas do concurso, surgiram as análises e reflexões constantes no capítulo que se segue.

QUANDO SABER É DIZER: IDEOLOGIA DO SABER LETRADO

QUANDO SABER É DIZER: IDEOLOGIA DO SABER LETRADO

Dadas as características das provas do concurso, discutirei o fator que, a meu ver, levou às tomadas de decisões durante o processo de elaboração das mesmas: a *visão ideológica de sujeito letrado*.

A iniciativa de contratar professores para constituírem a CE do concurso, bem como a opção desta pelo modelo escolar de instrumento de avaliação, deu-se porque existe uma ideologia do letramento que super-valoriza o *saber escolarizado* sobre outros *saberes*, e aponta como letrado aquele indivíduo que esteve inserido, em algum momento, no processo de escolarização.

A manutenção dessa ideologia permite a manutenção da estratificação social, das relações de poder na sociedade e do domínio sócio-político-cultural das elites. Encontramos em GEE (1990) uma ratificação histórica dessa afirmação:

"o que é mais surpreendente na história do letramento é a maneira pela qual o letramento tem sido usado, de época em

época, para solidificar a hierarquia social, conferir autoridade às elites e garantir que as pessoas dos escalões mais baixos da hierarquia aceitem os valores, as normas e crenças das elites, mesmo quando não seja de seu próprio interesse (ou "interesse de classe") aceitar" (1990: 40). (tradução da autora)

Tentarei demonstrar, na análise a seguir, que a ideologia de super-valorização do letramento acadêmico esteve na base de todas as etapas do processo de efetivação do concurso, desde o Boletim Instrucional do CEPAM, o conteúdo das provas, até a fala e as atitudes dos integrantes das comissões do concurso - CC e CE-.

4.1 UM TIPO DE SABER ACADÊMICO: A PROVA OBJETIVA

Dividido em 18 capítulos, o Boletim trata de todas as questões pertinentes à realização e elaboração de um concurso público, desde os trâmites burocráticos, até a publicação do resultado final do concurso.

Várias sugestões são apresentadas no que tange a modelos de regulamento de concurso público; portaria para abertura do mesmo; edital de concurso; folha de presença dos candidatos no dia da prova; folha de face para caderno de questões; folha de respostas; exame de datilografia; etc. (ver alguns exemplos no anexo VII).

Merece uma leitura mais cuidadosa o capítulo 14, (p. 42-3) (anexo VIII) que trata "Da elaboração das provas", mais especificamente, o item 14.3 - "Análise comparativa entre os tipos de provas". Acredito ser esse item, na verdade, o único que poderia vir a contribuir para solucionar o grande problema encontrado pela Prefeitura quanto ao tipo de prova a ser aplicado

aos candidatos.

Mediante comparação entre o tipo de prova "objetiva" e o tipo "dissertativa ou de questões dissertativas", o Boletim visa persuadir o usuário a optar pelo primeiro tipo. Veremos que a grande maioria dos itens de comparação (11, dos 15) apontam para a eficiência da prova "objetiva", como, por exemplo, o item 2, que coloca em dúvida a qualidade do resultado de uma prova "dissertativa", afirmando que *"apresenta resultados diferentes quando aplicados por diferentes pessoas simultaneamente, ou por uma mesma pessoa em diferentes ocasiões"*, em oposição à prova "objetiva", que *"é constante na medida"*.

Na verdade, o conceito de tipo de prova com o qual o Boletim trabalha é questionável. Vemos, por exemplo, que o item 3, ao afirmar que a prova "objetiva" *"abrange uma área de conhecimentos mais ampla"*, em oposição à prova "dissertativa", que *"abrange uma área de conhecimentos muito limitada"*, deixa entrever concepções equivocadas de o que é que se deva entender por provas "objetiva" e "dissertativa", uma vez que a descrição fornecida é inexata. Ocorre exatamente o contrário, isto é, uma das principais características da prova dissertativa é a propriedade de permitir uma abrangência maior do conteúdo a ser explorado, enquanto o tipo de prova conhecido como "prova objetiva" ou "tipo teste" é que limita, em quatro ou cinco alternativas, o conteúdo da resposta requerida pelo enunciado da questão.

O termo *dissertativa* remete-nos a noções de exposição clara de idéias ou raciocínios, de desenvolvimento de um assunto de maneira lógica e concatenada. Diante desse conceito, fica difícil aceitar a afirmação de que a prova "dissertativa" *"abrange uma área de conhecimentos muito limitada"*. Compare-se, por exemplo, com a nova proposta do vestibular da UNICAMP que, em 1987, optou pela prova do tipo dissertativa ou de questões dissertativas, nas

duas fases do concurso, para todas as carreiras oferecidas, como forma de "valorizar ao máximo a capacidade de reflexão do candidato" (Manual do candidato, 1991). Ao dissertar, o examinando tem a possibilidade de demonstrar sua capacidade de compreensão diante de um assunto ou tópico que lhe é proposto, bem como sua habilidade de organizar e expor suas idéias, selecionando os pontos relevantes e colocando-os de forma a obedecerem um planejamento prévio que deve transparecer em seu texto final (vide análises da prova de Língua Portuguesa do referido vestibular em DURIGAN et. al., 1987).

Assim, se formos utilizar a terminologia do Boletim, diremos que é a prova "dissertativa" que "abrange uma área de conhecimentos mais ampla", tendo em vista que, para responder a uma questão dissertativa, o examinando precisa lançar mão de todos esses recursos referidos acima, que eu resumiria em duas expressões: capacidade de entender e de fazer-se entender em contextos interacionais, o que requer dele uma ampla visão do assunto enfocado.

O que parece estar ocorrendo nessa orientação do CEPAM é que os autores do Boletim acreditam que as questões "objetivas", por estarem fechadas em quatro ou cinco alternativas, permitem ao examinador incluir na prova uma variedade maior de tópicos a serem testados, dentro da gama de conhecimentos do candidato.

Mais do que a opção pelo tipo de prova, entretanto, falta, no Boletim, uma discussão sobre a função da prova, ou, ainda, da adequação do tipo de prova àquilo que o empregador quer testar. A questão não deve ser apontar pontos "positivos" ou "negativos" de um tipo ou outro de prova, mas perceber que, de acordo com o que se quer testar, um tipo pode ser mais ou menos adequado. Em outras palavras, o que deve determinar a opção pelo tipo de prova e pelo seu conteúdo é o objetivo da mesma, neste caso, a seleção de

candidatos que melhor se encaixem no perfil que o empregador tem do funcionário que quer admitir. A partir disso, então, elaborar-se-ia o instrumento de avaliação a ser aplicado.

Porém, parece não ser esse o procedimento sugerido pelos elaboradores do Boletim. A discussão sobre os objetivos da prova ficou suplantada por orientações que visavam levar o leitor a optar pela prova "objetiva", tendo pesado de maneira decisiva, além dos argumentos já analisados, o de que a prova "objetiva" *"pode ser corrigida por equipamento mecânico"*, supondo ao examinador a característica de facilidade de correção desse tipo de prova, em contraposição à "dissertativa", que *"não pode ser corrigida por equipamento mecânico"* (item 7). Num processo de seleção marcado pela urgência de seus resultados, esse item é um forte argumento à favor da opção pela prova "objetiva".

Ainda na comparação entre prova "objetiva" e prova "dissertativa", o item 12, que refere-se ao "Julgamento das Respostas", aponta para a maior viabilidade da prova "objetiva", uma vez que esta é de julgamento *"simples, objetivo, preciso"*, enquanto na "dissertativa" o julgamento torna-se *"difícil, penoso, sujeito a variação de critério"*.

Um outro ponto criticável nessa enumeração de características das duas modalidades de prova, reside na inconsistência de algumas afirmações. Dizer, por exemplo, que a prova "objetiva" permite ao candidato expor seu *"domínio de conhecimentos apoiados na habilidade de ler, interpretar e criticar"* (item 14) representa, no mínimo, uma noção equivocada de leitura, interpretação e crítica. Como pode o candidato exprimir seu ponto de vista à partir da leitura de um texto se sua liberdade de expressão está cerceada por quatro ou cinco alternativas? Como pode demonstrar sua "habilidade de ler, interpretar e criticar" tendo em mãos enunciados e alternativas que lhe tolhem por completo a

possibilidade de assumir sua identidade ante os problemas que lhe são propostos e que, muitas vezes, para serem resolvidos, precisam apenas de uma tarefa mecânica de mapeamento ou identificação de formas semelhantes?

Assim, o vazio conceitual de alguns termos e a clara tendenciosidade em favor de um tipo de prova, levam-me a crer que este não é o melhor material de orientação que a CC possa ter para basear-se ao decidir pelo tipo de prova a ser aplicado num concurso público.

Temos, então, que as orientações fornecidas pelo Boletim nem sempre são claras, tendem a favorecer, *a priori*, um tipo de prova (a "objetiva") pois não vêm precedidas de discussões relevantes, como a função de uma prova de seleção num concurso público; não enfatizam a importância de se ter claros os papéis de cada comissão envolvida no processo de elaboração e realização das provas; e nem reconhecem a necessidade de validade das questões tendo-se em vista o objetivo do empregador na efetivação do concurso.

De fato, há uma questão de fundo anterior, no sentido de que só o letrado está sendo considerado como candidato apto para exercer os cargos. Daí a prova objetiva, que remete a um saber adquirido na escola. Tal premissa é questionável num país com uma porcentagem tão alta de analfabetos.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Segundo estudos sobre instrumentos de avaliação (Lado, 1961; Gronlund, 1965), se um teste medir o que se pretende que seja

medido, então é um teste válido. Do contrário, compromete-se a legitimidade dos resultados obtidos.

No concurso em questão, os próprios integrantes da CC reconhecem que o processo de seleção não foi válido, no que se refere, principalmente, aos 37% de "semi-alfabetizados". Vejamos alguns depoimentos:

(16) (E SE) "(...)pra você ver como a validade da prova só...também não tem muito significado...porque lá nós pedíamos português...matemática...e conhecimentos gerais...tudo bem...foi classificada...só que chegou na hora de cozinhar -no caso da merendeira- tudo aquilo que respondeu...na realidade não conhecia(...)

(...)

(...)a prova...então...ficou comprovado que nem sempre quem tem o conhecimento teórico...desenvolve a prática(...)"

(17) (E VP) "(...)o concurso realmente ele mede... os primeiros colocados raramente são os melhores na ocupação...entendeu?... não há compatibilidade...às vezes você pega o primeiro classificado...principalmente em funções não intelectuais...(...) ele pode saber muito bem alguma coisa da função...um pouco de português e matemática...mas na hora de executar...o cara que passou lá em décimo lugar às vezes se saía um funcionário muito melhor do que quem passou em primeiro...e isso é oitenta por cento dos casos...pra dar assim aproximado(...)"

Como vemos na palavras dos membros da CC, os resultados alcançados com a aplicação do concurso não foram satisfatórios por não refletirem o verdadeiro perfil do candidato aprovado, ou seja, o concurso não apontou o melhor profissional dentre os candidatos presentes.

Observamos, ainda, em ambos os depoimentos, que o problema da validade da prova é ainda mais sério quando se trata de candidatos

com baixo grau de escolaridade.

Discutirei, a seguir, o critério de validade da prova sob dois aspectos básicos: um *metaprocedimental* (discursivo) e outro *sociolinguístico*.

4.2.1 Sob o aspecto metaprocedimental

TFOUNI (1986) aponta que o fato do indivíduo não se sair bem numa situação de testagem não indica, necessariamente, que ele não tenha capacidade de solucionar as questões que lhe estão sendo propostas. Segundo a autora, a familiaridade com o contexto discursivo é crucial para o sucesso do examinando.

Sob o aspecto *metaprocedimental*, dizemos, então, que um instrumento de avaliação é válido quando o examinando sabe como fazer uma prova. Esse saber fazer envolve tanto questões de *metacomportamento* (saber preencher gabarito, por exemplo) como questões de saber falar sobre o que se sabe (saber *metacognitivo*). Em ambos os casos, o que está na base desses "saberes" é a familiaridade com o contexto discursivo em uma dada situação interativa.

Assim, analisamos que a invalidade das provas desse concurso público (sobretudo para os semi-alfabetizados) seja consequência de questões metaprocedimentais, ou seja, o contexto discursivo no qual estava inserido o processo de resolução das questões da prova era desconhecido da maioria dos candidatos que prestaram o concurso, pois se tratava do contexto tipicamente escolar, e esses indivíduos eram semi-alfabetizados. Com isso, a validade dos resultados obtidos ficou comprometida, uma vez que se tornou tarefa difícil saber se o candidato classificado era, na verdade, o melhor para exercer a função oferecida.

SIGNORINI (1990) afirma que o comportamento letrado do indivíduo escolarizado consiste numa habilidade de descrever o seu saber, ou seja, o letramento acadêmico confere ao indivíduo escolarizado a capacidade de explicar, de saber falar sobre o processo transcorrido na resolução de uma tarefa, enquanto o não-escolarizado interage segundo habilidades de fazer, apontar, mostrar o que sabe. Por exemplo, em sua pesquisa, ao pedir a um pequeno agricultor analfabeto que lhe descrevesse como deveria ser feita a poda do tomateiro, este levou a pesquisadora até um pé de tomate e passou a podá-lo, como forma de responder à tarefa proposta.

Assim, as conclusões de Signorini confirmam as de Tfouni (op. cit.) de que, muitas vezes, um indivíduo não é bem sucedido em situações de testagem ou nas interações interculturais porque há um confronto entre a forma de se resolver problemas solicitada e valorizada nesses contextos e as estratégias de resolução de tarefas conhecidas e utilizadas por este indivíduo, ou seja, há uma diferença de comportamentos discursivos entre os interagentes.

TANNEN (1980) e CHAFE (1982), ao proporem que se veja a oralidade e a escrita dentro de um *continuum*, e não como entidades discretas, afirmam que uma das principais diferenças entre a oralidade e a escrita é a propriedade que o contato com a escrita tem de levar o indivíduo a interagir à partir de um discurso mais descontextualizado. O contato e a familiaridade com a modalidade escrita da língua favorecem a capacidade de se estabelecer uma relação mais abstrata com os fatos, devido à própria característica do texto escrito de ser mais afastado do contexto imediato e de destinar-se a um interlocutor não próximo. Como a escola é o lugar, por excelência, de aprendizagem da escrita, aqueles que pouco contato tiveram com essa instituição, certamente não dispõem dos procedimentos discursivos provenientes desse

contato com a escrita escolarizada.

Podemos reunir as conclusões dos autores num quadro que irá apontar algumas características específicas do comportamento letrado, valorizadas nas relações sociais de comunidades letradas. Esse comportamento, também chamado de letramento acadêmico, consiste nas seguintes habilidades discursivas, todas elas adquiridas através do contato com a escrita na escola:

- a. no conhecimento de estratégias de se resolver uma prova escrita e de se preencher um gabarito;
- b. na familiaridade com os tipos de perguntas que envolvem atividades de aprendizagem (como, por exemplo, a pergunta didática, da qual o perguntador já sabe a resposta);
- c. na capacidade de discorrer sobre o processo de resolução de problemas.
- d. no domínio de estratégias discursivas para se referir a fatos desvinculados do contexto imediato (descontextualizados) e para organizar a fala (cf. KLEIMAN, 1992).

Assim, a validade do concurso é questionável, sob o aspecto metaprocedimental, pelo fato da prova exigir do examinando o domínio de estratégias de resolução de problemas tipicamente aprendidas na escola, que ele poderia não conhecer pela sua curta estada nesta instituição.

4.2.2 Sob o aspecto sociolinguístico

Sob o aspecto *sociolinguístico* (regras sociais de uso da linguagem), a validade da prova do concurso fica comprometida pelo fato desta não corresponder às expectativas do empregador quanto ao conhecimento das regras de uso da língua que o funcionário a ser contratado deveria ter.

Analisarei essa questão considerando dois pontos importantes. O primeiro, consiste na *fluência comunicativa*; e o segundo, no *conhecimento da norma*.

4.2.2.1 *Fluência comunicativa*

Segundo palavras de um integrante da CC, o empregador pretendia, em relação à prova de LP, que esta medisse a capacidade do indivíduo de compreender uma ordem de seu chefe, um aviso no mural; de relatar, com clareza e objetividade um fato relevante ocorrido na ausência do chefe; de discutir, com lógica, um problema concernente à sua prática profissional, enfim, de ser um usuário competente de sua língua. Em outras palavras, o objetivo parece ter sido o de avaliar a *fluência*¹ do indivíduo, que corresponde à *competência comunicativa*, nos termos de HYMES (1966).

Conforme afirma CANALE (1983), ao discutir o trabalho de Hymes, a competência comunicativa pode ser entendida "*como os sistemas subjacentes de conhecimento e habilidade necessários para a comunicação (ex.: conhecimento do vocabulário e habilidade de usar as convenções sociolinguísticas numa dada linguagem)*" (1983: 5). Com isso o autor quer dizer que é competente aquele usuário que sabe atualizar seus conhecimentos linguísticos (conscientes ou inconscientes) no momento da interação, segundo convenções sociolinguísticas de adequação da fala/escrita ao local onde se dá a interação, ao propósito desta, respeitando-se o grupo de pessoas com o qual se está interagindo e "*todos os componentes dos eventos comunicativos, juntamente com as atitudes e as crenças à respeito deles*" (HYMES, 1974: 75).

BORTONI (1991) revê o conceito de *competência comunicativa*

Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado

proposto por Hymes e sugere uma ampliação do componente da competência comunicativa tido como *viabilidade*. A autora coloca algumas condições a mais que influenciam a viabilidade da comunicação, a saber:

- o suporte contextual,
- o grau de envolvimento cognitivo,
- a familiaridade com rotinas comunicativas específicas.

O suporte contextual consiste em "o que as pessoas estão fazendo, onde e quando" (1991: 437). Segundo Bortoni, os eventos de fala variam muito de acordo com o contexto no qual eles ocorrem.

Quanto ao grau de envolvimento cognitivo, refere-se à quantidade de informação que pode ser processada pelo falante, de acordo com o estoque de recursos linguísticos que ele possui.

A familiaridade com rotinas comunicativas específicas refere-se às unidades comunicativas organizadas e padronizadas por um grupo social, tais como: a maneira de desculpar-se, de narrar, de argumentar, etc. O controle dessas rotinas comunicativas pelos indivíduos varia dentro de uma mesma sociedade e essa variação

"é particularmente crucial em sociedades onde há um acesso limitado à escolarização e conseqüentemente às rotinas linguísticas que são específicas da cultura dominante e expressas na variedade padrão da língua" (1991: 440).

Bortoni considera, então, em seu estudo, que os fatores que podem tornar tensas as situações interativas são, essencialmente, de origem psico-social.

Voltando aos dados, vemos que a CC é bastante específica em relação a o que deve ser avaliado. Questões de norma, por exemplo,

devem ceder espaço a questões que avaliem a fluência do candidato, como podemos constatar na fala desse informante da CC, quando indagado sobre o que deveria avaliar uma prova de LP no concurso:

(18) (E VP) *"(...)então pelo menos ele tem que saber falar...se bem que se ele falar VARRER ou BARRER...pra gente ele varrendo...tudo bem...não interessa(...)"*

A CC também deixa claro que sabe que a fluência tem que ser construída na interlocução, que deve haver uma "flexibilidade comunicativa" (BORTONI, 1988) entre os interlocutores em favor de uma interlocução viável. No depoimento abaixo, vemos que o representante do empregador (no caso, o Secretário da Educação) tem consciência de que, ao se dirigir a um indivíduo com pouca escolarização, o esforço para tornar a comunicação viável deve partir dele, por ser mais letrado. Vejamos:

(19) (E SE) *"(...)para jardineiro se você fala RASTELO os mais antigos não sabem o que é rastelo...então se aparecer uma pergunta..."para recolher as folhas eu uso...enxada...vassoura...rastelo"... tá faltando alguma coisa"... "por que?"... "porque eu sei qual a resposta disso"... "que que é?"... "gadanho"(...)com o pessoal de menor formação você tem que adequar a linguagem porque senão eles não conseguem responder(...)"*

A princípio, a noção de flexibilidade lingüística da CC parece-nos clara e coerente. Os sujeitos VP e SE sabem da necessidade existente de adequação de linguagem entre empregador e empregado, e que essa flexibilidade lingüística tem que partir do sujeito mais letrado. Ao dizer que se o candidato falar VARRER ou BARRER, não importa, desde que ele cumpra a contento sua função, VP, como o sujeito mais escolarizado dessa interação, toma a iniciativa de procurar entender a variedade dialetal do sujeito

pouco escolarizado, e deixa claro o fato de ser perfeitamente capaz de viabilizar a comunicação entre ambos. Sem dúvida, esse procedimento é bastante coerente.

Também é coerente (e pela mesma razão) o procedimento de SE, quando diz que "...com o pessoal de menor formação você tem que adequar a linguagem porque senão eles não conseguem responder...".

Entretanto, o que vemos ao analisarmos a prova contradiz a fala dos integrantes da CC. Não há coerência entre o discurso deles e a ação de montagem das provas que eles processam em posse das questões elaboradas pela CE. Questões como as de número 20 e 21, exemplificadas abaixo, mostram que foi exigido do candidato que ele demonstrasse ser capaz de entender e/ou empregar a variante lingüística de prestígio, para provar ao empregador que saberia entender seu dialeto (variedade padrão) e garantir a comunicação entre ambos:

(20) (PLPr3) "Uns falam "varrer", outros falam "barrer". Qual é o certo?"
 a) varrer
 b) barrer
 c) os dois são corretos
 d) nenhum é correto"

(21) (PLPr2) "Qual a palavra escrita de maneira correta:
 a) almoço
 b) almosso
 c) aumoco
 d) armoço"

Nesses casos, o candidato deve demonstrar que sabe que o VARRER de seu chefe corresponde ao seu BARRER, e que seu ARMOÇO, na modalidade padrão da língua, corresponde ao item ALMOÇO.

Na verdade, o indivíduo analfabeto ou semi-alfabetizado sabe,

Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado

devido às suas experiências cotidianas com a linguagem, que certos itens de sua variedade lingüística não-padrão correspondem a certos itens da norma padrão utilizada pelo outro num processo de comunicação. Essa correlação dá-se automaticamente durante o processo.

Ocorre que, quando a questão da fluência comunicativa é atravessada pela escrita, como no caso dos testes acima observados, essa capacidade de correlação de itens lexicais esbarra na dificuldade que o indivíduo de baixa escolarização tem para ler.

A presença de questões como essas na prova reflete uma visão preconceituosa quanto à fala não-padrão e leva os próprios elaboradores da prova - CE - a desconsiderarem o fato, por eles mesmos enfatizado, de que não há correspondência entre a pronúncia de uma palavra e sua forma escrita. Está-se confundindo inadequação quanto aos aspectos ortográficos da língua com diferenças dialetais.

Portanto, sob o aspecto *sociolingüístico*, no que tange à questão da fluência comunicativa, além do problema da ortografia, a prova de LP do concurso é incoerente, pois parece manter que a fluência do examinando pode ser avaliada através de uma prova escrita e de testes de LP. Este fato compromete drasticamente a validade desse instrumento de avaliação.

4.2.2.2 *Conhecimento da norma*

Outra face da invalidade do concurso, do ponto de vista sociolingüístico, refere-se à insitência no conhecimento da norma ou o saber português padrão. Trata-se da concepção de que saber usar a língua portuguesa é saber gramática normativa.

Como vimos no Cap. II (fig. 2.5), as questões da prova de LP do concurso enfocam conteúdos do currículo ou do programa de Língua Portuguesa na escola, havendo predominância das questões sobre gramática normativa e ortografia - 70%, em média -. A valorização do modelo acadêmico de avaliação, no tipo de prova, como no conteúdo da mesma, confirma-se em diferentes momentos da efetivação do concurso, estando evidente, por exemplo, na explicitação das exigências gramaticais, seja em depoimentos da CC, seja na listagem de livros didáticos fornecida pela CE.

Consideremos a explicitação da exigências gramaticais, através da fala do Presidente da CC, no exemplo [21] a seguir:

(22) (E SE) *"C...a língua nacional deve ser exigida em qualquer concurso público...todo concurso tem que ter português...há importância de se conhecer pelo menos os rudimentos de português (...) feminino ... plural...esse tipo de coisa que foi solicitado pra eles...gramática...mas aquela gramática disfarçada ...que existe no primário..."*

Ao afirmar que, para os cargos mais baixos no organograma, os professores deveriam exigir "rudimentos de português", fica clara a orientação da CC para que se elaborassem questões de gramática normativa para comporem a prova de LP do concurso.

Ao contrapor este depoimento com o (19) anterior, do mesmo sujeito, evidencia-se a incoerência entre as necessidades percebidas e a repetição de um discurso incorporado pela elite e pela escola. Uma vez que os candidatos são falantes nativos do Português, não se justifica a presença de questões de LP no concurso, a não ser pelo fato de se reforçar o preconceito quanto a outras variantes lingüísticas que não a variedade padrão.

Quanto ao uso de livro didático e material de sala de aula como fonte para elaboração da prova, um integrante da CE declarou, ao responder ao questionário, que:

- (23) (Q P2) "A prova de Língua Portuguesa para o concurso da Prefeitura foi elaborada com o apoio dos seguintes livros:
- Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa - de José de Nicola e Ulisses Infante
 - Estudos de Língua Portuguesa - de Douglas Tufano
 - seleção de exercícios em apostilas
 - formulados pelos professores que elaboraram a prova"

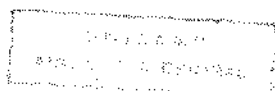
Comparando esses depoimentos com as provas de LP, vemos claramente essa valorização do saber escolarizado, nas quais se exige o emprego de formas gramaticais e de metalinguagem que possuem pouca, ou nenhuma, relação com o uso que se faz da língua portuguesa no cotidiano, além do conhecimento ortográfico de itens lexicais complexos quanto à forma escrita. Vejamos alguns exemplos:

- a. emprego de formas gramaticais pouco comuns à linguagem falada e escrita do cotidiano, e conhecimento da metalinguagem:

- (24) (PLPr7) "Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo encontra-se usado corretamente:
- a) Quero falar consigo.
 - b) Mandaram prendê-lo.
 - c) Eu lhe vi no cinema.
 - d) Eles o bateram.
 - e) n. d. a."

Neste exemplo, além do problema da metalinguagem na terminologia pronome oblíquo, que, certamente, já intimida o candidato pela referência direta à gramática normativa, exige-se o

Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado



conhecimento de formas pronominais pouco, ou, mesmo, nunca utilizadas na comunicação diária entre as pessoas. A forma gramaticalmente correta de *contigo*, para a alternativa a, por exemplo, é usada em algumas regiões do país. Nas demais (onde se inclui o município em questão), a presença dessa forma pronominal limita-se às páginas dos compêndios de gramática, tendo como substituta, no uso diário da fala e da escrita, a forma *com você*. (Note-se que o *você* também apareceria na alternativa c, como forma pronominal perfeitamente aceita na fala e na escrita).

(25) (PLPr2) "O feminino de BODE é:

- a) vaca
- b) cabra
- d) ovelha
- e) porca"

(26) (PLPr7) "O menino acompanhava a pipa com os olhos.
Nesta sentença a palavra grifada é:

- a) sujeito
- b) predicado
- c) objeto direto
- d) predicativo
- e) objeto direto"

(27) (PLPr18) "Assinale a alternativa que contém somente advérbios:

- a) ontem, hoje, aqui
- b) que, entretanto, agora
- c) lá, agora, de
- d) menos, por, de
- e) talvez, porém, com"

Nestes três últimos exemplos, a exigência de conhecimento metalinguístico é direta, sendo, portanto, mais problemática do que a que vimos no exemplo [24]. Note-se que, nestes casos, o conhecimento exigido do examinando está totalmente desvinculado do uso que ele faz da linguagem para se relacionar na sociedade. Saber o que é *feminino*, *advérbio*, *sujeito*, *predicado*, etc., de nada valerá, quando o uso que se faz da linguagem na sociedade

requer o domínio de outras habilidades lingüísticas, como a capacidade de proceder a várias leituras de um mesmo texto, o conhecimento das normas sociais de composição de textos (como deve ser um bilhete, por exemplo) ou o domínio de estratégias discursivas para descrever processos ou organizar a fala (KLEIMAN, 1992).

A ênfase no conhecimento de metalinguagem pode ser percebida também nos testes da prova de Matemática. Observemos alguns exemplos em (28) e (29), a seguir:

(28) (PMr5) "O quociente de 1024 por 32 é:
 a) 32
 b) 28
 c) 32768
 d) 30768"

(29) (PMr6) "Efetuando a seguinte operação com números inteiros o resultado será:
 $(+9) + (-7) + (+5) + (-10)$
 a) +4
 b) -3
 c) -6
 d) +3"

Nessas questões, temos os termos *quociente* e *números inteiros* que fazem parte de uma terminologia restrita ao currículo escolar de Matemática. Se o examinando não souber, por exemplo, que o termo *quociente* se refere ao resultado de uma divisão, ele jamais conseguirá acertar a questão, mesmo que domine o processo de resolução das quatro operações fundamentais.

STEEN (1992) afirma que a necessidade de conhecimentos matemáticos em situações reais de vida vem aumentando com a modernização da sociedade. Hoje em dia, "os cidadãos são bombardeados com informações expressas em números, taxas e porcentagens" (p. 213). Entretanto, o autor alerta para o fato de

que mais importante do que avaliar se o indivíduo sabe a resposta de uma questão matemática, é verificar se ele sabe formular a resolução do problema (p. 229).

Sendo assim, testes de Matemática como os que vimos acima não se justificam no concurso, e servem apenas para reforçar a super-valorização do saber escolarizado num contexto social que requer do indivíduo outros saberes que lhe assegurem a capacidade de trabalhar e relacionar-se satisfatoriamente na sociedade.

b. conhecimento de grafias que não correspondem à pronúncia (30), ou que representem o mesmo som na fala, embora figurem representadas por diferentes letras na escrita (31):

- (30) (PLPr2) "Complete com a palavra escrita corretamente: As flores estão
- a) *muchas*
 - b) *murchas*
 - c) *muxas*
 - d) *mucha*"

Esta questão contém uma série de problemas. Além da concordância de número, que exigiria o morfema de plural na alternativa a ser escolhida, e da grafia do som /s̃/, que pode ser representada por *ch* ou *x*, há o grave problema da CE ter escolhido uma palavra cuja forma ortograficamente correta - *murcha* - não corresponde à pronúncia /'murs̃a/ da maioria dos falantes brasileiros.

No exemplo [31], abaixo, a valorização da grafia correta das palavras é ainda mais evidente, pois o próprio enunciado da questão explicita a preocupação da CE com a "maneira errada" de escrever, ou seja, com a correção ortográfica. Vejamos:

- (31) (PLPr8) "Qual a palavra escrita de maneira errada?"
- a) recheio
 - b) prefixo
 - c) enchurrada
 - d) exceção
 - e) exílio"

A hiper valorização do letramento acadêmico persiste também quando o empregador manifesta o desejo de que seu funcionário tenha capacidade de interpretar um texto escrito, seja este um bilhete, uma circular, ou qualquer outro texto que se lhe apresente no ambiente de trabalho. No exemplo abaixo, retirado da prova de LP, vemos que a CE também recorreu ao letramento acadêmico para levar o candidato a demonstrar que saberia entender uma instrução escrita no ambiente de trabalho, propondo questões de interpretação de texto que não passam de exercícios de identificação de trechos, pincelamento de palavras, substituição de itens lexicais por sinônimos/antônimos, etc., tal como a abordagem trazida pelos livros didáticos (KLEIMAN, 1991). Vejamos:

- (32) (PLPr5) "LEIA O TEXTO:

Juca mora na favela. Ele é filho da lavadeira Eulália. Juntos eles sobem o morro para levar a roupa suja para lavar. Depois descem o morro e vão levar a roupa limpa na casa da patroa.

Juca acha a mãe a pessoa mais bonita do mundo.

Ele queria dar uma porção de rosas para a mãe, porque hoje é aniversário dela.

Se existisse máquina de tirar retrato de pensamento, em cima da trouxa que Juca levava na cabeça apareceria uma rosa.

Baseado no texto responda as questões de 01 a 03.

1) Juca mora:

- a) na cidade
- b) no campo
- c) na favela
- d) no sítio

2) Juntos eles sobem o morro para:

- a) levar a roupa limpa na casa da patroa

- b) levar a roupa suja para lavar
- c) para brincar
- d) para tirar retrato

- 3) Juca queria dar para a mãe:
- a) uma máquina fotográfica
 - b) uma vida mais confortável
 - c) uma porção de rosas
 - d) uma roupa nova"

Se examinarmos o tipo de leitura que essas questões exigem do candidato, veremos que ele não precisaria, para responder as perguntas, sequer ler o texto por inteiro. Na pergunta 1, bastaria que ele identificasse a palavra *mora*, na primeira frase do texto, e completasse com a alternativa "c". Para responder à questão de número 2, seria suficiente que ele localizasse mecanicamente a terceira frase do texto e completasse o enunciado com a alternativa "b". Note-se que nem sequer se pretende que haja um sentido, pois *junto* é usado apesar de não ter um referente anterior nas questões. A pergunta de número 3, embora tenha exigido a relação do pronome *ele* à pessoa de *Juca* (o que não seria difícil, visto não haver outro nome masculino ao qual o *ele* pudesse estar se referindo) também não passa de um exercício de mapeamento de palavras no texto.

Falando sobre a necessidade de se aplicar uma prova mais adequada aos conhecimentos relevantes do candidato para o exercício da função à qual concorre, a CC orienta os integrantes da CE para que "*se direcione... mais ou menos pra motivar dentro daquilo que ele vai fazer*" (CE VP). Ocorre, entretanto, que a influência do modelo de avaliação escolar é tão forte que os elaboradores da prova acabam por criar textos cujos temas tenham vagamente a ver com a profissão para a qual está sendo aplicada a prova, seguidos de perguntas que continuam exigindo que o candidato realize apenas operações de pincelamento de informações óbvias no texto.

No exemplo abaixo, temos um texto da prova para Gari, cujo tema é *limpeza de rua*. Note-se que, na verdade, pouco mais do que o pincelamento de informações claras no texto poderia se fazer com um material como esse, tendo em vista a objetividade do texto e a pequena quantidade de informações nele contidas. Passemos ao texto:

(33) (PLPr3) *"Joana é funcionária da Prefeitura há 5 anos. Ela varre as ruas da cidade. Graças a ela a cidade está sempre limpa.*

Baseado nesse texto, responda as questões de 1 a 3

1) *Qual é a função de Joana?*

- a) *Merendeira*
- b) *Gari*
- c) *Cozinheira*
- d) *Arrumadeira*

2) *Joana é funcionária:*

- a) *Contratada há poucos dias*
- b) *Com mais de 10 anos de serviço*
- c) *Com menos de 10 anos de serviço*
- d) *Nenhuma das respostas*

3) *Graças a quem a cidade fica limpa?*

- a) *a Deus*
- b) *às varredoras de rua*
- c) *às donas de casa*
- d) *aos soldados"*

A questão não se resolve apenas por uma tentativa de se direcionar "*mais ou menos pra motivar dentro daquilo que ele vai fazer*", mas pela iniciativa de não incluir esse tipo de exercício na prova do concurso. Se o candidato obtém sucesso ao responder questões do currículo das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, certamente não é pelo fato destas estarem direcionadas para a função que ele pretende exercer, mas sim, porque ele domina as estratégias escolares de resolução de tarefas ou o conteúdo

dessas disciplinas escolares. Como sabemos, o fato do tema do texto estar direcionado para a função à qual destina-se a prova não é suficiente para garantir as respostas certas do candidato se este não conhecer o procedimento de se responder a uma prova tipo teste e de se preencher um gabarito.

4.3 UMA QUESTÃO DE IDEOLOGIA

De certa maneira, a alta porcentagem de questões do concurso que valorizam o saber escolarizado já era esperada, não só pelo fato da CC ter decidido colocar questões de Língua Portuguesa e Matemática no concurso, mas também pelo fato de ter contratado professores dessas disciplinas escolares para elaborarem as questões.

Ocorre que, enquanto as duas comissões não desfizerem o vínculo entre avaliação escolar e avaliação para concurso público, essa interferência do letramento acadêmico deverá persistir nas provas.

Na verdade, existe uma incoerência que atravessa todo o processo de elaboração da prova do concurso. Ambas as comissões do concurso possuem um conjunto de crenças sobre letramento (ou alfabetização) x , uma teoria sociolinguística (ou de linguagem) x e uma crença sobre currículo escolar x . Entretanto, essas crenças são inconsistentes e levam a pressupostos como o de acreditar que o saber dizer sobre tem mais valor do que o saber fazer (quando, como no caso, está envolvido o fazer); ou que o falante da norma tem mais fluência comunicativa do que aquele que usa outra variante linguística.

Essas crenças são puramente ideológicas, no sentido que GEE (1990) atribui ao termo *ideologia*:

Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado

"uma teoria social (implícita ou clara, primária, deslocada, ou deferida) que envolve generalizações (crenças, afirmações) sobre a(s) maneira(s) pela(s) qual (quais) os bens são distribuídos na sociedade" (1990: 23). (tradução da autora)

Já procedi, no Cap. III, a uma discussão prévia da ideologia que está por trás do letramento acadêmico, momento em que apresentei a pesquisa etnográfica de HEATH (1983) e o modelo ideológico de letramento de STREET (1984).

Estenderei um pouco mais essa discussão, acrescentando à definição de ideologia de Gee o fato de que essa "teoria social" "se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas" (GRAMSCI, 1978: 16).

Na verdade, a inculcação de crenças sobre o saber letrado escolarizado (operada, principalmente, pela escola) está tão bem diluída em todas as disciplinas e em todas as séries e etapas da vida escolar que, formados nesse contexto, os professores passam a ser os principais propagadores da idéia de que, ao demonstrar domínio sobre as estratégias escolares para solucionar problemas, o indivíduo esteja capacitado a exercer uma profissão na sociedade. E propõem, à partir daí, provas com questões que repetem o modelo escolar de avaliação numa situação de concurso público para efetivação de cargos em uma Prefeitura.

SEVERINO (1986) discorre sobre a relação entre ideologia e educação, afirmando que no decurso da formação do conceito de ideologia nunca esteve explícita a relação entre o processo ideológico e o processo educacional. O conceito de ideologia esteve sempre atrelado ao pensamento e à ação político-social,

Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado

ficando a educação à parte, como um processo neutro, puramente objetivo.

Contudo, Severino adverte para o fato de que:

"Os cidadãos de uma determinada sociedade são todos envolvidos por essa ideologia mediante a sua inserção na cultura, na religião, na justiça, no lazer, na vida militar e, muito especialmente, na educação.

(...)

Assim, a escola e, conseqüentemente, a educação escolarizada, é a responsável principal pela inculcação da ideologia dominante em todos os sujeitos das sociedades capitalistas e, conseqüentemente, pela reprodução das relações de exploração que caracterizam estas sociedades" (1986: 44 e 47) (grifos da autora)

Ao comentar a contribuição de dois sociólogos franceses (Baudetot e Establet, 1977) na linha da concepção reprodutivista de ideologia, Severino acrescenta que:

"(...) o aparelho escolar tem papel mais significativo do que os demais aparelhos ideológicos, porque ele inculca a ideologia dominante lastreando-a sobre a própria formação da força de trabalho, acompanhando o processo da divisão social do trabalho: de um lado o trabalho manual e, de outro, o trabalho intelectual. Ora, esta divisão é a própria base ideológica e material da existência das classes sociais na formação capitalista" (1986: 49).

Como vimos, STREET (1984) coloca que a classe social dominante sustenta a ideologia de que o letramento escolarizado deve servir para o indivíduo como um instrumento de ascensão sócio-profissional. Ao propor que se deixasse de focar o letramento de uma forma *autônoma* (como propiciador do aumento das habilidades cognitivas individuais) e se passasse a vê-lo como um modelo *ideológico* (práticas sociais de leitura e escrita

convencionadas segundo valores estipulados por um grupo social), Street referia-se, justamente, a essa função social exercida pela escola de divulgação da ideologia dominante, uma vez que essa instituição consiste na principal agência de letramento na sociedade (seguida, mais proximamente, pela Igreja e a família). Tem valor social, então, o letramento adquirido via escolarização, pois é este que garantirá a perpetuação da ideologia e a detenção do poder pela classe dominante. O indivíduo será social e profissionalmente posicionado segundo o grau de conhecimento escolarizado que ele atingir, sendo este testado via instrumentos fornecidos pela escola (como, no caso, o concurso público).

CLARK et al (1987) também reconhecem que as práticas e valores passados pela escola podem dar ao indivíduo "*algumas chances na vida que de outra forma não teriam*" (1987: 8), e concordam com o fato de que a manutenção dessa ideologia do letramento converge para a manutenção da estratificação social, uma vez que só são reconhecidos e prestigiados os hábitos lingüísticos de comunicação convencionados pela classe social dominante, que são transmitidos, principalmente, pela escola.

Enquanto o acesso à escola permanecesse como privilégio da classe alta, seria fácil manter-se a correlação entre o discurso pedagógico (que valoriza a norma culta) e o discurso ideológico (que valoriza o conhecimento escolarizado), pois a clientela escolar trazia já iniciados, de sua socialização primária no lar, os hábitos de linguagem e algumas estratégias de interação utilizados em sala de aula. Ocorre que, como já dissemos no Cap. I, com a abertura do espaço físico escolar aos indivíduos pertencentes a outras camadas sociais (na chamada democratização do ensino), a escola deparou-se com um grave problema: o *background* discursivo da nova clientela escolar entrou em choque com a expectativa que a escola criou quanto ao aluno que a frequentaria. A criança de classe social baixa, entretanto,

difícilmente estabelece contato com a escrita antes da idade escolar, e, caso manuseie algumas revistas ou folhas de jornal, provavelmente essa sua atividade consiste um empreendimento solitário, dado às próprias características de vida da classe baixa, na qual os adultos, na maioria das vezes, não dispõem de tempo, nem capacidade, para orientarem as crianças em suas primeiras experiências com a escrita.

Assim, o currículo escolar destina-se a um aluno com as práticas de letramento comuns às classes sociais mais privilegiadas. Toma-se como pressuposto que a criança traz para a escola um comportamento letrado já iniciado no lar, como, por exemplo, no seu relacionamento com o livro e com a leitura (KLEIMAN et. al., 1990). Filhos de pais letrados, que conservam em casa o hábito de ler e discutir assuntos de livros, jornais, revistas, etc., chegam à escola familiarizados com essa tarefa, sendo perfeitamente capazes, por exemplo, de distinguir o autor do personagem numa narrativa, e de inferir interpretações do não-dito à partir do que foi dito no texto. A própria maneira dessas crianças se comunicarem em casa vem marcada por esse contato com a escrita. A escola espera, como pressuposto, um aluno com essas características.

Como consequência dessa disparidade entre aquilo que a escola espera do aluno ingressante, e aquilo que efetivamente traz como *background*, emergem também outros problemas para a escola. Dois deles são o fracasso e a evasão (ou expulsão) escolares, que apontam para altos índices de crianças pobres que não chegam a ultrapassar as 3ª ou 4ª séries do primeiro grau (SOARES, 1989). A escola, certamente, não está preparada para receber essa nova clientela. Como conclui CASTILHO (1988),

"A rotina escolar não se alterou para enfrentar esse problema, e assim os livros didáticos e a preparação dos professores não demonstram sensibilidade para as enormes

mudanças de clientela operadas na última década" (1988: 57).

Ignorando toda essa problemática, a sociedade espera que todos aqueles que passam pela escola (mesmo que esta passagem tenha sido curta e não significativa), tenham adquirido o discurso e as habilidades de resolução de tarefas próprios do ambiente escolar, e exige desses indivíduos um comportamento de sujeitos letrados. Exemplo típico dessa atitude é o concurso público que estou examinando. A prova "tipo teste" e o enfoque das questões no conteúdo metalinguístico de Língua Portuguesa tornam bastante transparentes essa visão de sujeito letrado que a escola inculca na sociedade, uma vez que a tarefa proposta ao candidato em nada difere das tarefas tipicamente escolares.

BOURDIEU & PASSERON (1975) afirmam que à escola são atribuídas duas funções: uma *função social* e uma *função técnica*. A primeira, seria a função de manutenção da estrutura de poder; a *função técnica* seria a de produção de qualificações para o mercado de trabalho.

De fato, é um reflexo dessas atribuições que se pode observar na análise do *corpus* de minha pesquisa. Quando a CC vê-se com a incumbência de montar uma prova, procura imediatamente aquele que, no senso comum, tem autoridade para elaborar um instrumento de avaliação: o professor. E este, no desempenho de seu papel, lança mão do modelo acadêmico de avaliação, acreditando que, com estas provas, a CC possa avaliar a capacidade profissional do candidato à vaga oferecida. Sendo assim, a instituição escolar não só está funcionando como mantenedora das relações de poder na sociedade (pode mais quem responde melhor ao discurso acadêmico), mas também como produtora de trabalhadores qualificados e comprovadora dessa qualificação.

Bourdieu & Passeron apontam, ainda, que essa

Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado

hiper-valorização do saber escolarizado faz parte da ideologia mantida pela classe social dominante. Para que se perpetue a relação dominador/dominado, a educação escolar deve reproduzir o modelo social de poder, impondo valores e significados considerados legítimos pela classe que detém esse poder. Cria-se um círculo vicioso que faz com que a sociedade busque na escola o que ela necessita e a escola, por sua vez, ofereça à sociedade exatamente aquilo que ela busca; sendo que o que se busca e o que se oferece são sempre determinados e estabelecidos pela classe dominante:

"...Se a Escola detém simultaneamente uma função técnica de produção e de comprovação das capacidades e uma função social de conservação e de consagração do poder e dos privilégios, compreende-se que as sociedades modernas forneçam ao sistema de ensino múltiplas ocasiões de exercer seu poder de converter vantagens sociais em vantagens escolares, elas mesmas reconversíveis em vantagens sociais, porque tal permite que se apresentem as preliminares escolares, por conseguinte implicitamente sociais, como pré-requisitos técnicos do exercício de uma profissão" (1975: 175).

Como vemos, há uma forte determinação de uma fração da sociedade (classe dominante) em fazer com que o letramento acadêmico seja instrumento de dominação e controle social, o que pode ser efetivado pela imposição da avaliação técnica ou profissional de um indivíduo via instrumentos fornecidos pela escola. Uma das formas de se alcançar esse propósito consiste na imposição dos hábitos lingüísticos da classe dominante, que encontra apoio, principalmente, nas aulas de Língua Portuguesa, onde ainda se insiste em ensinar gramática normativa e metalinguagem da gramática tradicional, preenchimento de fichas de leitura como exercício de interpretação de texto, e a variedade padrão da língua como única variante do Português, consistindo as outras variedades em falares inferiores, pejorativamente denominados *dialetos*, no sentido de não serem considerados como

linguagem (visão esta já derrubada por LABOV, 1972).

Há, de fato, uma lacuna entre o saber científico relativo à linguagem e o saber popular ou leigo. O professor de Língua Portuguesa deveria ser possuidor desse saber e aí sim, colaborar com a sociedade como um especialista no assunto. Ocorre, entretanto, que o ensino superior (e também o magistério) não tem formado profissionais bem atualizados (cf. KLEIMAN, 1992).

Em resumo, então, vemos que, quanto à concepção ideológica de *escolarização e letramento*, podemos considerar que a escola tem sido a instituição mais eficaz de perpetuação da ideologia da classe social dominante. Em decorrência disso, avalia-se social e tecnicamente um indivíduo através de instrumentos fornecidos pela escola. Assim, é *letrado* aquele sujeito que reproduz a linguagem e as estratégias de resolução de problemas impostas pela instituição escolar.

Vejamos, a seguir, como essa ideologia de super-valorização do letramento acadêmico esteve presente também nas concepções de *sujeito letrado* da CE. Analisarei essa questão detendo-me aos dois professores responsáveis pela elaboração da prova de LP.

Afim de entender melhor o motivo que levou a CE a elaborar questões de LP caracteristicamente normativas, isto é, refletindo estritamente o ponto de vista do professor tradicional, elaborei dois testes de atitudes a serem respondidos pelos dois integrantes da CE do concurso. Vale ressaltar que, na divisão de tarefas para elaboração das questões, um dos professores (que estou chamando de P1) ficou responsável pelas questões de literatura e interpretação de textos, enquanto para o outro (P2), couberam as "questões de gramática".

Meu objetivo em ambos os testes era o de averiguar, primeiro,

Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado

qual a atitude dos dois informantes ante o erro de português (teste de atitudes I - anexo V) e o ensino de gramática em sala de aula (teste de atitudes II - anexo VI); segundo, até que ponto esta atitude justificaria o conteúdo das questões presentes nas provas; e, terceiro, qual o grau de consistência entre o dizer e o fazer desses profissionais.

O teste de atitudes I foi montado tendo em vista que, de acordo com o cargo a ser preenchido, exigir-se-ia um grau de escolarização, que variava do "ser alfabetizado" (referente ao antigo primário incompleto) ao nível superior.

Assim, constituído por uma amostragem de 12 cargos que compõem o efetivo da Prefeitura na qual realizou-se o concurso, e de 27 excertos de redações² contendo erros de português³, o teste pretendia detectar o grau de estigmatização que o erro ocupava na relação que a CE estabelecia entre *escolarização ↔ profissão*, uma vez que os excertos contendo erros deveriam ser atribuídos a uma das profissões elencadas. A tarefa proposta consistia, então, em que se atribuisse a cada excerto o número referente à profissão, como podemos ver nessa réplica resumida do teste, na qual temos o enunciado dado ao professor, os 12 cargos elencados e cinco frases representativas dos excertos de redações contendo erros de português:

(34) (TAtt I)

Supondo que você seja o responsável pela contratação de funcionários numa empresa, e tendo em vista seus conhecimentos na área de Língua Portuguesa e sua experiência em elaboração de provas para concurso, designe o cargo a ser ocupado pelos candidatos à partir de excertos retirados de suas provas de redação. Anote, no parênteses, o número correspondente à profissão.

Profissões:

1- Servente

- 2- Coveiro
- 3- Merendeira
- 4- Pajem
- 5- Mecânico de máquinas pesadas
- 6- Monitor de pré-escola
- 7- Auxiliar de laboratório
- 8- Professor de educação geral
- 9- Atendente de enfermagem
- 10- Técnico de laboratório
- 11- Farmacêutico Bioquímico
- 12- Professor III

OBS: esses excertos foram retirados de redações de um concurso.

- () "... se todas as pessoas tivessem uma sociedade justa, no qual lhe deem meios culturais mais ampliados; esses falços políticos acabariam..."
- () "... os antigos liam menos, com tudo, eram mais sábios..."
- () "... resta-nos a certeza que ainda existe gente honesta neste mundo..."
- () "...o povo sonhador não pensa nestes fatos, estão interessados apenas..."
- () "... quando derrepente ele puchou o gatilho e piorou a situação..."

Com a aplicação deste teste, pude verificar que, de fato, há correspondência entre as exigências que o professor fez na prova do concurso e a explicitação dessas exigências nas respostas do teste. O conteúdo das questões da prova de LP do concurso, com, aproximadamente, 70% dos itens centrados em problemas concernentes a aspectos gramaticais/ortográficos da língua, justifica-se dada a visão do examinador quanto ao erro de português. Na figura 4.1, abaixo, situo os tipos de erros que apareceram no teste e o grau de escolarização para os quais foram designados pelos informantes, de acordo com as doze profissões elencadas nesse instrumento:

DESVIOS DA NORMA PADRÃO ESCRITA	GRAU DE ESCOLARIZAÇÃO	
	P ₁	P ₂
ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO	TODOS	1º GRAU INCOMP.
CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA (NOM. E VERBAL)	TODOS	1º GRAU INCOMP. E 1º GRAU
CONJUG. VERBAL E LÉXICO	TODOS	1º GRAU INCOMP.

Fig. 4.1. Quadro representativo das respostas ao teste de atitudes I.

Note-se que os dois integrantes da CE, responsáveis pela prova de LP desse concurso em exame, diferem quanto à avaliação que fazem dos desvios da norma padrão na escrita.

P₁ não toma como parâmetro de avaliação de LP o erro de português, uma vez que, de acordo com sua resposta ao teste, não demonstrou ter preconceito quanto aos desvios típicos de diferentes grupos profissionais. Assim, um instrumento de avaliação centrado no erro de português seria ineficaz, como ele próprio afirma no espaço deixado no teste para comentários:

(35) (TAtt I - P₁)

"Não se trata de tipificar o candidato através de erros sintáticos ou semânticos que, a despeito da sua gravidade, permitem ao leitor decodificar o pensamento do leitor"

P₂, por outro lado, acredita que indivíduos com um grau maior de escolaridade (2º grau e nível superior) não cometem, ou não devem cometer, erros de português de nenhuma natureza, pois esses indivíduos não aparecem no quadro representativo de suas respostas ao teste de atitudes I.

Observando as provas, percebemos que a concepção de Pz reflete-se claramente no conteúdo normativo enfocado pelas questões de Língua Portuguesa. O número dessas questões vai diminuindo à medida em que o grau de escolarização dos candidatos vai aumentando (vide figura 4.2, abaixo), até verificarmos que nas provas para os que possuem nível superior não existem tais questões. De fato, a ausência dessas questões foi justificada, em entrevista com a CC. Segundo um dos membros que compõem essa comissão, o conhecimento de LP desses indivíduos seria avaliado de acordo com a entrevista que teriam com um especialista em sua área de atuação. Quando indagado sobre a ausência de questões de LP na prova para Farmacêutico Bioquímico - profissão que exige nível superior de escolarização - esse sujeito afirmou:

(36) (E SE) *"do nível superior seria então importante que se conhecesse o técnico e a entrevista...e na entrevista então foi visto isso daí [o conhecimento de LP]...entendeu...o desempenho deles na...o tipo de pergunta que foi feito nessa entrevista...que é a médica que entrevistou esse pessoal...então ela levou em consideração isso...como ele se expressa e tudo... então...escrito não foi avaliado nada...mas na entrevista é que foi avaliado o desempenho do português dele... o conhecimento de português".*

Assim, verificamos na figura abaixo que, numa amostragem das profissões, naquelas para as quais o Edital exigia escolarização referente a nível superior o número de questões de LP é igual a zero e que, conforme diminui o grau de escolarização, aumentam as questões desse conteúdo. Vejamos:

PROFISSÃO	GRAU ESCOL.	TOTAL QUESTÕES DA PROVA	TOTAL QUEST. DE LP	%
Farmac. Bioq. Prof. III	nível super.	40	zero	zero
Téc. Laborat. Prof. Alfabetiz.	2º grau	40	05	12.5
Aux. Laborat. Tesoureiro	1º g. comp.	40	10	25
Gari Jardineiro	1º g. incomp.	40	13	32.5
Aux. Serviços	ser alfabet.	40	15	25
Braçal		40	10	37.5

Fig 4.2. progressão das questões de Língua Portuguesa em relação à profissão

Confrontando essa realidade com as respostas de Pz ao teste de atitudes II - que buscava verificar as concepções teóricas sobre o ensino de gramática dos dois informantes de minha pesquisa - observei que a fala de Pz contradiz seu fazer, demonstrado nas questões das provas por ele elaboradas. Suas respostas ao teste apontam para uma concepção não-normativa (ou descritiva) da abordagem da gramática em sala de aula, mas as questões que propõe para o concurso são essencialmente normativas.

Numa das questões do teste, que se referia ao processo de alfabetização, Pz concorda com o autor do excerto quando diz que nos primeiros anos de escolarização, o professor deve preocupar-se em analisar com a criança (ou o aprendiz) se o que ela queria dizer em seu texto escrito ficou compreensível a seus colegas, deixando a correção gramatical para um outro momento (Bechara, 1987). Vejamos o teste:

(37) (TAttII Pz) "... quando se fala de ação corretiva, obviamente não estamos querendo entender a procura do erro de gramática e a correção dele, mas sim um exame da eficácia com que foi estruturada a mensagem. Pouco

importa, nessa fase da atividade escolar (nos primeiros anos), se a criança comete alguns erros de gramática; é bem mais importante analisar com ela se o que queria dizer ficou compreensível aos outros".

- X a. concordo totalmente com a idéia do autor
- b. concordo, mas...
- c. discordo, mas...
- d. discordo totalmente da idéia do autor
- e. não está clara a idéia do autor

Entretanto, na prática, Pz conserva bastante arraigado o conceito de que saber usar a Língua Portuguesa significa saber gramática normativa. Ao analisarmos uma prova de LP para Ajudante de Serviços - função da qual se exige como escolaridade apenas "ser alfabetizado" (que para a comissão examinadora corresponderia aos dois primeiros anos do Ciclo Básico) - encontramos a seguinte questão por ele elaborada:

- (38) (PLPr3) "Assinale a palavra escrita corretamente:
- a) Ambulância
 - b) Ospital
 - c) Enchada
 - d) Enxurrada"

Que tipo de avaliação uma questão como essa pode fornecer ao empregador? Em outras palavras, o que está medindo uma questão como essa na prova do concurso?

Cotejando, então, as concepções teóricas e a prática de Pz, fica claramente marcada a incoerência que caracteriza o processo de efetivação do concurso. Essa incoerência, como vimos, inicia-se no momento da elaboração das questões, pela CE, e vai até a aceitação destas, pela CC, muito embora um de seus membros afirme que "não é o melhor método" (E VP).

Tal incoerência no processo de efetivação do concurso conduz

Quando Saber é Dizer: Ideologia do Saber Letrado

a problemas nos resultados obtidos. Em entrevistas com a CC, evidenciou-se o fato de que a classificação do funcionário, nos cargos que exigem pouca escolarização, não tem correspondido às expectativas do empregador, ou seja, o candidato melhor classificado nas provas nem sempre tem se destacado como o melhor funcionário. Em entrevista, o funcionário encarregado da seção que concentra o maior número de analfabetos ou semi-alfabetizados da Prefeitura confirma esse fato:

(39) (E CS) *"a gente não está conseguindo ficar com aqueles que se saem melhor nas provas...porque geralmente...são pessoas que têm mais conhecimento assim de escolaridade...mas na hora do serviço...ele começa a encostar mais...é o primeiro a encostar no serviço...a fugir do serviço pesado"*

A explicação que encontro, então, para as atitudes de ambas as comissões, e também dos elaboradores do Boletim do CEPAM, pode ser dada em termos ideológicos: os papéis da escola e da linguagem na sociedade são definidos e mantidos pela ideologia de super-valorização do saber escolarizado convencionalizada pela classe dominante. Todo o processo de realização do concurso baseou-se em teorias que não têm suporte teórico válido, convergindo para graves incoerências que levaram à não-validade dos resultados obtidos, segundo os próprios integrantes da CC.

Há que se ressaltar o fato de que os problemas detectados nesse concurso em exame ocorrem igualmente em outros concursos públicos, de outras localidades, em todo o Brasil. É elogiável a atitude do município em foco, pela preocupação que seus governantes demonstram em aplicar uma prova mais condizente com a realidade do candidato e o contexto de trabalho, bem como a disponibilidade em fornecer dados para a pesquisa ora desenvolvida.

Não resta dúvida de que, um concurso público com uma história como a que venho descrevendo certamente caminhará para o insucesso e a conseqüente frustração de todos os que estiveram envolvidos no processo de sua efetivação, como afirma um dos integrantes da CC, quando indagado sobre a importância da prova de LP no concurso:

(40) (E VP) *"...eu acho que fica muito furado...o pessoal não conhece e nem tem porque conhecer...o pessoal é analfabeto aí de pai e mãe...você vai exigir português pra ele varrer rua...sabe...fica meio estranho"*

NOTAS DO CAPÍTULO IV

¹ Usarei o termo "fluência" em lugar de "competência comunicativa" dadas as últimas críticas que vêm sendo efetuadas a essa segunda expressão, principalmente no que tange ao conceito de comunicação, quando se fala em ensino/aprendizagem de segunda língua (cf. FRANZONI: 1991).

²Os excertos foram retirados de redações de um concurso vestibular e simplesmente exemplificam desvios do código escrito.

³o que estou chamando de "erro de português" corresponde a desvios da norma padrão escrita da língua. Foi utilizada esta terminologia por ser mais comum.

"A cultura ocidental valoriza as pessoas que podem escrever acima daquelas que não podem, mesmo que elas tenham ou não necessidade de escrever" (IVANIC & MOSS, 1990: 7).

A situação do indivíduo "semi-alfabetizado" em nossa sociedade é, de fato, bastante problemática. Dada a hiper-valorização do letramento acadêmico na sociedade, passa-se a agir como se ele fosse membro da cultura letrada, exigindo-se dele um conhecimento e um domínio de estratégias de resolução de problemas que ele poderia ter adquirido se permanecesse por mais tempo na escola, mas que não domina devido à sua curta passagem por esta instituição.

Inserido nesse contexto ideológico de hiper-valorização do conhecimento escolarizado, o concurso em questão propõe-se a

classificar funcionários para o desempenho de funções em um órgão público municipal via modelos de avaliação próprios do ambiente escolar.

A análise das provas do concurso, bem como dos principais fatos constituintes do processo de efetivação desse evento de letramento, permite fazer duas afirmações básicas:

- 1ª. os resultados obtidos com a aplicação das provas apontam para um problema de adequação entre o que efetivamente foi avaliado (conteúdo escolar) e o que o empregador esperava avaliar no candidato (capacidade para se comunicar no trabalho e para realizar o mesmo);
- 2ª. a concepção ideológica que a sociedade, em geral, tem de *sujeito letrado* seria o fator determinante desse problema de adequação.

No caso da primeira afirmação, os principais determinantes da inadequação entre o resultado do concurso e a expectativa do empregador foram as orientações passadas pelo CEPAM e o conteúdo da prova.

O Boletim do CEPAM, como vimos, está marcado por uma única preocupação: tratar dos aspectos materiais da prova, ou seja, modelos de documentos afins; folhas constitutivas da prova (folha de rosto, folha do exame de datilografia, etc.); evidenciando, ainda, um claro viés em favor da elaboração de provas "tipo teste". Uma discussão séria sobre o conteúdo que as questões deveriam enfocar, e mesmo sobre o tipo de prova conveniente para cada função, foi omitida; daí o Boletim ser ineficiente para auxiliar na tarefa de se realizar um concurso cujos resultados sejam aqueles objetivados pelo empregador.

O segundo fato que contribuiu para a inadequação apontada

Conclusão

relaciona-se ao conteúdo das questões da prova do concurso. Discutimos, no. Cap. IV, algumas incoerências que marcaram o processo de efetivação do concurso. Dentre elas, quanto ao tipo de conhecimento solicitado nessa prova em relação ao público para o qual ela foi destinada, e ao objetivo de sua aplicação. Questiono, assim, a presença de questões de Língua Portuguesa e Matemática numa prova de concurso público. A opção por elaborar uma prova com esse conteúdo foi fortemente influenciada pela crença de que, primeiro, um instrumento de avaliação deve seguir o modelo proposto pela escola; e segundo, só o indivíduo que tiver domínio do conteúdo gramatical e matemático fornecido pela escola, bem como das estratégias de resolução de problemas nelas aprendidas está apto para exercer uma profissão. Daí, então, a segunda conclusão apontada quando da análise dos dados: a concepção ideológica de *sujeito letrado*, que leva a CC a optar pelo modelo acadêmico de avaliação, determina a inadequação da prova aos objetivos de empregador.

Anterior aos problemas referentes ao conteúdo da prova, há que se questionar, também, a proposta de prova escrita para indivíduos semi-alfabetizados. A despeito de toda a dificuldade de domínio do conteúdo, esses candidatos defrontam-se, ainda, com a dificuldade de ler as questões e respondê-las no gabarito.

Lembremos que o fato de um analfabeto (e, acrescento, semi-alfabetizado) não ser capaz de responder adequadamente a tarefas tipicamente escolares pode estar relacionado à diferença que há entre as suas estratégias de resolução de problemas e aquelas enfatizadas pela escola (Tfouni, 1988; Signorini, 1990). Responder a uma prova escrita e preencher um gabarito consiste em uma difícil tarefa para aquele que pouco frequentou a escola, enquanto que, solucionar um problema, segundo as estratégias que domina seria possível.

Conclusão

Tendo em vista que 37% dos concursados não chegou a completar o primeiro grau, e que 80% das pessoas aprovadas não corresponderam às expectativas do empregador, só podemos concluir que uma prova escrita para os semi-alfabetizados, além de ser uma experiência negativa para esses indivíduos, leva o empregador a contratar indivíduos não aptos para o desempenho da função.

Consideramos que impor a essas pessoas provas como as analisadas neste trabalho consiste, sem dúvida, em humilhação e agressão. Ocorre que esses indivíduos já enfrentam sérios problemas sociais por não saberem ler e escrever, levando a problemas sérios de auto-imagem. O fato de colocá-los em situações nas quais não consigam resolver os problemas que lhes são apresentados e que explicitamente desvalorizam a fala e o conhecimento deles, pode ser avaliado do ponto de vista da desumanidade e do desrespeito aos direitos mínimos de todos os sujeitos, sejam eles escolarizados ou não.

Acredito que a CC já tenha se apercebido dessa realidade, visto a insatisfação geral expressa pelos entrevistados. Mas ainda pesa sobremaneira o poder da escola na transmissão de um tipo de saber, em contraste com outros "saberes" adquiridos fora dela. A prova, dois anos após a realização do primeiro concurso, continua sendo escrita e constituída por questões com enfoque no conteúdo do currículo escolar de Língua Portuguesa e Matemática. Poucas modificações ocorreram, como por exemplo, a diminuição da quantidade de questões com esse conteúdo. Ocorre, entretanto, que a CC deve contemplar uma mudança qualitativa das questões que compõem a prova do concurso, e não apenas quantitativa, como vem fazendo. Deve-se proceder a uma ruptura com o padrão de concurso público até então utilizado em todo o Brasil.

Tal ruptura poderia ter início pela exclusão de questões cujo conteúdo e forma de resolução estivessem estritamente ligados a

Conclusão

conhecimentos e habilidades ensinados na escola.

Um segundo passo seria, como vimos, a atitude de não mais se aplicar prova escrita para semi-alfabetizados, já que, em seu ambiente de trabalho eles raramente terão que ler e, caso ocorra essa necessidade, sempre encontrarão um agente facilitador dessa tarefa (em geral, o encarregado).

Com isso, a CC diminuiria a quantidade de dificuldades que o candidato deveria transpor quando da resolução da prova, obtendo resultados mais válidos no concurso.

Em se tratando da prova em si, caso ocorra da CC não encontrar uma forma mais adequada de seleção de pessoal, do que a prova "tipo teste" (devido, por exemplo, ao grande número de candidatos às vagas), deve preocupar-se em propor uma prova da qual o candidato entenda o procedimento de responder às questões, ou seja, uma prova que o candidato saiba fazer.

Assim, referindo-me especificamente aos candidatos semi-alfabetizados, acredito que poder-se-ia aplicar uma prova na qual, em lugar de questões escritas, aparecessem desenhos (ou fotos) representativos das respostas a serem dadas. Tomando como exemplo o concurso para Jardineiro, elaborar-se-iam questões relacionadas a ferramentas de jardinagem, procedimentos de plantio ou poda, símbolos ou rótulos de inseticidas ou adubos com os quais ele tenha que lidar, identificação de plantas (pelo nome popular), etc.

O procedimento de realização da prova seria o seguinte: a pessoa responsável por sua aplicação leria o enunciado das questões e os candidatos marcariam a resposta que julgassem correta na própria folha de testes (não haveria gabarito a ser preenchido). A execução da prova seria precedida de um ensaio,

Conclusão

dando-se uma questão como exemplo e, durante todo o tempo do exame, o instrutor orientaria os procedimentos de resolução das questões, tais como: "virem a página", "passem para o exercício seguinte", "façam um x dentro do quadradinho", etc.

A prova somente teria início quando o examinador se certificasse de que todos os presentes houvessem entendido o que deveriam fazer, pois, como afirma HEATH (1982), a interpretação de figuras bidimensionais também faz parte do saber letrado. Sendo assim, a etapa de ensaio que precede a execução da prova é essencial pelo fato desta ter como destinatário candidatos que não participam da cultura letrada.

Por outro lado, caso a CC observe que o número de candidatos para cada profissão não ultrapassa a casa de vinte a trinta pessoas, pode-se aplicar uma prova prática, dispensando-se a prova escrita ou com desenhos ou fotos. Segundo membro do primeiro escalão da Prefeitura, que chefia um grupo de semi-alfabetizados, excetuando-se o primeiro concurso realizado (cujo objetivo era efetivar funcionários em serviço), nos demais, o número de candidatos por profissão não chega a ultrapassar trinta inscritos. Segundo ele, uma prova prática, de campo, seria a melhor maneira de classificar esses indivíduos para o exercício da função.

Segundo o entrevistado, a avaliação das habilidades de leitura candidato (não haveria necessidade de se avaliar a escrita, pois escreve-se pouco no exercício de atividades braçais), bem como de sua afinidade com o trabalho a exercer poderia ocorrer no período de experiência na função (que tem duração de três meses).

Seguindo essa orientação fornecida pelo representante do empregador, e continuando a exemplificar com a prova, para Jardineiro, poderíamos sugerir, no caso específico desta

Conclusão

Prefeitura, que a prova se realizasse no viveiro de mudas que ela mesma mantém.

O procedimento consistiria em levar os examinandos até o local da prova e interagir com eles, um a um, através de perguntas orais como:

1. *Agrupe cinco tipos de plantas consideradas...*
 - frutíferas
 - árvores de grande porte
 - arbustos
 - ornamentais, etc.

2. *Apanhe a(s) ferramenta(s) adequada(s) para a poda de...*
 - arbustos
 - grama
 - árvores de grande porte
 - folhagens, etc.

3. *Faça o re-plantio das mudas daquele canteiro.*

O desempenho do candidato seria anotado em uma ficha com seu nome, para posterior classificação e documentação do processo.

Note-se que a prova sugerida pode ser adaptada para qualquer outro cargo que empregue funcionários com baixa escolarização.

Para os candidatos com escolarização equivalente a 4ª série do 1º grau em diante, a prova continuaria sendo escrita. A objeção que se faz nesse caso é quanto ao conteúdo abordado. No lugar de questões de LP e M tipicamente escolares, deve-se valorizar conteúdos que, caso envolvam conhecimentos de LP e M, estejam diretamente vinculados a situações do dia-a-dia de trabalho.

Exemplo do tipo de questão acima sugerida pode ser retirado do próprio exame em análise. Trata-se de um item que requer do

Conclusão

examinando a capacidade de interpretar o texto dado, remetendo as informações recebidas ao seu conhecimento de mundo. Esta foi a única questão contextualizada presente entre dezenas de outras observadas.

(41) (PLPr2) "Recado no mural da Prefeitura:
Os candidatos ao concurso público para ajudante de serviços deverão comparecer para a entrevista no dia 29, às 17:00 h, com Marcelo.

Em relação a esse recado responda as questões 8 e 9.

8) O entrevistador será:

- a) o candidato
- b) o Prefeito
- c) o ajudante
- d) Marcelo

9) A entrevista será:

- a) dia 29, às 7:00 horas da noite
- b) dia 29, às 5:00 horas da tarde
- c) dia 29, às 4:00 horas da tarde
- d) dia 29, às 7:00 horas da manhã "

Como podemos ver, essa é uma questão interessante, não só pelo fato de exigir um conhecimento letrado pertinente ao cotidiano do indivíduo (saber relacionar as horas), mas também por estar contextualizada, refletindo uma situação que poderia perfeitamente acontecer no ambiente de trabalho.

Quanto à CE, acredito que deveria ser composta pelo chefe de cada seção e por um especialista na área de elaboração de provas. No caso do concurso em exame, a Comissão seria formada pelo chefe de seção da Prefeitura e por um especialista da Universidade.

Com as medidas sugeridas de mudança na elaboração e na administração da prova do concurso (que considero perfeitamente exequíveis), creio que, por uma questão humanitária, o concurso

Conclusão

deverá ser realizado em um contexto de menor discriminação do falar e da classe social do candidato (pois devemos nos lembrar de que esses sujeitos estão à margem da cultura hegemônica e, sendo assim, o conhecimento dessa cultura não deve ser a base do exame).
candidatos semi-alfabetizados. Quanto à validade desse processo de seleção, acredito que os resultados alcançados, à partir de uma prova voltada para situações cotidianas ocorridas no desempenho da função, refletirão com maior veracidade a aptidão e a experiência dos candidatos.

Conclusão

- ALMEIDA, N.M. (1952) Gramática Metódica da Língua Portuguesa. São Paulo: Edição Saraiva.
- BARTON, D. (1988). *Literacy in the community*. Projeto de pesquisa, inédito.
- BARTON, D. (1990). *The social nature of writing*, em D. Barton e R. Ivanic (comps). *Writing in the community*. London: Sage, a sair.
- BARTON, D. & PADMORE, S. (1990). *Roles, networks and values in everyday writing*, em D. Barton e R. Ivanic (ed.). *Writing in the community*. London: Sage, a sair.
- BECHARA, E. (1987). *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática.
- BORTONI, S.M. (1988). "Situações dialógicas assimétricas: implicações para o ensino", em *Trabalhos em Linguística*

Aplicada, (12), Campinas.

-
- (1991). "To what degree is a speech event feasible? A study of linguistic resources and communicative stress", em *Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada - DELTA*, vol. 7, nº 2, São Paulo.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. (1975). *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A.
- BRUMFIT, C.J. & JOHNSON, K. (eds) (1979). *The communicative approach to language teaching*. Oxford Univ. Press.
- CAGLIARI, L.C. (1989). *Alfabetização e Linguística*. São Paulo: Scipione.
- CANALE, M. (1983). "From communicative competence to communicative language pedagogy", em J. Richards e R. Schmidt (ed.). *Language and Communication*. New York: Longman Group Ltda.
- CASTILHO, A.T. & PRETI, D. (1986). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. vol. 1, São Paulo: T.A. Queiroz.
- CASTILHO, A.T. (1988). "Variação lingüística, norma culta e ensino de Língua Materna", em *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus - Coletânea de textos*, vol. 1, São Paulo: SE/CENP.
- CHAFE, W. (1982). *Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature*, em D. Tannen (ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*.

Norwood, NJ: Ablex.

CLARK, R., FAIRCLOUGH, N.L., IVANIC, R., MARTIN-JONES, M. (1987). "Critical Language Awareness", em *CLSL Working Paper 1*. Centre for Language in Social Life, University of Lancaster.

COOK-GUMPERZ, J. (1986). *Introduction: the social construction of literacy*, em J. Cook-Gumperz (ed.) *The social construction of literacy*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

DUARTE, N. (1989). *O ensino de Matemática na educação de adultos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

DURIGAN, J.A., ABAURRE, M.B.M., VIEIRA, Y.F. (1987). *A magia da mudança*. Campinas: Editora da UNICAMP.

_____ (1987). "Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement". *Anthropology of Education Quarterly*, vol. 18 (4), University of Pennsylvania.

FIORIN, J.L. (1988). *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Atica.

FRANZONI, P.H. (1991). "Nos bastidores da Comunicação Autêntica. Uma reflexão em Linguística Aplicada". Campinas: Dissertação de mestrado.

FREIRE, A.M.A. (1989). *Analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez.

FREIRE, P. (1977). *Educação como prática da liberdade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- FREITAG, B. (1988). *Diário de uma alfabetizadora*. Campinas: Papyrus.
- FREITAS, L. (1989). *A produção da ignorância na escola*. São Paulo: Cortez.
- GARTON, A. & PRATT, C. (1989). *Learning to be literate. The development of spoken & written language*. Cambridge: Basil Blackwell.
- GEE, J.P. (1986). "Orality and literacy, from *The Savage Mind* to *Ways with Words*", em *The Modern Language Journal*, vol 20, nº 4.
- _____ (1990). *Social Linguistics and Literacies: ideology in discourses*. Londres: The Falmer Press.
- GNERRE, M. (1987). *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOODY, J & WATT, I. (1963). *The consequences of literacy*, em J. Goody (ed.). *Literacy in Traditional Societies*. NY: Cambridge Univ. Press.
- GRAMSCI, A. (1978). *A concepção dialética da história*. Rio: Civilização Brasileira.
- GRONLUND, N.E. (1965). *Measurement and evaluation in teaching*. London: Macmillan.
- GUMPERZ, J.C. & GUMPERZ, J.J. (1981). *From oral to written culture: the transition to literacy*, em M.F. Whiteman et al (ed.). *Variation in writing: functional*

and linguistic cultural differences. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

HAMMERSLEY, M. & ATKINSON, P. (1989). *Ethnography: Principles in Practice*. Routledge.

HEATH, S.B. (1982). *What no bedtime story means: Narrative skills at home and at school*, em *Language and Society II*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

————— (1982). *Protean Shapes in Literacy Events: Ever-shifting Oral and Literate Traditions*, em D. Tannen (ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood, NJ: Ablex.

————— (1983). *Ways with Words*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

————— (1985). *Literacy and language change*, em D. Tannen & J.C. Alatis (eds.). *Languages and linguistics: the interdependence of theory, data and application*. G.U.R.T, Washington: Georgetown University Press.

HYMES, D. (1974). *Foundations in sociolinguistics*. Philadelphia - USA: University of Pennsylvania Press.

————— (1986). *Language in culture and society*. New York: Harper & Row Publishers.

IVANIC, R. & MOSS, W. (1990). *Bringing community practices into education*, em D. Barton e R. Ivanic (eds.). *Writing in the community*. London: Sage, a sair.

KATO, M. (1986). *No mundo da escrita. Uma perspectiva*

psicolinguística. São Paulo: Atica.

KLEIMAN, A., BORTONI, S. & CAVALCANTI, M. (1990). "Considerações sobre o ensino crítico de língua materna". Anais do IX Encontro da ALFAL, in press.

KLEIMAN, A.B. (1990). *Letramento e escolarização: uma pesquisa para uma prática convergente*. Projeto de pesquisa, em andamento.

_____ (1991). "Children's failure to read: learner deficit or task artifact?", em *Research in mother tongue education yearbook*, a sair.

_____ (1992a). "Misunderstanding and control: teacher-student interaction in an adult literacy classroom", apresentado no XIII *Forum for Ethnography in Education*, Phila: 19-23, fevereiro.

_____ (1992b). " O letramento na formação do professor". Apresentado no VII Encontro da ANPOLL, Porto Alegre.

KUENZER, A.Z. (1985). *Pedagogia da fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez.

LADO, R. (1961). *Language Testing*. London: Longmans.

LUFT, C.P. (1985). *Língua e Liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino*. Porto Alegre: L&PM.

LURIA, A.R. (1976). *Basic problems of neurolinguistics*. Paris: Mouton.

- MARCUSCHI, L.A. (1986). *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.
- MEY, J. (1985). *Whose Language. A study in linguistic pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins.
- MIKULECHY, L.J. (1982). "Job literacy: the relationship between school preparation and workplace actuality", em *Reading Research Quarterly*, nº 3.
- MORRISH, I. (1975). *Sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PERINI, M.A. (1985). *Para uma nova gramática do Português*. São Paulo: Ática.
- RAMA, A. (1985) *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHAFER, J.C. (1981). *The linguistic analysis of spoken and written texts*, em Barry M. Kroll e Roberta J. Vann (eds.). *Exploring speaking-writing relationships: connections and contrasts*. Illinois.
- SCHLIEMANN, A.D. et al. (1989). *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez.
- SCOLLON, R. & SCOLLON, S.B.K. (1981). *Narrative, literacy and face in interethnic communication*. Norwood, NJ: Ablex.
- SCRIBNER, S. & COLE, M. (1981). *The Psychology of Literacy*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- SCRIBNER, S. & COLE, M. (1981). *Unpackaging Literacy*, em M.F Whiteman (ed.). *Writing: the nature, development, and teaching of written communication*. NJ: Lawrence Ass.

Publ.

- SEVERINO, A. J. (1986). *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU.
- SIGNORINI, I. (1990) "Explicar e mostrar como fazer x em situações assimétricas", mimeo.
- SOARES, M. (1987). *Linguagem e Escola. Uma perspectiva social*. São Paulo: Ática.
- STEEN, L. A. (1991). *Numeracy*, em S.R. Graubard (ed.). *Literacy: an overview by fourteen experts*. New York: Noonday.
- STREET, B.V. (1984). *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- STUBS, M. (1980). *Language and Literacy: The sociolinguistics of reading and writing*. London: Routledge and K. Paul.
- SZWED, J.F. (1981) *The ethnography of literacy*, em M.F. Whiteman (ed.). *Writing: the nature, development, and teaching of written communication*. NJ: Lawrence Ass. Publ.
- TANNEN, D. (1980). *Implications of the oral/literate continuum for cross-cultural communication*, em J.E. Alatis (ed.).
- TARALLO, F. (1986). *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática.
- TFOUNI, L.V. (1986). "Adultos não-alfabetizados: o avesso do

avesso". Campinas: Tese de doutorado.

_____ (1988). *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas, SP: Pontes.

UNICAMP, *Manual do Candidato 1991*. Campinas: Editora da UNICAMP.

WIDDOWSON, H. G. (1979). *Explorations in Applied Linguistics*. Londres: Oxford Univ. Press.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

Capítulo VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I — os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II — a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III — o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV — durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V — os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

REGULAMENTO GERAL DE CONCURSOS, a que se refere o Decreto nº 1.698 , de 08 de agosto de 1.989.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Os concursos para provimento de empregos de caráter permanente do serviço público municipal regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho serão autorizados por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista da existência de vagas e das necessidades da administração.

Artigo 2º - Os concursos serão de provas escritas e, subsidiariamente, de provas práticas e provas de verificação de qualidades e aptidões, conforme o caso.

Parágrafo Único - Nos concursos para provimento de empregos onde se fizer necessário haverá também prova de títulos.

Artigo 3º - O prazo de validade dos concursos é de 1(um) ano, que poderá ser prorrogado por igual período, a contar da publicação da homologação.

§ 1º - Enquanto houver candidato aprovado e classificado e não convocado para investidura em determinado emprego, não se publicará edital de concurso para provimento do mesmo emprego, salvo quando esgotado o prazo de validade do concurso que habilitou o candidato.

§ 2º - O candidato chamado para escolha que não comparecer ou der a desistir terá nova oportunidade de escolha, após a chamada do último classificado e dentro do prazo de validade do concurso.

Artigo 4º - A aprovação em concurso não cria direito à nomeação, mas esta quando se der, respeitará a ordem de classificação / dos candidatos.

CAPÍTULO II

DO REGULAMENTO ESPECIAL

Artigo 5º - Uma Comissão de Concurso, criada através de ato próprio do Prefeito Municipal, elaborará para cada concurso Regulamento Especial, baixado por Edital, do qual constará o seguinte:-

- a) os empregos a prover, com a respectiva quantidade e vencimentos;
- b) os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição, o local e o prazo;
- c) condições especiais exigidas para o exercício do emprego, referentes ao grau de instrução, diploma ou experiência de trabalho, capacidade física e limite de idade;
- d) natureza, conteúdo e forma das provas e condições e época de sua realização;
- e) para as provas de conhecimento, as matérias sobre as quais versarão e o respectivo programa ou, quando não comportarem programa, o nível de conhecimento exigido;
- f) valor relativo de cada uma das provas e critério para determinação da média das provas;
- g) o valor e a natureza dos títulos a serem considerados;
- h) critérios especiais de desempate, quando for necessário mencionar a lem dos critérios gerais estabelecidos nas instruções gerais;
- i) outros informes julgados necessários.

Artigo 6º - Os prazos fixados no Regulamento Especial poderão ser prorrogados a juízo do Prefeito Municipal, através de publicidade prévia e ampla.

CAPÍTULO III

DOS CANDIDATOS

Artigo 7º - Poderão candidatar-se aos empregos públicos da Prefeitura, todos os cidadãos que preenham os seguintes requisitos;-

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter completado 16 anos de idade;
- c) estar no gozo dos direitos políticos;
- d) estar quito, se do sexo masculino, com as obrigações militares;
- e) haver votado nas últimas eleições realizadas antes da inscrição, ou ter justificado a ausência;
- f) atender às condições especiais prescritas para o provimento do emprego.

Artigo 8º - As limitações de idade, de sexo, e os requisitos para cada emprego em particular serão estabelecidas em função da natureza dos mesmos e, das disposições legais e regulamentares que disciplinam o assunto.

CAPÍTULO IV

DAS INSCRIÇÕES

Artigo 9º - A abertura de concurso far-se-á por edital que mencione o local e o prazo de inscrições, nunca inferior a 2(dois) dias.

Artigo 10 - As inscrições a que se refere este Regulamento Geral serão feitas a pedido.

Artigo 11 - As inscrições serão requeridas pelo próprio candidato, ou procurador legalmente habilitado com poderes especiais, mediante preenchimento de uma ficha de inscrição, fornecida pela Comissão de Concurso.

§ 1º - A ficha de inscrição não será aceita sem que esteja corretamente preenchida ou apresente qualquer rasura ou emenda.

§ 2º - Juntamente com a ficha de inscrição, o candidato deverá apresentar 2(duas) fotografias, tamanho 3x4(modelo padrão para documentos).

Artigo 12 - No ato da inscrição, o candidato receberá um cartão, sem a apresentação do qual não lhe será permitido fazer as provas.

Artigo 13 - Os documentos de identidade, apresentados quando do ato de inscrição, serão devolvidos aos candidatos após as devidas anotações na ficha correspondente. Em hipótese alguma tais documentos poderão permanecer na posse dos responsáveis pela inscrição de candidatos.

Artigo 14 - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, devendo todos os documentos ser apresentados por ocasião do preenchimento da ficha de inscrição.

Artigo 15 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes.

Artigo 16 - Os pedidos de inscrição significarão a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições deste Regulamento Geral e Editais que forem baixados para cada Concurso.

Artigo 17 - Os pedidos de inscrição serão recebidos pela Comissão de Concurso, cabendo a seu Presidente decidir de sua aprovação.

Artigo 18 - Encerrado o prazo das inscrições será publicada a relação dos candidatos inscritos, com indicação dos respectivos números de inscrição.

CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE CONCURSO

Artigo 19 - O Prefeito Municipal designará uma comissão de concurso composta de 05(cinco) membros dos quais um será o Presidente, escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade moral.

Artigo 20 - A Comissão de Concurso será responsável pelas inscrições e preparação do concurso.

Artigo 21 - O preparo e julgamento das provas ficará a critério de uma Comissão Examinadora, nomeada para cada concurso, composta de 03(três) pessoas de reconhecida idoneidade moral e que sejam autoridades nas matérias a examinar.

§ 1º - Juntamente com a Comissão Examinadora serão nomeados pessoas idôneas para atuarem como fiscais no número de dois por sala de aplicação das provas.

§ 2º - A juízo do Prefeito Municipal poderão os concursos ser realizados por órgão estranho à Prefeitura, mediante convênio.

CAPÍTULO VI

DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

Artigo 22 - As provas, preparadas segundo o disposto no artigo 22, deverão conter questões objetivas e de aplicação prática no desempenho do emprego a que se refere o concurso.

Artigo 23 - As provas de caráter eliminatório serão determinadas para cada concurso.

Artigo 24 - Somente será admitido à prestação de prova, o candidato que exhibir, no ato, o cartão de identificação.

Artigo 25 - Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, na sua eliminação do concurso.

Artigo 26 - Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do concurso:-

- I - comunicar-se com os demais candidatos, ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, salvo as fontes informativas quando foram declaradas no regulamento especial de cada concurso.
- II - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na companhia do fiscal.

Artigo 27 - Nos concursos poderão ser considerados títulos:-

- a) frequência e conclusão de cursos;
- b) experiência de trabalho;
- c) habilitação em concursos;
- d) trabalhos publicados;
- e) outras atividades reveladoras de capacidade do candidato.

Parágrafo Único - Os títulos serão devidamente comprovados e deverão guardar direta relação com as atribuições / dos cargos em concurso.

CAPÍTULO VII

DO JULGAMENTO

Artigo 28 - O julgamento das provas será feito segundo a qualidade e a perfeição de trabalho apresentado pelo candidato, devendo os examinadores, ao fixar o critério de correção, dividir o trabalho proposto aos candidatos em partes e determinar o valor de cada uma.

Artigo 29 - As provas escritas serão avaliadas por escala de 0(zero) a 100(cem), em nota que cada examinador lançará na própria folha de prova.

§ 1º - Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota de conjunto igual ou superior a 50(cinquenta) nas provas escritas ou práticas.

§ 2º - A nota de conjunto será a média aritmética das notas atribuídas às provas escritas ou práticas.

Artigo 30 - Será estabelecido para cada curso o critério de julgamento de valorização qualitativa e quantitativa dos títulos apresentados.

Parágrafo Único - Os pontos atribuídos aos títulos serão considerados exclusivamente para efeito de classificação.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31 - Terminada a avaliação das provas e dos títulos, serão as notas publicadas na imprensa local.

Artigo 32 - No prazo de 3(três) dias úteis, a contar da publicação referida no artigo anterior, poderá o candidato requerer ao órgão executor do concurso, a revisão das notas atribuídas às provas e aos títulos.

Artigo 33 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidades insanáveis ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, terá qualquer candidato o direito de recorrer ao Prefeito Municipal, o qual, mediante decisão fundamentada, proferida no prazo de 15(quinze) dias, anulará o concurso parcial ou totalmente, promovendo a apuração da responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até o dia útil, após a publicação da lista de classificação e não terá efeito suspensivo.

Artigo 34 - Dos recursos e pedidos de revisão deverão constar a justificativa pormenorizada, sendo liminarmente indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiem em razões subjetivas.

Artigo 35 - Compete ao Prefeito Municipal a homologação do resultado do concurso, à vista do relatório apresentado pelo órgão executor do concurso, dentro de 15(quinze) dias, contados da publicação do resultado final.

Artigo 36 - Homologado o concurso, o candidato habilitado receberá da Prefeitura Municipal um certificado de sua classificação, com a nota final obtida.

Artigo 37 - A nomeação obedecerá à ordem rigorosa da classificação.

Parágrafo 1º - Em caso de empate na classificação, terão preferência, sucessivamente, os candidatos:-

- I- Os aprovados que há mais tempo sejam servidores municipais;
- II- casados ou viúvos com maior encargos de família;
- III- portadores de deficiência, não prejudiciais ao exercício do emprego.

Parágrafo 2º - Os candidatos em igualdade de classificação serão chamados a comprovar condições de preferência mencionadas neste artigo, no prazo que lhes for fixado, quando da indicação a ser feita para o provimento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo órgão encarregado do concurso, "ad referendum" do Sr. Prefeito Municipal.

Artigo 39 - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 1.855, DE 08 DE AGOSTO DE 1.989
Dispõe sobre constituição de Comissão de
Concurso.

ENGº JOSÉ PIVATTO, PREFEITO MUNICIPAL DE
COSMÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe
são conferidas por Lei,

R E S O L V E:-

Artigo 1º - Fica constituída uma Comissão /
de Concurso, integrada pelos Srs.-----

----- para, sob a Presidência do
primeiro, preparar, executar e julgar o concurso destinado ao
preenchimento de vagas existentes no serviço público municipal.

Artigo 2º - A Comissão ora constituída, baixará instruções especiais sobre o concurso, respeitada a regulamentação geral de concursos e as disposições legais em vigor, e tomará as providências necessárias à fiel execução e julgamento, tudo no prazo de 90(noventa) dias.

Artigo 3º - A Comissão elaborará o Edital do Concurso, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal, dentro de 15(quinze) dias.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

TESTE DE ATITUDES I

Supondo que você seja o responsável pela contratação de funcionários numa empresa, e tendo em vista seus conhecimentos na área de Língua Portuguesa e sua experiência em elaboração de provas para concurso, designe o cargo a ser ocupado pelos candidatos à partir de excertos retirados de suas provas de redação. Anote, no parênteses, o número correspondente à profissão.

Profissões:

- 1- Servente
- 2- Coveiro
- 3- Merendeira
- 4- Pajem
- 5- Mecânico de máquinas pesadas
- 6- Monitor de pré-escola
- 7- Auxiliar de laboratório
- 8- Professor de educação geral

- 9- Atendente de enfermagem
- 10- Técnico de laboratório
- 11- Farmacêutico Bioquímico
- 12- Professor III

OBS: esses excertos foram retirados de redações de um concurso.

- a. () "... a bomba nuclear, que é fruto do desenvolvimento cada vez mais acentuado da tecnologia, peca exatamente pelo risco de vida dos seus próprios inventores..."
- b. () "... a crise já existia há muito tempo, e há momentos em que as coisas se agravam..."
- c. () "... seria preciso que o homem compreendesse que eles têm muito medo..."
- d. () "... a sociedade anseja uma mão forte, um verdadeiro super-herói que aja como tal..."
- e. () "... com certeza aparecerá outros vereadores, talvez daqui a pouco..."
- f. () "... as pessoas precisam acreditar mais naquilo que elas vêem e ouvem..."
- g. () "... se todas as pessoas tivessem uma sociedade justa, no qual lhes fossem dados meios culturais mais ampliados; esses falços políticos acabariam..."
- h. () "... os antigos eram menos, com tudo, eram mais sábios..."
- i. () "... resta-nos a certeza que ainda existe gente honesta neste mundo..."

- j. () "... temos que crer e acreditar veemente neste foco luminoso..."
- l. () "... eu como um bem considerado detetive..."
- m. () "... uma crise com sociedade descrente é quase impulsivel de ser superada..."
- n. () "... acho que essas reportagens e discuçoes que surgirão foi mais um golpe publicitário..."
- o. () "... a sociedade vêem sofrendo alterações, influenciada pelos meios de comunicação vingentes..."
- p. () "... num mundo no qual se teja paz..."
- q. () "... o medo aflinge a todos que esperam..."
- r. () "... os povos estão se concentizado de que a união faz a força..."
- s. () "... não podemos adimitir que eles hajem de forma errada..."
- t. () "... o povo sonhador não pensa nestes fatos, estão interessados apenas..."
- u. () "... é nessa época que o cinema americano voltasse para temas de guerra..."
- v. () "... em quanto ele ia comprimentala..."
- x. () "... um grupo de rapazes entraram..."
- z. () "... o homem cada vez mais sente-se prisionado pelo ambiente..."

- A. () "... quando derrepente ele puchou o gatilho e piorou a situação..."
- B. () "... caso ele seje realmente bem pago..."
- C. () "... vão nos fazendo a ficar desinseguros do mundo..."

Anote, no espaço abaixo, qualquer tipo de comentário que você queira fazer. Obrigada!

TESTE DE ATITUDES II

Considerando seu tempo de experiência no ministério de aulas de Língua Portuguesa, circule a alternativa que mais se aproxima da sua concepção do assunto em questão, justificando sua resposta. Os fragmentos de textos apresentados abaixo são adaptados de trabalhos que enfocam a questão do ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa.

1. "Penso ser urgentíssimo promover uma mudança radical em nossas aulas de Português, ou como quer que as chamem: passando de uma postura normativa, purista e alienada, à visão do aluno como alguém que JÁ SABE a sua língua pois a maneja com naturalidade muito antes de ir à escola, mas precisa apenas LIBERAR mais suas capacidades nesse campo, aprender a ler e escrever, ser exposto a excelentes modelos de língua escrita e oral, e fazer tudo isso com

prazer e segurança, sem medo".

- a. concordo totalmente com a idéia do autor
- b. concordo, mas...
- c. discordo, mas...
- d. discordo totalmente da idéia do autor
- e. não está clara a idéia do autor

JUSTIFICATIVA:

2. "... esse privilegiamento do código oral em relação ao escrito e certa desatenção a normas estabelecidas pela tradição e conservadas ou recomendadas no uso do código escrito padrão vieram pela porta da própria lingüística e se instalaram nas salas de aula de língua portuguesa. Por isso, assistiu-se entre nós, na década de 60, a um insurgimento contra o ensino da gramática em sala de aula; em vez de dotá-la de recursos e medidas que a tornassem um instrumento operativo e de maior resistência às críticas que justamente lhe eram endereçadas desde há séculos, resolveram muitos professores e até sistemas estaduais de ensino aboli-la, sem que trouxessem, à sala de aula, nenhum outro sucedâneo que, apesar das falhas, pudesse sustentar-se pelo espaço curto de uma única geração".

- a. concordo totalmente com a idéia do autor
- b. concordo, mas...
- c. discordo, mas...
- d. discordo totalmente da idéia do autor
- e. não está clara a idéia do autor

JUSTIFICATIVA:

3. "As falhas da gramática tradicional são, em geral, resumidas em três grandes pontos: sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes".

- a. concordo totalmente com a idéia do autor
- b. concordo, mas...
- c. discordo, mas...
- d. discordo totalmente da idéia do autor
- e. não está clara a idéia do autor

JUSTIFICATIVA:

4. "... quando se fala de ação corretiva, obviamente não estamos querendo entender a procura do erro de gramática e a correção dele, mas sim um exame da eficácia com que foi estruturada a mensagem. Pouco importa, *nessa fase da atividade escolar* (nos primeiros anos), se a criança comete alguns erros de gramática; é bem mais importante analisar com ela se o que queria dizer ficou compreensível aos outros".

- a. concordo totalmente com a idéia do autor
- b. concordo, mas...
- c. discordo, mas...
- d. discordo totalmente da idéia do autor
- e. não está clara a idéia do autor

JUSTIFICATIVA:

5. "A seriação do ensino admite-se em certas disciplinas, mas

sou inteiramente contrário à seriação do estudo da gramática portuguesa. Gramática não é Geografia, que se estuda sob aspectos diversos, econômicos, políticos, geral, físico, regional, humano. A Gramática deve ser estudada integralmente, de princípio a fim".

- a. concordo totalmente com a idéia do autor
- b. concordo, mas...
- c. discordo, mas...
- d. discordo totalmente da idéia do autor
- e. não está clara a idéia do autor

JUSTIFICATIVA:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DO GOVERNO
 FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
 Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

13.3 MODELO: EDITAL RESUMIDO DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO (PARA PUBLICAÇÃO)

(A SER DATILOGRAFADO EM PAPEL TIMBRADO DA PM/CM E PUBLICADO EM JORNAL LOCAL OU DA REGIÃO, NO PERÍODO DE .../.../...).

PREFEITURA MUNICIPAL OU CÂMARA MUNICIPAL DE

Concurso Público para

A PM/CM de, Estado de São Paulo, torna público que estão abertas inscrições para concurso público, para preenchimento do cargo de:

cargo	vaga(s)
-------	---------

.....
-------	-------

As inscrições estarão abertas no período de .../.../..., no horário das ... às ...h, nos próprios da PM/CM de - SP, cita à(endereço).....

O edital completo estará afixado no local de inscrição, onde poderá ser consultado pelos interessados e será entregue aos que se inscreverem.

..... de de 19...

O PREFEITO MUNICIPAL OU
 O PRESIDENTE DA CÂMARA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DO GOVERNO
 FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
 Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

13.8 MODELO: LISTA DE PRESENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL OU CÂMARA MUNICIPAL DE - SP
 CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE
 PROVA DE

LISTA DE PRESENÇA

Data .../.../...

sala nº

Nº de Inscr.	Nome do Candidato	Nº R.G.	Assinatura
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

Total de Candidatos Presentes: _____

Assinatura dos Fiscais: _____

(1) _____
 Nome - Assinatura

Total de Candidatos Ausentes: _____

(2) _____
 Nome - Assinatura



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO GOVERNO
FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

34

13.11 MODELO: FOLHA DE FACE PARA CADERNO DE QUESTÕES

PREFEITURA MUNICIPAL OU CÂMARA MUNICIPAL DE - SP

CONCURSO PÚBLICO PARA

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções

- 1 Esta prova é composta de questões.
- 2 O tempo de duração desta prova é de horas.
- 3 As questões de múltipla escolha apresentam sempre uma, e apenas, uma alternativa correta.
- 4 As respostas deverão ser assinaladas a tinta e sem rasura, com um "X", exclusivamente na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 Responda a todas as questões.
- 6 As questões não respondidas ou rasuradas, serão consideradas erradas.
- 7 O Caderno de Questões será recolhido ao término da prova.

BOA SORTE!



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO GOVERNO
FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

13.15 MODELO: FOLHA DE RESPOSTAS

CÂMARA/PREFEITURA MUNICIPAL DE

Concurso Público para

Folha de Respostas		
Nome do Candidato	Nº de Inscrição	R.G.
Assinatura do Candidato	Visto do Fiscal	

Questões	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

Questões	A	B	C	D	E
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					

Rubricas	Erros	Acertos	Nota
Avaliador			
Revisor			

Rubricas	Erros	Acertos	Nota
Avaliador			
Revisor			



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO GOVERNO
FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

14.3 ANALISE COMPARATIVA ENTRE OS TIPOS DE PROVAS

PROVA DISSERTATIVA OU DE QUESTÕES DISSERTATIVAS	PROVA OBJETIVA
1 É de fácil organização.	1 É de difícil organização.
2 Apresenta resultados diferentes quando aplicados por diferentes pessoas simultaneamente, ou por uma mesma pessoa em diferentes ocasiões.	2 É constante na medida.
3 Abrange uma área de conhecimentos muito limitada.	3 Abrange uma área de conhecimentos bastante ampla.
4 Favorece o embuste.	4 Restringe as possibilidades de embuste.
5 É de resposta livre.	5 Não admite senão respostas determinadas.
6 Sua duração é fixada arbitrariamente.	6 Sua duração é estabelecida e cronometrada durante a prova de ensino.
7 Não pode ser corrigida por equipamento mecânico.	7 Pode ser corrigida por equipamento mecânico.
8 É de julgamento individual.	8 Admite o julgamento por equi- pa.
9 Não assegura, com o necessário rigor, a classificação das pessoas conforme o grau que cada uma possui da matéria que é o objeto do exame.	9 É altamente seletiva.

10 Propicia a demonstração dos recursos de expressão verbal.

11 Deixa inteira liberdade às pessoas que são examinadas.

Julgamento das Respostas

12 Difícil, penoso, sujeito a variação de critério.

Fatores que interferem nas notas alcançadas

13 Capacidade de redação, habilidade de controlar o problema central ou os tópicos que desconhece.

Habilidades mais solicitadas dos candidatos

14 Domínio de conhecimentos apoiado na habilidade de ler e, mais, na de redigir.

Resultados Verificados

15 Pouco adequado para medir domínio de conhecimento. Boas para compreensão, aplicação, simplificação e análise. Melhores para habilidade de síntese e julgamento de valor.

10 Não dá margem à demonstração dos recursos de expressão verbal.

11 Cerceia a liberdade da pessoa submetida ao exame.

Julgamento das Respostas

12 Simples, objetivo, preciso.

Fatores que interferem nas notas alcançadas

13 Habilidade de leitura e acerto por acaso.

Habilidades mais solicitadas dos candidatos

14 Domínio de conhecimentos apoiados na habilidade de ler, interpretar e criticar.

Resultados Verificados

15 Domínio de conhecimento nos níveis de compreensão, análise e aplicação. Pouco adequado para síntese, criação e julgamento de valor.

E D I T A L - 001/89

REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO DE:

- I - Merendeira I
 - a) Ser alfabetizada.
- II - Gari
 - a) Gozar de boa saúde.
- III - Servente
 - a) Ser alfabetizado.
- IV - Jardineiro
 - a) Ser alfabetizado.
- V - Pajem
 - a) Ser alfabetizada.
- VI - Escriturário Nível I
 - a) Possuir o 1º Grau completo;
 - b) Ter conhecimentos em datilografia.
- VII - Inspetor de Alunos
 - a) Possuir 1º Grau completo.
- VIII - Guarda Municipal
 - a) Idade mínima de 21 anos;
 - b) Disposição para turnos de revezamento;
 - c) Ser alfabetizado;
 - d) Atestado de Antecedentes Criminais.
- IX - Motorista I
 - a) Ser alfabetizado;
 - b) Possuir Carteira Nacional de Habilitação (Letra D);
 - c) Prática comprovada em Carteira de Trabalho.

EXEMPLOS DE PROVAS

Entregue

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/89

. PAJEM (ref. 4)

Esta prova contém quarenta questões, onde existe somente uma alternativa correta para cada questão, que deverá ser assinalada a tinta na folha de respostas, conforme modelo abaixo:

	A	B	C	D
Nº				

As respostas rasuradas serão ANULADAS.

COLOCAR O NOME, O Nº DE INSCRIÇÃO, DATAR E ASSINAR.

BOA SORTE !

LEIA O TEXTO:

Juca mora na favela. Ele é filho da lavadeira Eulália. Juntos eles sobem o morro para levar a roupa suja para lavar. Depois descem o morro e vão levar a roupa limpa na casa da patroa.

Juca acha a mãe a pessoa mais bonita do mundo.

Ele queria dar uma porção de rosas para a mãe, porque hoje é aniversário dela.

Se existisse máquina de tirar retrato de pensamento, em cima da trouxa que Juca levava na cabeça apareceria uma rosa.

Baseado no texto responda as questões de 01 a 03.

1) Juca mora:

- a) na cidade
- b) no campo
- c) na favela
- d) no sítio

2) Juntos eles sobem o morro para:

- a) levar a roupa limpa na casa da patroa
- b) levar a roupa suja para lavar
- c) para brincar
- d) para tirar retrato

3) Juca queria dar para a mãe:

- a) uma máquina fotográfica
- b) uma vida mais confortável
- c) uma porção de rosas
- d) uma roupa nova

4) MORAR é o mesmo que:

- a) estudar
- b) castigar
- c) encontrar
- d) habitar

5) Assinale a resposta certa quanto a ordem alfabética:

- a) Juca - cabeça - rosa - favela
- b) rosa - cabeça - Juca - favela
- c) cabeça - favela - Juca - rosa
- d) favela - rosa - cabeça - Juca

6) Assinale a resposta certa, que corresponda ao plural de:

PORÇÃO - ANIVERSÁRIO - ROUPA - MÃE

- a) porções - aniversários - roupas - mães
- b) porções - aniversários - roupas - mães
- c) porções - aniversário - roupas - mães
- d) porções - aniversários - roupa - mães

7) Assinale a resposta certa, que corresponde ao feminino da seguinte frase:

"Meu pai e meu avô são muito amigos".

- a) minha mãe e meu avô são muito amigos.
- b) meu pai e minha avó são muito amigos.
- c) minha mãe e minha avó são muito amigos.
- d) minha mãe e minha avó são muito amigas.

8) Assinale a frase que está corretamente no plural:

- a) a rosa são vermelhas
- b) as rosas são vermelhas
- c) as rosas é vermelha.
- d) as rosas é vermelhas.

9) Marque a alternativa correta observando a acentuação:

- a) chapéu - picolé - guarana - carijó
- b) chapeu - picolé - guaraná - carijó
- c) chapéu - picolé - guaraná - cariyo
- d) chapéu - picolé - guaraná - carijó

10) Assinale a alternativa correta:

" Hoje Juca e sua mãe desceram o morro ".

" Amanhã Juca e sua mãe o morro ".

a) descirão

b) descia

c) descí

d) desceu

11) Dos 5.000 quilos de arroz existentes no depósito, foi preciso retirar 3.000 quilos. Quantos quilos sobraram ?

a) 8.000 Kg

b) 4.000 Kg

c) 2.000 Kg

d) 5.000 Kg

12) Temos no depósito 250 quilos de macarrão para serem distribuídos igualmente a 25 famílias carentes. Quantos quilos de macarrão cada família receberá ?

a) 25 Kg

b) 250 Kg

c) 75 Kg

d) 10 Kg

13) Uma escola possui 8 classes com 40 alunos em cada uma. Se cada aluno recebe um pão diariamente, quantos pães serão distribuídos por dia ?

a) 480

b) 48

c) 320

d) 150

14) Uma creche recebeu 56 quilos de tomate, 25 quilos de batatas e 18 quilos de cenoura. Quantos quilos de legumes a creche recebeu ?

a) 100

c) 99

b) 199

d) 819

15) Qual é o resultado da conta: $3.594 + 2.753$

- a) 6.347
- b) 16.347
- c) 6.007
- d) 86.207

16) 2,5 m significa:

- a) 2 metros e meio
- b) dois vírgula cinquenta metros
- c) dois metros e cinquenta centímetros
- d) a e c estão corretas

17) Preciso de 5 pregos para consertar uma cadeira. Quantos pregos vou precisar para consertar 20 cadeiras ?

- a) 50
- b) 75
- c) 100
- d) 150

18) A idade de vovô é o dobro de 30. Quantos anos tem vovô ?

- a) 70
- b) 32
- c) 50
- d) 60

19) Quantos meses de 30 dias existem no ano ?

- a) 6
- b) 4
- c) 5
- d) 7

20) Numa creche há 2 berçários com lugar para 20 crianças cada um.

Se houver 32 crianças em idade de berçário na creche, quantas vagas há ainda no berçário ?

- a) 12
- b) 20
- c) 8
- d) 32

- 21) Dentro da nova visão de creche, a criança deve ser vista como:
- a) um ser incapaz, passiva, receptora, dependente
 - b) um ser capaz, ativa, participante, independente
 - c) eternamente como um bebê que deve receber todos os cuidados
 - d) nenhuma das respostas está correta.
- 22) Quanto a rotina dentro de uma creche:
- a) não há necessidade de uma rotina
 - b) a rotina prejudica a criança dentro da creche
 - c) a rotina deve existir dentro da creche, mas de forma flexível
 - d) nenhuma das respostas está correta
- 23) Na hora das refeições:
- a) a criança deverá ir adquirindo o hábito de usar talheres
 - b) deverá ser dada a refeição na boca de cada criança
 - c) só deve ser servido alimento onde a criança não use talheres
 - d) nenhuma das anteriores
- 24) Quanto ao hábito de lavar as mãos antes das refeições, a Nova Concepção de creche orienta que:
- a) o adulto deve lavar as mãos da criança de forma rápida e eficiente
 - b) não deverá ser usado sabonete para lavar as mãos da criança
 - c) a criança deverá ir aprendendo a lavar as mãos, fazendo uso do tempo necessário e de acordo com suas habilidades
 - d) nenhuma das anteriores
- 25) Dentro da creche as crianças precisam estar sempre envolvidas em atividades importantes para elas.
- a) a afirmativa acima está errada
 - b) a afirmativa acima está certa
 - c) isso as vezes não precisa ocorrer
 - d) nenhuma das anteriores

- 26) As ações de rotina na creche:
- a) deve favorecer a ação da criança evitando horários ociosos.
 - b) deverá favorecer situações onde o adulto faça pela criança a atividade de rotina
 - c) deve orientar a criança para ficar esperando uma próxima atividade
 - d) nenhuma das anteriores
- 27) O trabalho de creche é fundamentalmente um trabalho de equipe:
- a) a afirmativa está errada
 - b) a afirmativa está incompleta
 - c) a afirmativa está correta
 - d) nenhuma das anteriores
- 28) Quanto aos bebês, suas atividades devem ser:
- a) ficar somente brincando dentro dos quartos
 - b) não devem brincar nunca na água e areia
 - c) devem brincar ao ar livre, engatinhando e brincando com areia e água
 - d) nenhuma das anteriores
- 29) A criança que ainda não faz uso correto do pinico deverá:
- a) ser castigada e humilhada para que possa aprender
 - b) ser obrigada a permanecer sentada no pinico até que aprenda a usá-lo
 - c) somente deverá usar o pinico em casa junto da mãe
 - d) nenhuma das respostas está correta
- 30) Quando a criança não aceita a alimentação:
- a) o adulto deverá forçá-la a comer
 - b) o adulto deverá oferecer prêmios para que a criança coma
 - c) deverá ser evitado, mentiras, punições e prêmios para a criança
 - d) nenhuma das respostas está correta

31) Quanto aos bebês de 0 a 1 ano e 4 meses de idade:

- a) durante o dia é importante oferecer várias oportunidades para as crianças aprenderem a desenvolver hábitos de higiene
- b) os bebês não devem aprender hábitos de higiene
- c) os hábitos de higiene devem ser ensinados aos bebês após os 8 anos de idade
- d) nenhuma das respostas está correta

32) O bebê de 0 a 1 ano e 4 meses de idade:

- a) não deverá conviver com as outras crianças
- b) só deverá conviver com os bebês
- c) deverá conviver com outras crianças
- d) nenhuma das anteriores

33) Quanto ao hábito de dormir, no período em que a criança se encontra na creche:

- a) não é permitido que a criança durma dentro da creche
- b) um sono diário quase sempre acontece
- c) é obrigatório que toda criança durma, dentro da creche
- d) a pajem deve dormir junto com as crianças

34) Dentro da creche a rotina ocorre da seguinte forma:

" Enquanto a cozinheira prepara o almoço, a pessoa da limpeza pode estar lavando fraldas, as crianças brincam em locais variados e quem dirige a creche poderá estar atendendo uma mãe "

- a) a afirmativa está correta
- b) a afirmativa está errada
- c) isso não ocorre dentro da creche
- d) nenhuma está correta

35) Quando a criança sofre um ferimento grave dentro da creche a pajem deverá:

- a) fazer um bom curativo com os medicamentos disponíveis dentro da creche
- b) deixar que a mãe cure em casa

- c) comunicar a direção para que encaminhe a criança para o hospital
- d) nenhuma das anteriores

36) Quando a criança urinar na roupa a pajem deverá:

- a) trocar a roupa da criança
- b) deixar que a mãe troque a roupa da criança, quando vier buscá-la a tarde
- c) colocar a criança de castigo
- d) deixar a criança sem roupa e por a roupa para secar

37) Quando a criança apresentar febre, a pajem deverá:

- a) dar um dos medicamentos que a creche possui
- b) forçar a criança a brincar para que a febre passe
- c) comunicar a direção para que se tome providências
- d) nenhuma das respostas está correta

38) É dever da pajem:

- a) usar uniforme ou avental sempre limpos, lavar as mãos antes de iniciar qualquer trabalho
- b) a pajem não tem deveres a serem cumpridos
- c) a pajem não precisa se preocupar com a sua higiene, mas só com a da criança
- d) nenhuma das anteriores

39) São deveres da pajem com a criança:

- a) respeito, compreensão, dedicação e atenção
- b) não tem deveres para com a criança
- c) só tem deveres com a Prefeitura
- d) nenhuma das anteriores

40) São deveres da pajem, para com as colegas de trabalho:

- a) não deve haver coleguismo dentro da creche
- b) não tem deveres para com as colegas de trabalho
- c) respeito e colaboração
- d) nenhuma das respostas está correta

gabareto

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/89

SERVENTE (ref.2)

Esta prova contém quarenta questões, onde existe somente uma alternativa correta para cada questão, que deverá ser assinalada a tinta na folha de resposta, conforme modelo abaixo:

	A	B	C	D
Nº				

As respostas rasuradas serão ANULADAS.

COLOCAR O NOME, O Nº DE INSCRIÇÃO, DATAR E ASSINAR.

BOA SORTE !

T E X T O

Eu sou Fernanda. Uma menina solitária e triste. Meu pai é um homem trabalhador e bom, mas muito nervoso. Minha mãe vive fora o dia inteiro, limpando a casa de gente rica.

Sinto-me só. E, por isso, tenho meus sonhos. Quando crescer gostaria muito de poder mudar essa situação.

Usar o texto para responder as questões de 1 à 4.

1) A menina do texto chama-se:

- a) Marcia
- b) Fernanda
- c) Lucia
- d) Marlene

2) Fernanda era uma menina:

- a) Solitária e triste
- b) Alegre e simpática
- c) Elegante e triste
- d) Solitária e carinhosa

3) Marque a alternativa correta:

- a) O pai de Fernanda é um homem trabalhador e bom, mas nervoso
- b) O pai de Fernanda é um homem simpático e trabalhador
- c) O pai de Fernanda é um homem rico
- d) O pai de Fernanda é um homem que viaja muito

4) Assinale a alternativa correta:

" A mãe de Fernanda é ":

- a) vendedora
- b) costureira
- c) merendeira
- d) faxineira

5) TRISTE é o contrário de:

a) Nervoso

b) Baixo

c) Feio

d) Alegre

6) O feminino de BODE é:

a) Vaca

b) Cabra

c) Ovelha

d) Porca

Recado no relógio-ponto:

" O pagamento dos servidores será sexta-feira a partir das 14:40 horas "

Com base no recado acima, responder as questões 7 e 8.

7) O recado diz que o pagamento será:

a) Sexta-feira

b) Segunda-feira

c) Quinta-feira

d) Sábado

8) Neste recado ficamos sabendo que:

a) O pagamento será a partir das 12:40 horas

b) O pagamento será a partir das 15:40 horas

c) O pagamento será a partir das 14:40 horas

d) O pagamento será a partir das 16:40 horas

9) Assinale a resposta escrita corretamente:

a) Mingau

b) Minjau

c) Mimgau

d) Minjal

10) Ao escrever um bilhete você deverá colocar o seu nome:

- a) no meio do bilhete
- b) no fim do bilhete
- c) no começo do bilhete
- d) todas estão certas

11) Uma pessoa precisa colocar 3 colheres de cloro em um litro de água para limpar o chão. Quantas colheres precisam ser colocadas num balde de 7 litros de água ?

- a) 3
- b) 21
- c) 7
- d) 15

12) Qual o resultado da conta $39 + 54$?

- a) 103
- b) 94
- c) 93
- d) 83

$$\begin{array}{r} 39 \\ + 54 \\ \hline 93 \end{array}$$

13) Você tem que distribuir 36 pratos em 6 mesas. Quantos pratos deverá colocar em cada mesa ?

- a) 6
- b) 10
- c) 7
- d) 30

14) A distância da torneira até o final do prédio é de 32 metros. Você já tem 8 metros de mangueira. Quantos metros faltam para chegar até o final ?

- a) 40
- b) 24
- c) 26
- d) 36

15) Usamos 4 vassouras por mês para varrer um pátio. Quantas vassouras precisaremos para varrer o pátio durante um ano ?

- a) 16
- b) 48
- c) 36
- d) 40

$$\frac{12}{12}$$

16) Uma xícara de arroz serve 4 pessoas. Quantas pessoas serão servidas com 15 xícaras de arroz ?

- a) 14
- b) 32
- c) 19
- d) 60

15 x 4 = 60

17) Um prédio tem 16 andares com 4 apartamentos em cada andar. Quantos apartamentos há no prédio ?

- a) 46
- b) 64
- c) 60
- d) 48

$$\frac{214}{27}$$

18) Qual é o resultado da conta 48×16 :

- a) ~~576~~ 586
- b) ~~768~~ 768
- c) ~~1.576~~ 1768
- d) ~~567~~ 568,

$$\begin{array}{r} 48 \\ 16 \\ \hline 288 \\ 480 \\ \hline 768 \end{array}$$

768

19) Um comerciante comprou um rádio por Ncz\$ 230,00 e vendeu por Ncz\$ 300,00. Quanto ele lucrou com a venda ?

- a) Ncz\$ 170,00
- b) Ncz\$ 100,00
- c) Ncz\$ 70,00
- d) Ncz\$ 50,00

20) Complete a sequência: 1, 2, 1, 3, 1,

a) 1

b) 2

c) 3

d) 4

21) Quantos meses de 31 dias existem no ano ?

a) 8

b) 7

c) 10

d) 6

22) Comprei 2 Kg. de arroz a Ncz\$ 1,20 o Kg. Paguei com uma nota de Ncz\$ 5,00. Quanto recebi de troco ?

a) Ncz\$ 2,60

b) Ncz\$ 3,60

c) Ncz\$ 2,40

d) Ncz\$ 1,40

$$\begin{array}{r} 5,00 \\ - 2,40 \\ \hline 2,60 \end{array}$$

23) Dez e quarenta e cinco é um horário que pode ser escrito como:

a) 15 para as onze

b) 20 para as onze

c) a e b estão corretas

d) nenhuma está correta

10:45

24) Um quilo de açúcar serve para adoçar 200 copos de leite. Com 6 quilos de açúcar quantos copos serão adoçados ?

a) 1.800

b) 206

c) 1.200

d) 3.600

- 25) Uma escola possui 8 classes com 40 alunos em cada uma. Se cada aluno recebe um pão, quantos pães serão consumidos por dia ?
- a) 480
 - b) 48
 - c) 320
 - d) 150
- 26) Após a lavagem de peças de banheiro com água e sabão é conveniente, para matar os germes, jogar no local:
- a) detergente
 - b) desinfetante
 - c) papel higiênico
 - d) espuma de sabão
- 27) Pneus, latas e vasos com água favorecem a criação de mosquitos que transmitem:
- a) doença de Chagas
 - b) amarelão
 - c) Dengue
 - d) disenteria
- 28) Em relação a caixa d'água de um prédio público, podemos afirmar:
- a) tem que ser bem grande
 - b) tem que ficar em lugar bem alto
 - c) precisa ser limpa periodicamente e bem tampada
 - d) não exige cuidado especial
- 29) O lixo de uma Creche deve:
- a) ficar dentro de um latão tampado
 - b) ficar no canto bem amontoado
 - c) ser jogado fora na sarjeta
 - d) ser queimado

30) Para prevenir acidentes:

- a) materiais e equipamentos devem ser bem guardados
- b) as ferramentas devem ser usadas com cuidado e calma
- c) os móveis e equipamentos devem estar em perfeito estado
- d) todas estão corretas

31) Se o cartão de ponto deve ser marcado às 16:30 horas:

- a) você deve chegar às 16 horas para guardar lugar na fila
- b) ir embora antes e pedir para o chefe justificar
- c) chegar no horário marcado para a saída e marcar o cartão
- d) todas estão corretas

32) Em relação a segurança, o servente de uma escola deve:

- a) estar atento para não deixar o portão aberto
- b) não permitir que as crianças brinquem
- c) não deixar as crianças irem ao banheiro
- d) nenhuma está correta

33) Um servente de pedreiro deve:

- a) reclamar dos companheiros com o engenheiro
- b) auxiliar o pedreiro nos serviços
- c) procurar machucar-se para afastar-se do serviço
- d) varrer o chão antes de iniciar o trabalho

34) Se um vidro precisar ser trocado, o servente de uma creche deverá:

- a) chamar a equipe de manutenção
- b) limpar bem o local e colocar o vidro
- c) colocar massa no vidro e colar os pedaços
- d) arrancar o vidro de uma vez

35) Vassoura, balde, escovão são usados para:

- a) varrer o chão
- b) lustrar vidros
- c) encerar o chão
- d) lavar o chão

- 36) Caso você veja uma torneira deixada aberta no pátio, você deverá:
- a) fechar a torneira
 - b) chamar a diretora para mostrar a ela
 - c) perguntar quem deixou a torneira aberta
 - d) ligar para a Prefeitura e comunicar o fato
- 37) Se um companheiro de serviço caiu da escada, você deve:
- a) avisar a família dele
 - b) esperar o chefe chegar e resolver o assunto
 - c) procurar socorro imediato
 - d) sentá-lo numa cadeira
- 38) Após cada refeição é recomendado:
- a) lavar as mãos
 - b) escovar os dentes
 - c) a e b estão corretas
 - d) nenhuma está correta
- 39) O que favorece o aparecimento de baratas num prédio é:
- a) tela arrebitada nas janelas
 - b) portão aberto
 - c) falta de muro em volta do prédio
 - d) sujeira e mato em volta
- 40) Ao preparar uma salada de verdura crua é recomendado:
- a) escolher uma vasilha bem funda
 - b) lavar cuidadosamente todas as folhas
 - c) temperar com bastante sal e vinagre
 - d) nenhuma das respostas está correta

TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS

Transcrição da fita da entrevista com Comissão de Concurso

Entrevistado: VP

Lado A

- [quem decidiu pela colocação da prova de Língua Portuguesa no concurso?]

- porque a gente... a gente... viu nas outras cidades porque nós não tínhamos parâmetro pro concurso e todas as cidades o tipo de prova tinha questões específicas, algumas de matemática, outras de português, bem simples, então não teve assim o por quê, é que pra você fazer um concurso, principalmente para pessoas de baixo nível, você tem que perguntar alguma coisa, então você pergunta o mínimo de português, o mínimo de matemática e um pouquinho de específico, né, pra você tentar avaliar alguma coisa, mas foi isso, não houve assim um critério fundamentado e porque no geralzão é sempre usado esse tipo aí, é só por isso.

- [e você, o que você acha de pôr a prova, qual a importância]

- eu acho furado, eu acho terrível. Pra você fazer o concurso, por exemplo, pra pessoas desse nível, você sabe que não tem conhecimento nenhum a respeito de português, eu acho até, a gente tá tentando agora, passada essa experiência, descobrir uma outra maneira de fazer essa avaliação, porque eu acho que fica muito furado, o pessoal não conhece e nem tem porque conhecer, o pessoal é analfabeto aí de pai e mãe; você vai exigir português pra ele varrer rua, sabe, fica meio estranho; mas a gente não conseguiu ainda descobrir uma fórmula ideal, porque você faz prova prática você não tem como comprovar, tá, teria que ser na base de relatório, então talvez até por facilidade, né, aparece noventa candidatos se você for fazer prova prática você tem que fazer uma cada hora, você leva um mês pra conseguir elaborar um concurso, então fica difícil; a prova escrita é mais fácil pra quem aplica, né, mas pra quem faz ela é difícil, mas não é, eu particularmente acho que não é o melhor método não, acho que fura muito, o cara às vezes é bom de escrita mas pra trabalhar é uma porcaria.

- [você têm um acompanhamento do desempenho dos funcionários depois que eles entram?]

- temos

-[se tá de acordo]

- não, não tá não. O concurso realmente ele mede... os primeiros colocados raramente são os melhores na ocupação, entendeu? Não há compatibilidade. às vezes você pega o primeiro classificado, principalmente em funções não intelectuais, (...) ele pode saber muito bem alguma coisa da função, um pouco de português e matemática mas na hora de executar o cara que passou lá em décimo lugar às vezes se saia um funcionário muito melhor do que quem passou em primeiro, e isso é oitenta por cento dos casos, pra dar assim aproximado, (...)

- [e já aconteceu de vocês terem que demitir?]

- já, já, muitos casos (...) Normalmente concurso pra esse tipo de coisa a gente chama quase sempre todo mundo porque precisa do funcionário, quase sempre tem lá vinte vagas entram vinte saem dez, a gente chama outros dez aí manda embora uns dois ou três, então o concurso na realidade é pra valer por um ano dificilmente ele chega caducar, sempre você usa todo mundo que foi classificado.

- [mesmo pra escriturário...]

- não, pra escriturário eu acho, quando o nível começa subir então aí sim, aí acompanha, sabe, não sempre mas na maior parte dos casos acompanha, acontece o inverso, então as pessoas melhor classificadas realmente são os melhores funcionários; isso pra inspetor de aluno, pra escriturário, sabe, os primeiros classificados no concurso de escriturário foram chamados e são ótimos, estão trabalhando hoje aí em funções já até prestaram outros concursos pra funções melhores, mais específicas, e estão aí, quer dizer, nesse caso obedeceu.

- [a prova de LP, Mat. e CE vai até que nível?]

- todos, a não ser pra nível universitário, no nível universitário exige somente o específico.

- [quem decidiu não pedir português para o nível universitário?]

- porque os concursos pra nível universitário não pede em lugar nenhum, o parâmetro nosso, a gente adotou o geralzão, sabe, o que todo mundo faz nós vamos fazer também (...).

- [e o grau de dificuldade das provas, quem é que estabelece?]

- o grau de dificuldade? Eu acho que é mais ou menos conjunto, porque, por exemplo, a nível bem particular a gente elabora por aqui mesmo (...) tem algumas questões que era pra exigir o mínimo do mínimo, era

só que fosse alfabetizado, então ela pegou coisa que é perguntada no ciclo básico, entendeu, pras crianças, mais ou menos naquele nível; e em função assim pra Guarda, pra Tratador de Água, que o cara tem que ter um pouco de conhecimento, um mínimo de leitura senão ele faz burrada, então aí já foi nível de 4ª série; esse grau de dificuldade a gente estabelece de acordo com a função, quando ele precisa ser um pouco letrado, um mínimo, pra poder produzir alguma coisa aí a gente estabeleceu assim.

- [então foi a comissão]

- a Comissão de Concurso, a gente que estabelece (...)

- [e a parte de conhecimentos específicos, quem elabora?]

- as pessoas que vão trabalhar com o funcionário. (...) A não ser algumas perguntas gerais sobre cartão de ponto, relacionamento humano, que é igual pra todos eles.

- [as provas eram testes; de onde vocês tiraram que seria teste?]

- pra facilidade, né, porque você já pensou se pra fazer cruzinha o pessoal já fica difícil, então, pelo menos ali você já dá quatro opções ele marca e...

- [e essas questões de conhecimento específico você pedia pra um chefe de um departamento ou uma seção e ele elaborava as questões e as alternativas?]

- exato.

- [quem corrigiu as provas descritivas?]

- o pessoal da comissão examinadora (...)

- [e o teste?]

- o teste é a gente pega um gabarito e (...) o teste não tem segredo(...)

- [e as pessoas que são analfabetas, prestam concurso?]

- elas prestaram, pra Gari, foi dado um teste psicológico, aqueles com figurinha, com uma pessoa assessorando, teste psicotécnico, (...) bem orientado, né, mas não deu certo também, foi terrível, daí... o pessoal é semi-alfabetizado, essa turma que lê muito mal, que quase não consegue ler e entender o que está fazendo na prova a gente pega a pessoa que está na sala [fiscal de prova] e pede pra ela ler a prova pra pessoa (...) mas muitas das questões ele teria que saber ler, por exemplo quando você pergunta qual a palavra que está escrito certo, se ele não sabe ler a pronúncia é certa, a grafia não, então ele é

furado, né, fica furado isso aí. E é um critério que agora a gente ou vai fazer prova oral pra essa turma e gravar, sabe, falar isso aqui o que que você acha e ir fazendo pra tentar fazer uma avaliação, porque você tem que documentar o concurso, tem que ter as provas, então você pode gravar ou então riscá-lo, infelizmente impedir o analfabeto de prestar, ele vai fazer que jeito?

- [E o concurso é obrigatório?]

- o concurso é, é obrigatório; e eu acho que o analfabeto ele deveria ter chance também, principalmente pra varrer rua ele não precisaria saber ler, ele fica...

- [Vocês seguiram alguma orientação do boletim do CEPAM?]

- seguimos, uma boa parte nós seguimos, (...) eu acho que ele orienta bem.

- [Nos outros concurso realizados após esse de que estamos tratando vocês se utilizaram das mesmas questões?]

- não, mesmo nível mas outras questões. Troca as questões; não usa porque eles levam a prova embora e por mais que seja eles nem tem a malícia, a maioria nem tem a malícia de ler a prova anterior, mas algumas questões específicas a gente aproveita mas assim dá uma maquiada na questão, entendeu, modifica alguma coisa e... pra pessoa não achar que é a mesma questão, muda, inverte as alternativas, faz um negócio lá que...

- [E vocês se reuniram, a CC e a CE, antes pra discutir a questão do concurso...]

- sim; no primeiro sim, no segundo também, no terceiro você já vai no embalo, já avisa que vai ter, tá, prepara aí, e faz a coisa mais ou menos... já vai adquirindo muita técnica, experiência, apesar de agora a gente vai ter que repensar a metodologia porque eu acho, principalmente para os cargos que exigem menos escolaridade, a coisa é inversa, entendeu, quer dizer, o cara não é bom no concurso mas é bom pra trabalhar, então é...

- [Não tá funcionando]

- não tá, realmente não tá, sabe, é que, no fim você acaba, né, se a pessoa não serve você dispensa e acaba ficando pelo menos com um grupinho mais ou menos, às vezes o cara passou em primeiro lugar, foi e tomou posse e tudo e depois você tem que dispensar.

- [Os elementos da CE são pagos para elaborarem as provas ou o fazem

como serviço voluntário?]

- alguns são voluntários, outros não (...) mas eu acho até que deve cobrar (...) porque é trabalhoso, eu acho que só de você ter um nível de questões pra trabalhar, você tem que ter uma coisa criteriosa, preparar a questão sempre... por exemplo, se vai fazer pra Servente todos os problemas de matemática colocar em relação a produto de limpeza, os cálculos assim pra chamar mais a atenção da pessoa, sabe, por exemplo, quando você... num balde vai três colheres de cloro em cinco baldes quantas colheres eu tenho que pôr, sabe, alguma coisa assim direcionada à função, porque daí parece que eles esquecem que eles estão fazendo matemática, eles acham que estão fazendo uma coisa que eles vão usar...

- [e de português, o que você pediria?]

- aí é que tá, né, é mais difícil, eu acho que, por exemplo, quando você pega... você sempre procura pegar um texto, né, uma interpretação de texto, acho que se a pessoa sabe interpretar um mínimo ela tem noção pelo menos de saber o que o chefe tá pedindo pra ela, ela sabe, ela entendeu, tá, então o concurso de gari, por exemplo, nós pusemos lá, "Joana trabalha como varredeira de rua, graças a ela as ruas estão sempre limpas", então depois você põe a interpretação: "qual a função dela", e joga as alternativas e cita um sinônimo de varredeira, entendeu, por exemplo, põe que ela é cozinheira, é gari, é faxineira, então eles vão mais ou menos naquilo lá, por exemplo: "A rua fica limpa graças a quem?", "a Deus", "ao Prefeito", "às varredeiras", então ela pega um pouco da interpretação, o texto dá pra você trabalhar, agora questões assim de gramática a gente até evita de pôr, sabe, põe alguma coisa tipo quais as cores da bandeira, sabe, coisa assim geral que não é bem português, coisa mais de conhecimentos gerais mesmo, e... outro tipo de questão que é feita, por exemplo, você põe lá que palavra que tá escrito certo e põe "enxada", "picareta", escreve lá de uma maneira, sabe, que é aquele instrumento que eles trabalham também, (...) que também não mede muito. Teve uma outra questão que era "Uns falam varrer, outros falam barrer", então tinham lá as alternativas: "o correto é varrer", "o correto é barrer", "os dois são corretos" ou "nenhum dos dois", "tanto faz"; então pelo menos ele tem que saber falar, se bem que se ele falar varrer ou barrer pra gente ele varrendo... tudo bem, não interessa, mas a gente

tenta direcionar, pedir para que se direcione, mais ou menos pra motivar dentro daquilo que ele vai fazer, mas é bastante furado(...) eu não sei qual que seria o método exato, mas é aquela coisa, no fim, sabe, a pessoa vem, vai desempenhando, se for muito mal vai embora, se for mais ou menos fica e se for bom também fica e acho que acaba sendo uma maneira de você dar chances iguais, apesar do critério não ser o exato, acho que um critério exato seria meio difícil também de encontrar,(...)

- [vocês fizeram uma prova-piloto?]

- não.

- [mas, pensaram nisso?]

- não, não pensamos, porque a primeira já foi assim, o primeiro concurso foi, né, por exemplo, o teste piloto foi com a questão da(...) das Garís, por exemplo que era teste psicológico, daí ficou, né, aí já vimos que aquilo realmente não dava certo.

Transcrição da fita da entrevista com Comissão de Concurso

Entrevistado: SE

LADO A

- a mão de obra da prefeitura é uma mão de obra não especializada, e se você exigir um conhecimento um pouco melhor, você fica sem funcionário///tanto que dos funcionários que nós temos, seiscentos e poucos funcionários, mais de duzentos são semi-analfabetos ou analfabetos mesmo///foi uma das coisas que a comissão [CC] questionou junto ao prefeito...que a prefeitura tem a obrigação de aplicar na educação principalmente na erradicação do analfabetismo e ela está admitindo analfabeto.

-[para os analfabetos foi feito o teste psicotécnico (...) aplicado por uma psicóloga?]

-[para o semi-analfabeto foi pedido o primeiro grau incompleto, que na maioria das vezes correspondeu às antigas 1ª e 2ª séries do 1º grau. A prova foi elaborada por professor de 1ª à 4ª séries, num nível bem baixo (servente, atendente, aux. de serviço)] foi um nível bem...o mínimo do mínimo mesmo porque senão a gente corre o risco de ficar sem, porque é assim, profissionalmente eles são bons, mas só que o nível de formação é que...

- uma porção que já estava na prefeitura não foi aprovada (...) profissionalmente eles têm capacidade, agora, leitura e escrita é um negócio...

-[houve casos de candidatos que nem conseguiram ler a prova]

- outra coisa que nós aprendemos também que nessa de conhecimentos específicos sempre deveriam usar a linguagem...aquilo que eles conhecem e não a linguagem, vamos dizer, fluente da coisa, por ex., se você fala assim, para jardineiro se você fala rastelo os mais antigos não sabem o que é rastelo. Então se aparecer uma pergunta: "Para recolher as folhas eu uso: enxada, vassoura, rastelo"; ele não responde ele sabe o que que é, ele fala: "tá faltando alguma coisa"; "For que?"; "Porque eu sei qual a resposta disso"; "Que que é?"; "Gadanho". (...) com o pessoal de menor formação você tem que adequar a linguagem porque senão eles não conseguem responder.

- [Você acha que a prova tinha um peso tão grande para demitir um bom funcionário?]

- A importância...foi assim, uma exigência da própria Constituição, e que foi cobrado pelo Tribunal de Contas;...o bom funcionário...mesmo desempenhando bem a sua função(...)isso foi uma outra coisa que a comissão [CC] também examinou pra ver qual a solução(...)então ele era um bom funcionário, ele desempenhava a função dele a contento só que daí o...a própria administração perguntou isso:"Mas se ele é um bom funcionário", mas só que ele não consegue escrever não consegue ler, então isso foi outra coisa que nós questionamos: não importa que seja um bom funcionário mas obrigatoriamente ele deve conseguir ler um bilhete, que foi o tipo de prova, que era assim...

- por incrível que pareça os que trabalhavam na prefeitura normalmente(...)os primeiros que passaram eram pessoas de fora(...)e mesmo contando os pontos que houve a parte de títulos, o tempo de serviço contava, que ficou classificado depois de pessoas que não tinham trabalhado na prefeitura [mas a prefeitura optou por aqueles que já exerciam o cargo como contratados]

- (...)daí é uma outra coisa pra ser analisada//talvez aquela pessoa(...)o pessoal quando entra na prefeitura eles têm assim uma postura de concursado por exemplo, porque já houve concurso na prefeitura quando era estatutário, mas assim, ele era um excelente funcionário, fez o concurso e entrou, passou o prazo de avaliação, ele passou a ser estável, então toda aquela produção dele cai, cai de 80% vai pra 20-30

- [Já houve caso do 1º colocado não obter bom desempenho na função?]

- Sim(...)pra você ver como a validade da prova só também não tem muito significado porque lá nós pedíamos Português, Matemática e Conhecimentos Gerais(...) tudo bem, foi classificada, só que chegou na hora de cozinhar [no caso da merendeira] tudo aquilo que respondeu na realidade não conhecia

- [Isso só aconteceu em cargos mais baixos ou chegou a ocorrer em cargos administrativos também?]

- Aconteceu, mas não chegamos a demitir, eles mesmos é que pediram a demissão(...)

- [dados estatísticos: não possuem]

- [a prova de Port., Mat., e C. Espec. classificou todos os candidatos que fizeram no mínimo 50% dos pontos]
- [há casos de funcionários que pedem demissão por não se adaptarem à função (exemplo da escriturária 4ª colocada)]

LADO B

- [uma solução sugerida para esse problema do melhor classificado nem sempre ser o melhor funcionário foi a colocação de uma entrevista (com o que o presidente da comissão não concorda porque, sendo uma cidade pequena, entrevistador e entrevistado já se conhecem e isso interfere em todo o processo de escolha)]
- a prova então ficou comprovado que nem sempre quem tem o conhecimento teórico desenvolve a prática
- [Quem decidiu pela colocação de LP na prova?]
- Houve orientação do CEPAN(...) a língua nacional deve ser exigida em qualquer concurso público(...) e pelo que nós visitamos as prefeituras(...) todas as prefeituras para os cargos de nível comum e médio, que seriam serviços de escritório, ou um pouco mais qualificado, todos foram exigidos português
- [Por que não se exigiu português na prova para Farmacêutico Bioquímico?]
- Porque então, daí o (entendimento) das outras prefeituras também que a gente consultou e nós entramos nessa assim... pela experiência deles só, não foi assim: "não, não vamos exigir", porque todo o nível superior seria então importante que se conhecesse o técnico e a entrevista, e na entrevista então foi visto isso daí... entendeu... o desempenho deles na... o tipo de pergunta que foi feito nessa entrevista, que é a médica que entrevistou esse pessoal, então ela levou em consideração isso, como ele se expressa e tudo, então, escrito não foi avaliado nada, mas na entrevista é que foi avaliado o desempenho do português dele... o conhecimento de português
- [tipo de prova: escolhido por orientação do CEPAN - tipo teste]
- [Por que a prova descritiva para Monitor de Ed. Geral e Pré-escola?]
- Para esses monitores nós tínhamos o perfil do candidato que nós queríamos, então através daquelas perguntas e o que eles responderam, então nós tínhamos um critério de avaliação: o nosso

candidato tem que conhecer isso assim assim dentro de uma política educacional, então nossas perguntas foram feitas dentro dessa política educacional e foram corrigidas por cinco pessoas(...)cada prova cinco pessoas que avaliou e deu uma nota(...)sem conhecer a nota do outro, e depois nós juntamos todas e demos uma média

- [Por que essa preocupação com o Monitor em específico?]

- Porque o monitor só existe na Pré-escola e na Ed. Geral(...)então esse monitor na realidade a gente já está querendo é formar o educador através do monitor, então(...)na parte técnica nós já temos assim um padrão(...)a nossa preocupação é assim: enquanto nós utilizamos o serviço dele nós também estamos preocupados em formá-los para serem aproveitados depois(...)essa foi a nossa preocupação: que enquanto monitor ele tivesse um desempenho dentro dos padrões que a gente queria [o que a prefeitura espera é que esse monitor preste concurso para professor e seja aprovado porque ele já tem uma linha de formação dentro do que ela pretende]

- [Qual a importância que você, pessoalmente, vê da prova de LP no concurso? Qual a função? É importante?]

- No geral?(...)bom...eu acho assim, mais por tradicionalismo da exigência do português nos concursos, né, eu acho que a primeira posição minha é essa, tradicional: todo concurso tem que ter português; mas eu acho assim também que a exigência do português em qualquer serviço que ele vai fazer ou ele tem que redigir alguma coisa, ou ele tem que interpretar um bilhete que seja ele tem que interpretar e se ele não conhecer o básico de português, você viu que foi adequado sempre à função dele o que era exigido, se ele não conhecer isso daí eu acho difícil que ele tenha um desempenho/então passa a ser robô, ele sabe fazer o serviço dele mas se você pedir pra ele fazer alguma coisa, e normalmente você vai mandar um bilhete, ele não interpreta, é um negócio que não tem...então há importância de se conhecer pelo menos os rudimentos de português

- [Quem decide pelo critério de correção? Pela quantidade de questões da prova? Pelo grau de dificuldade?]

- A Comissão Examinadora(...)então eles passavam o programa pra gente e depois da abertura da inscrição eles já elaboravam a prova então passavam assim as provas elaboradas dizendo, dentro do grau de dificuldade da prova, quanto vale tal questão vale tanto, que não funcionou também, aí teve que dar um valor comum pra todas,

porque a correção, como é teste, é a CC que faz e não a CE(...)a gente usava só o gabarito, a redação é que ia pra CE

- [E por que a redação?]

- Foi a CE que decidiu(...)e até o que foi pedido era bem politizado(...)o tema bem político mesmo e(...)até político partidário

-[Houve reunião da CC com a CE para discutir os objetivos da prova?]

- Não não!

- [Vocês revisavam as provas elaboradas pela CE? Houve casos de vocês alterarem questões?]

- Houve casos de precisar refazer, porque a gente pedia assim(...)por exemplo, para cargos de formação mínima então eu dizia Olha, tem que ser bem simples a prova porque esse pessoal tem que passar pelo concurso, eles devem conhecer então"...então a gente pode fazer..." como foi esse do bilhete "pode ser feito um bilhete pra interpretar?"; "Pode". Fizeram, depois fizeram um...gramática mas do tipo assim de 2ª-3ª série, bem assim, o mínimo: feminino, plural, esse tipo de coisa que foi solicitado pra eles, gramática mas aquela gramática disfarçada, que existe no primário, que foi solicitado, mas assim, questões que nós tivemos que reelaborar porque o grau de dificuldade era grande, mesmo sendo assim um nível baixo, mas nós tivemos que refazer essas questões(...)foram as provas que mais dificuldade o pessoal teve pra preparar(...)porque com criança você sabe como exigir agora um adulto nem sempre; foi por isso que eu falei que eles não estavam conseguindo entender o que estava sendo pedido pra eles

- [prova piloto]

- mas aí a gente incorre(...)nós procuramos assim deixar transparente todo o processo mas fazendo isso já tem quem critica(...)e se a gente fizesse isso daí ia dar assim impressão de que você passou a prova pra eles mesmo

-[Quem elabora a parte de c. espec.?

- Normalmente um funcionário da prefeitura que trabalha na área, então ele faz uma série de questões e dá a resposta pra gente, daí nós da CC que vamos procurar saber respostas...outras alternativas pra colocar na prova.
